



OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

Qualis B2

REITORA

Profa. Dra. Ângela de Mendonça Engelbrecht

VICE-REITOR

Prof. Dr. Eduard Prancic

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Vera Engler Cury

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Profa. Dra. Vera Engler Cury

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS

Prof. Dr. Ricardo Luís de Freitas

DIRETOR ADJUNTO

Prof. Dr. José Estevão Picarelli

COORDENADOR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

EDITORA

Prof. Dra. Ivone Salgado

EDITORES ASSOCIADOS

Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno

Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Profa. Dra. Ana Fernandes [UFBA]

Profa. Dra. Arlete Moises Rodrigues [UNICAMP]

Profa. Dra. Beatriz Murgayar Kühl [USP]

Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno [USP]

Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade [USP]

Prof. Dr. Cláudio Lister Marques Bahia [PUC-MG]

Profa. Dra. Cristina Meneguello [UNICAMP]

Prof. Dr. Denio Munia Benfatti [PUC-CAMPINAS]

Profa. Dra. Denise Pinheiro Machado [UFRJ]

Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga [USP]

Prof. Dr. Euler Sandeville Junior [USP]

Profa. Dra. Jane Victal Ferreira [PUC-CAMPINAS]

Prof. Dr. Jonathas Magalhães Pereira da Silva [PUC-CAMPINAS]

Prof. Dr. José Roberto Merlin [PUC-CAMPINAS]

Prof. Dr. Lucio Kowarick [USP]

Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt [UNESP -BAURU]

Profa. Dra. Maria Cristina Schicchi [PUC-CAMPINAS]

Profa. Dra. Maria Stella Bresciani [UNICAMP]

Prof. Dr. Mario Henrique Simão D'Agostino [USP]

Prof. Dr. Mario Mendonça de Oliveira [UFBA]

Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Veras [PUC-SP]

Prof. Dr. Nabil Geoges Bonduki [USP]

Profa. Dra. Nadia Someck [MACKENZIE]

Prof. Dr. Nestor Goulart Reis [USP]

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins [USP]

Profa. Dra. Raquel Rolnik [USP]

Prof. Dr. Renato Cymbalista [USP]

Prof. Dr. Ricardo Marques de Azevedo [USP]

Prof. Dr. Ricardo de Sousa Moretti [UF-ABC]

Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva [USP]

Prof. Dr. Rogério Proença de Souza Leite [UFS]

Profa. Dra. Sarah Feldman [USP]

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino [UNICAMP]

Prof. Dr. Wilson R. dos Santos Jr. [PUC-CAMPINAS]

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Prof. Dr. Boaventura de S. Santos [UNIVERSIDADE DE COIMBRA]

Profa. Dra. Donatella Calabi [UNIVERSITÀ IUAV – VENEZIA]

Prof. Dr. Edésio Fernandes [UNIVERSITY OF LONDON]

Prof. Dr. Esteban de M. Jerez [ETSA – UNIVERSIDAD DE SEVILLA]

Profa. Dra. Flora Morcate Labrada [UNIVERSIDAD DE ORIENTE – CUBA]

Prof. Dr. Francisco Sabatini [PUC – CHILE]

Profa. Dra. María M. Maldonado [UNIVERSIDAD DE LOS ANDES – COLOMBIA]

Prof. Dr. Martin Smolka [LINCOLN INSTITUT AND LAND POLICY]

Oculum Ensaios, fundada em 1992, é uma revista científica em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas, com periodicidade semestral, aberta a contribuições da comunidade científica nacional e internacional, assim como para os pesquisadores das diferentes áreas acadêmicas da arquitetura e do urbanismo, com o objetivo de registrar a memória do pensamento urbanístico e de manter o debate atualizado.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência deve ser enviada à Oculum Ensaios no endereço abaixo:

Núcleo de Editoração SBI

Prédio da Antiga Reitoria Sala 8 – *Campus I*

Rod. Dom Pedro I, km 136 – Pq. das Universidades

13086-900, Campinas, SP

Fone/Fax: (19) 3343-7401

E-mail: sbi.ne_oculumensaios@puc-campinas.edu.br

ASSINATURAS

Pedidos de assinatura ou permuta devem ser encaminhados a Secretaria.

E-mail: sbi.assinaturane@puc-campinas.edu.br

Anual: Pessoa física: R\$50,00

Institucional: R\$140,00

© Revista Oculum Ensaios

É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte.

A reprodução total depende da autorização da Revista.

O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

EQUIPE TÉCNICA | PUC-CAMPINAS

Bibliotecárias

Maria Cristina Matoso

Maurícia Daniela Pereira Sacchi

Janete Gonçalves de Oliveira Gama

Apoio administrativo

André Gustavo Tomaz dos Santos

Willian Ribeiro Silva

PROJETO GRÁFICO

Carla Castilho

Fernanda Ficher

DIAGRAMAÇÃO

Carla Castilho | janela estúdio

IMAGEM DA CAPA

Luiz Carlos Toledo

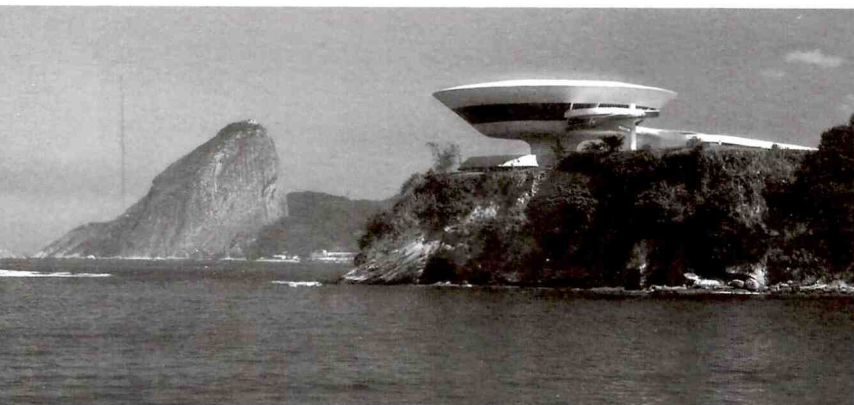
IMPRESSÃO

Gráfica Modelo Ltda

Distribuição / Distribution

Sistema de Bibliotecas e Informação da PUC-Campinas – Serviço de Publicação, Divulgação e Intercâmbio

PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA



Museu de Arte Contemporânea de Niterói, com o Pão de Açúcar ao fundo.



Fachada do Museu de Arte Contemporânea de Barcelona.

- 4
Ensaio Visual **LUIZ CARLOS TOLEDO**
| Jonathas Magalhães Pereira da Silva
- 14
HISTÓRIA, ARQUITETURA E CIDADE: A VIAGEM À EUROPA COMO ESTUDO NO INÍCIO DO SÉCULO XX | Josianne Francia Cerasoli
- 26
IMPLICAÇÕES DA EXPANSÃO URBANA NA (TRANS)FORMAÇÃO DE CENTRALIDADES E DA ARQUITETURA: O CENTRO ANTIGO DE NATAL (BRASIL)
| Cilene Gomes, Edja Trigueiro
- 40
O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA EM PARALELO ÀS SOLUÇÕES FORMAIS E ESTRUTURAIS NO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE NITERÓI
| Simone Neiva, Rafael Perrone
- 52
MUSEUS, CIDADES, CULTURA: O CENTRO POMPIDOU, O MACBA E O GUGGENHEIM
| Geise Brizotti Pasquotto
- 64
REALIDADE E ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA | Patrícia Martins
- 74
TERRAIN VAGUES E MUTAÇÕES NA ANÁLISE ESPACIAL URBANA: ABORDANDO A SUSTENTABILIDADE | Valeria Teixeira de Paiva
- 82
MAPEAR PODE FAZER A DIFERENÇA: GEOINFORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CARÁTER TERRITORIAL - REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS
| Manoel Lemes da Silva Neto, Juliana Mara Presente Gomes
- 105
RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

A Revista Oculum apresenta uma rara oportunidade ao leitor. Abre a possibilidade de especular: como seria o encontro com o Kublai Khan se Marco Polo contasse com Luiz Carlos Toledo para retratar as cidades que descreve ao imperador? A partir da obra *As Cidades Invisíveis*, de Italo Calvino, Toledo trabalha como arquiteto do olhar, revelando imagens. Não impõe uma visão única. Ao contrário, amplia as possibilidades das descrições do jovem veneziano. Prefere presentear as mulheres a dialogar com imperadores. Esta publicação é dedicada às musas, de todos os gêneros, que inspiraram a história, os imperadores, os viajantes e nosso arquiteto desenhador. Também é um convite para a leitura e para a expressão, seja da palavra ou do desenho.



Diomira

Cidade das boas lembranças e do galo dourado que a toda manhã canta.
O dourado refletido na arquitetura ou no galo? As estrelas se encontram no solo ou no ar?
Lembranças e reflexões.



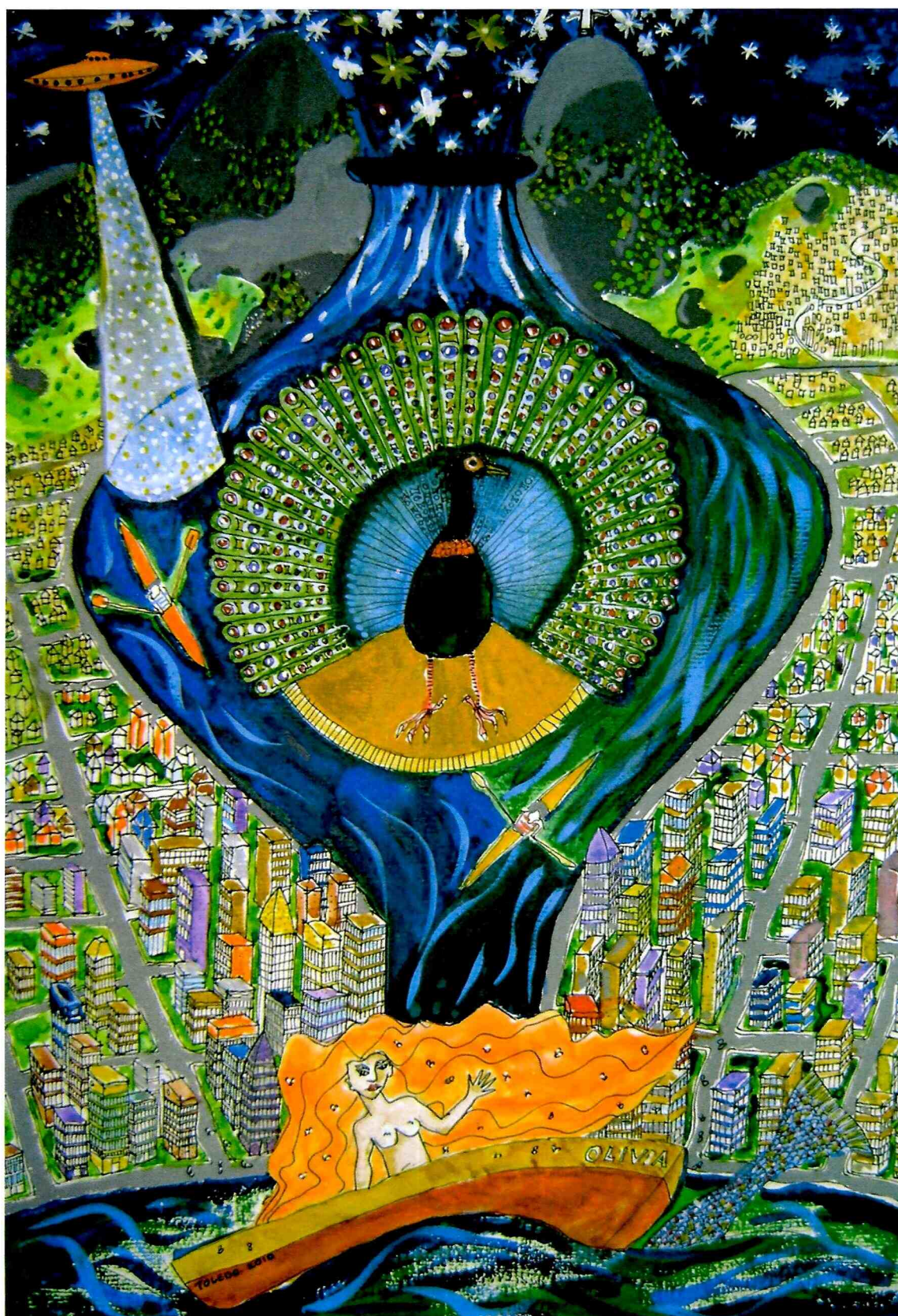
Zora

Cidade que permanece na memória. Sabe-se que os homens mais sábios do mundo a conhecem de cor. Aqui somos surpreendidos por alguém que lá nunca esteve, uma vez que Zora se desfez pela necessidade do imobilismo. Sabiamente representada em todos os detalhes que se fixam em nossa retina. Difícil desviar o olhar.



Zirma

Cidade redundante, que provoca um olhar diferente de cada viajante.
Nosso desenhador prefere não representar a cidade. Escolhe o processo pelo qual passar cada olhar.
Redes que pescam diferentes visões do mundo.



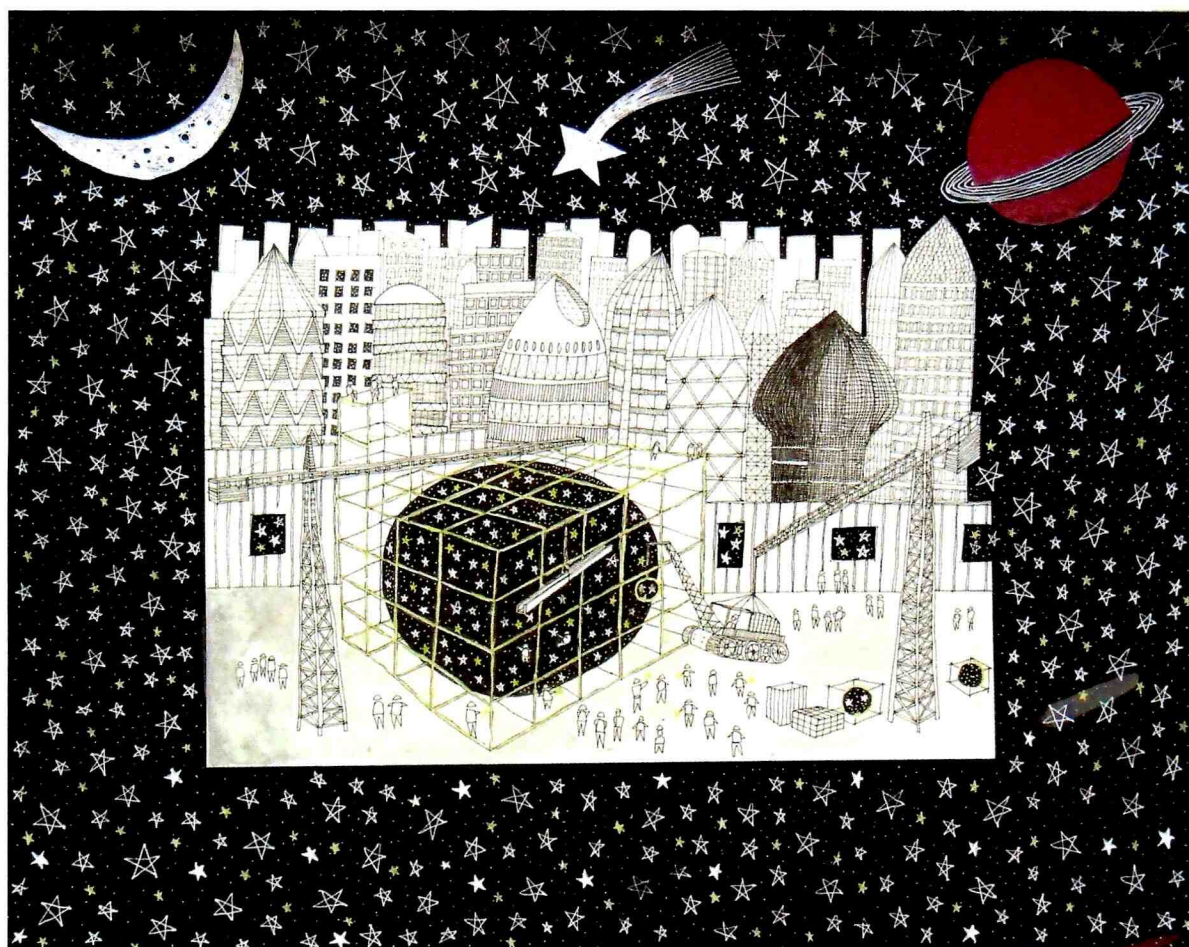
Olivia

Cidade onde o discurso é mais real que as construções.
Cidade do trabalho que exala diferentes odores. A quarta e a quinta dimensões são apresentadas por mulheres que “navegam de noite cantando em canoas iluminadas”.



Clarisse

Cidade que se reinventa, renasce. Da cidade imprestável à urbe da sobrevivência, tudo retrata a reminiscências do seu antigo esplendor. Borboleta e Crisálida revelam sua dialética. Colunas passeiam pelo tempo e pelo espaço.



Tecla

Construção interminável, cidade canteiro, amedrontada pela destruição.
Inspirada nas estrelas douradas de difícil reprodução. O mestre de obra segue o ambicioso projeto: o Céu.
A existência do outro a nos impelir a produção de seu retrato. Desejo de permanecer.



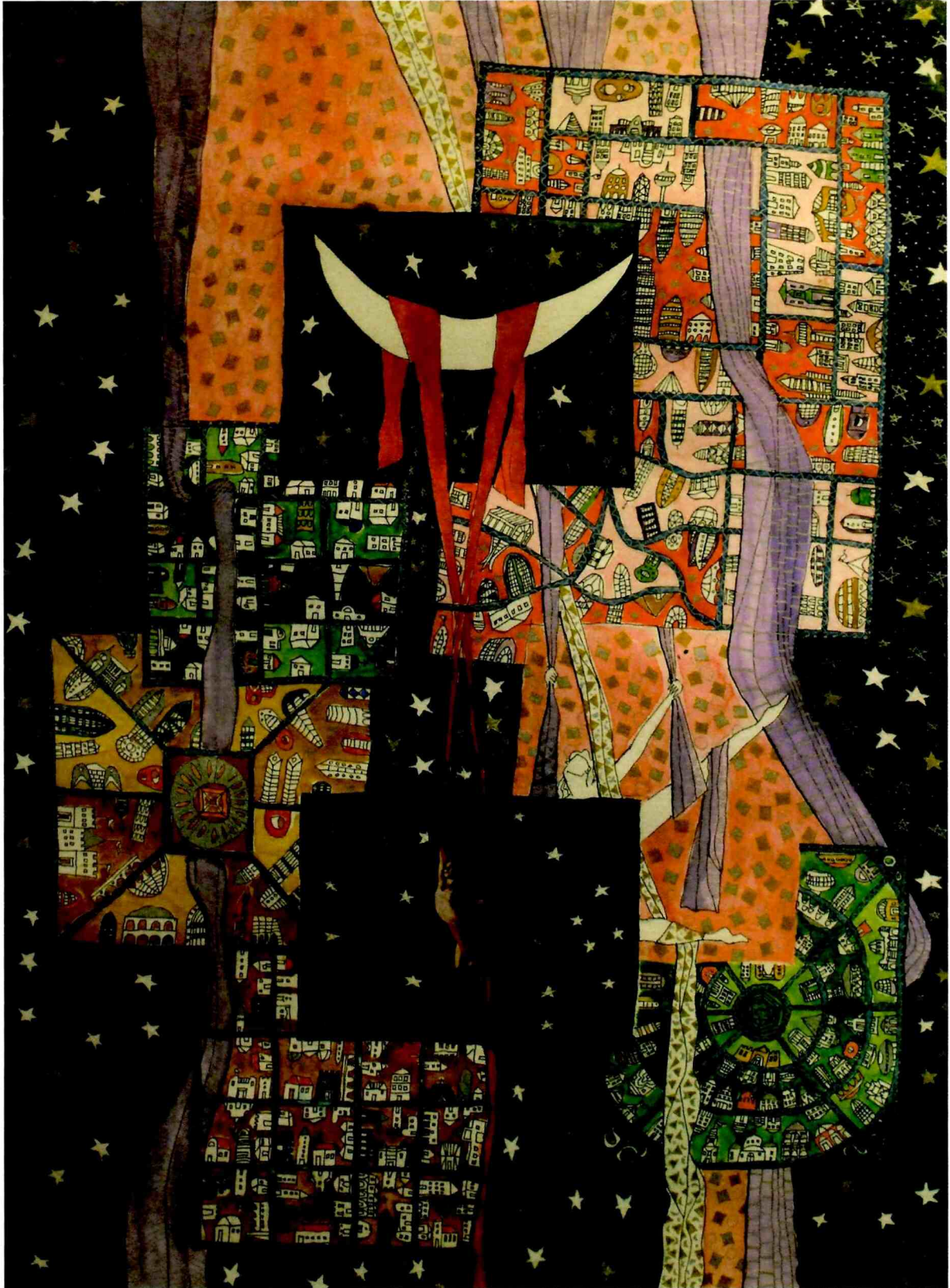
Raissa

Oculto a felicidade. Mãos maltratadas, crianças chorando, pesadelo incessante.
A felicidade não está nas coisas, mas no fio invisível que liga um ser ao outro: pedreiros pedintes, criança sorridente, grande dama apaixonada, oficial saltador, cavalo esperançoso, pássaro liberto.



Ândria

Onde os corpos celestes seguem as mudanças da cidade: "a cidade e o céu nunca permanecem iguais". Do bambuzal à explosão de uma nova. Do novo porto fluvial à mudança da coloração de uma estrela. Tudo tem causa e consequência. Tudo é novo.



Ana Clara

Cidade musa, fruto da união do risco e da dança. Encontra-se fora dos domínios do imperador Kublai Khan. Nunca descrita, nem imaginada pelo viajante Marco Polo. Invisível até para Italo Calvino. Talvez a mais bela de todas, por ser fruto de um querer apoiado por uma vontade de atender. Cidade, musa e desenhador nos libertam do império.

Seguimos livres para ler e desenhar outros mundos.

HISTÓRIA, ARQUITETURA E CIDADE: A VIAGEM À EUROPA COMO
ESTUDO NO INÍCIO DO SÉCULO XX | Josianne Francia Cerasoli

Professora Doutora | Universidade Federal de Uberlândia | Faculdade de Artes,
Filosofia e Ciências Sociais | Instituto de História | Av. João Naves Avilla, 2121,
Bloco 1H, Sala 44, Santa Mônica, 38408-100, Uberlândia, MG, Brasil
E-mail: josiannefc@gmail.com

HISTÓRIA, ARQUITETURA E CIDADE: A VIAGEM À EUROPA COMO ESTUDO NO INÍCIO DO SÉCULO XX¹

INTRODUÇÃO

Desde sua implantação em 1894, a Escola Politécnica de São Paulo assumiu um importante papel na formação de profissionais no país, vários deles estreitamente ligados ao planejamento e à execução de projetos de infraestrutura urbana e edificações, especialmente na cidade e no estado de São Paulo. Voltada para o ensino de engenharia em diversas especialidades, destacou-se tradicionalmente na formação de engenheiros civis, embora a área de arquitetura tenha sido incentivada pela Politécnica desde os primeiros anos por meio do curso de engenheiro-arquiteto e pela presença de alguns arquitetos renomados em seu corpo docente². Nesses cursos, existiu, até a década de 1940, o “Prêmio de viagem ao estrangeiro”: premiava-se anualmente o aluno aprovado com distinção em todas as etapas do curso, oferecendo-lhe uma viagem à Europa com duração de aproximadamente dez meses, custeada pelo governo do Estado de São Paulo.

Além do reconhecimento do mérito por parte da congregação, a viagem tinha o objetivo de complementar a formação desses jovens engenheiros, permitindo-lhes acompanhar como estagiários e visitantes uma série de obras — sobretudo obras públicas e de infraestrutura urbana — em diversos locais do velho continente —, bem como realizar longos percursos por várias cidades na condição de observadores especialmente habilitados³. Na bagagem, levavam o itinerário e a orientação dos professores, pois se considerava que continuavam na condição de estudantes da Politécnica durante a estadia no exterior.

Esse roteiro prévio dependia muito do ramo da engenharia escolhido pelo estudante ao longo do curso, e geralmente servia como um guia inicial, modificado pelas oportunidades e circunstâncias de cada viagem. Mesmo as alterações feitas no percurso a partir de escolhas pessoais dos estudantes eram comunicadas à congregação por meio de correspondências periódicas — procedimento que reafirma a ideia de uma viagem de estudo, de um aperfeiçoamento da educação formal dos engenheiros.

Até a década de 1940, período em que o curso de engenheiro-arquiteto da Politécnica diplomou cerca de 70 profissionais, 4 estudantes desse curso receberam o “Prêmio viagem”. O segundo deles foi Alexandre Albuquerque (1880-1940), diplomado em 1905 e docente da mesma Escola Politécnica a partir de 1917, tornando-se então o primeiro professor egresso desse mesmo curso a ser contratado para a Seção de Artes, cadeira de História da Arquitetura⁴. Na viagem à Europa, em 1906, Albuquerque fez registros sobre as transformações urbanas e as formas arquitetônicas observadas na visita a países como França, Espanha, Portugal, Bélgica, Áustria, Alemanha, Inglaterra e Itália, utilizando-os como fundamento para a dissertação defendida perante seus professores, indicados pela congregação da escola⁵. A viagem fomentou ainda a publicação de alguns estudos e apontamentos: o texto *Impressões da Europa* (conferências realizadas no grêmio da Escola Politécnica de São Paulo e publicadas na *Revista Politécnica* em três partes em 1907), a tese *Estudo do Renascimento Italiano e seu Desenvolvimento* (duas edições em 1909), e o mesmo estudo sobre o Renascimento, embora com alterações pontuais importantes (artigos de 1929 e 1930). Além desse material, é possível ter acesso atualmente à correspondência enviada por ele à Politécnica durante a viagem e a muitos dos livros citados em seus estudos — adquiridos nessa passagem pela Europa —, o que permite analisar alguns temas então muito caros aos profissionais que projetavam intervenções nas cidades: a importância da viagem de formação para o “olhar arquitetônico” sobre a cultura urbana (bem como a circulação dos saberes sobre o urbano); o papel dos saberes eruditos nas leituras e ações sobre a cidade; as tensões entre tradição cultural e evolução técnica; a questão estética no espaço urbano.

SABER, OLHAR, (RE)CONHECER

Duas características destacam a experiência de Albuquerque e justificam a relevância de um estudo sobre a viagem desse arquiteto à Europa: a minúcia dos registros sistematizados e debatidos por ele⁶, aparentemente o único a apresentar aos professores da Politécnica uma tese após o prêmio-viagem (registros que foram publicados e discutidos pelos arquitetos na escola por vários anos, informando outras reflexões sobre arquitetura na época); e a trajetória do profissional, pois a aprovação em concurso e a posterior efetivação no cargo de professor da Politécnica, justamente nas áreas de História da Arquitetura e de Construções Cívicas, incentivou Albuquerque a revisitar o repertório da viagem, por meio de anotações, reflexões e bibliografia então reunida por ele. A longa permanência do arquiteto na instituição e sua ampla atuação profissional viabilizaram a retomada

desse repertório em diversos momentos, constituindo-o como base para formulações mais gerais sobre as relações entre arquitetura, história e cidade. Embora não seja notório nesses apontamentos advindos da viagem qualquer esforço sistemático de teorização sobre tais relações, é possível concebê-los como uma reflexão teoricamente fundamentada e articulada, afastando-se dos moldes de uma narrativa de um viajante apenas.

Há outro registro de viagem à Europa publicado no mesmo período pelo professor de Albuquerque, o engenheiro e arquiteto alemão Maximilian Emil Hehl (1861-1916), radicado no Brasil desde 1888 e professor da Politécnica desde 1898. Trata-se de um relato sobre sua própria viagem de estudo à Itália para acompanhar o desenvolvimento artístico da época do Renascimento no berço do estilo da renascença. Segundo afirma, trata-se de um estudo relativo à cadeira de História da Arquitetura, justificado por ser “de máxima importância conhecer *de visu* os monumentos das diversas épocas, cujas leis de construção e formas estilísticas governam nossa arquitetura, nosso sentimento estético como construtivo” (Hehl, 1906, p.5). Percorreu as cidades de Verona, Vicenza, Pádua, Veneza, Florença e fez sobre elas considerações a partir de dados históricos (sobretudo marcos políticos), informações sobre obras de arte, além de elementos estéticos e construtivos. Para isso, abordou edificações distintas, geralmente imponentes, analisando a distribuição dos espaços, as características dos estilos arquitetônicos, o valor e os efeitos dos elementos de composição, os aspectos ornamentais e a situação das edificações no espaço das cidades. A narrativa é breve e as considerações são objetivas, conservando o perfil didático como fio condutor inabalável e a convicção na objetividade da descrição, mesmo quando sublinha aquilo que denomina “sentimento estético e construtivo”. Destaca, por exemplo, a respeito de Florença, o notável desenvolvimento do estilo do Renascimento na obra de Brunelleschi (1377-1446), apontando-o como inigualável na construção palacial, devido às proporções monumentais e à distribuição das massas, que, segundo avalia, permitem um “efeito nobre e sério” singular (Hehl, 1906, p.18). Justifica, portanto, com elementos de análise racionais a admiração e o entusiasmo diante das obras visitadas.

Mais breve e espacialmente restrita que a de Albuquerque, a viagem do professor Hehl diferencia-se inclusive nos objetivos — estudo pontual para um, complemento da educação formal para outro —, o que se torna evidente na extensão e densidade desigual das narrativas. A despeito das distâncias, a fim de pontuar certos elementos relevantes nesse tipo de iniciativa, é interessante acompanhar alguns aspectos e princípios que parecem nortear os dois registros dos arquitetos viajantes. A premissa fundamental para ambos está na importância sensível e cognitiva do olhar a fim de compreender a concepção das obras visitadas: “somente pela vista podemos apreciar e tornar a impressão efetiva e permanente”, afirma Hehl (1906, p.24). Albuquerque lamenta, em conferência, logo após seu retorno, a dificuldade ao expor em pálida tinta as impressões da viagem, daquilo que “sentimos ao ver a erudita Europa” (Albuquerque, 1907a, p.183). Outra aproximação está no papel dos conhecimentos prévios como guias seguros das observações: constante-

mente remetem a certa cronologia histórica como referencial para explicar as concepções que regem os espaços descritos, apoiando-se quase que obrigatoriamente em certa linearidade para justificar as mudanças de estilos artísticos e as ênfases das diferentes composições. Prevalece em ambos a ideia de um processo ininterrupto de aperfeiçoamento dos estilos, unido a uma evolução também política e social. Isso norteia as explicações e adjectiva o olhar observador de ambos. Diante das cidades que visitam, conhecem uma nova impressão alcançada pelo contato visual com obras e espaços, mas sem que inicialmente o olhar modifique as informações provenientes da educação formal, pois classificam a nova impressão precisamente de acordo com os conhecimentos prévios. É como se a visão confirmasse o conceito aprendido: conhecem e reconhecem, a um só gesto.

É possível perceber algumas semelhanças entre o tipo de viagem desses arquitetos e o tradicional *grand tour* difundido por artistas e intelectuais ingleses a partir do século XVII, ao mesmo tempo que se pode inferir sobre alguns elementos que interferem nesse conhecer e reconhecer do “turista cultural”. Essas viagens planejadas para complementar e coroar a educação dos jovens de formação privilegiada, sobretudo da Inglaterra e da Alemanha, permitindo-lhes contato direto com monumentos da arte greco-romana, acabam convertidas, na visão de muitos críticos, menos em viagem de descoberta, reveladora de algo novo, e mais em (re)conhecimento, pois os viajantes viam exatamente o que já esperavam encontrar na jornada. Segundo os críticos, toda preparação e leitura prévia que acompanhava a educação desses jovens anteciparia as visões e interpretações sobre a arte e a cultura que buscavam ao percorrer o itinerário, sobretudo pela Itália, devido à forte presença dos elementos tidos como parte da herança clássica. O itinerário envolvia tradicionalmente Paris, Florença, Nápoles, Veneza e Roma (ou ainda Dresden, Viena), e aos poucos passou-se a contar inclusive com roteiros preconcebidos e guias especializados (Salgueiro, 2002).

O repertório de leitura que preparava a viagem também foi importante para modelar o *grand tour*, e aos poucos a ele foram incorporados os relatos de outros viajantes. Mesmo os célebres como Goethe (1749-1832) respeitavam certo cânone entendido como basilar para preparar o “itinerário do olhar”. Levou consigo à Itália (1786-1788), por exemplo, o então conhecido guia *Historisch-kritische Nachrichten von Italien* (1777), de J.J. Volkmann, a importante *História da arte na Antiguidade* (1764), de J.J. Winckelmann, e adquiriu em Pádua a obra do arquiteto Andrea Palladio (1508-1580) para familiarizar-se ao máximo com a arquitetura e os monumentos. É o escritor alemão quem narra em seu livro *Viagem à Itália* a atenção dos italianos ao perceberem seu interesse por Palladio, entre tantos mestres, porque para eles “tinha mais a oferecer em termos de utilidade e aplicação de suas ideias do que o próprio Vitruvius, pois estudara em profundidade os antigos e a Antiguidade” (Goethe, 1999, p.70). Pode-se dizer que uma forma de culto ao antigo se consolidou ao longo do século XVIII, incentivado em parte pelas escavações e descobertas de ruínas, como as cidades de Pompeia e Herculano, e pelas narrativas das viagens que revisitam esses locais, convertidas em espécies de paradigmas para se discutir a antiguidade.

As intenções e os resultados do *grand tour* guardam singularidades se comparados às viagens dos jovens arquitetos, mas há também proximidades, principalmente sob o prisma do respeito a certa herança cultural clássica. A própria organização dos estudos de história da arquitetura e de noções de estética nos cursos para formação de arquitetos acentuava predominantemente uma leitura linear das transformações técnicas e das noções de composição construtiva e decorativa — e mesmo nas concepções de cidade —, sublinhando de modo incisivo a importância da herança cultural da antiguidade greco-romana como constitutiva da cultura no ocidente. É significativo notar a aura de naturalidade que acompanha grande parte dos estudos e compêndios utilizados nesses cursos ao indicarem como imprescindível o (re)conhecimento de ruínas romanas ou gregas na Europa para se compreenderem a arquitetura e a cultura do século XX. A mesma aura, mesclada à leitura linear da suposta evolução arquitetônica, é perceptível nas narrativas de arquitetos sobre o tema, inclusive aquelas dos arquitetos brasileiros aqui exploradas. Deve-se ressaltar que, nesse período, o estudo dos estilos arquitetônicos era predominante entre os tratados e cursos de arquitetura, apoiado muitas vezes em uma cultura histórica marcada fortemente pela noção de progresso/evolução⁷ (Colquhoun, 2004).

Esse conjunto — tradição e progresso — redobrava a atenção dada ao conhecimento da “evolução cultural” na península itálica, em especial a partir do século XIX. Nesse caso, ao lado das ruínas clássicas, um dos construtores e autores mais comentados é o mesmo Palladio, devido a sua releitura da tradição clássica (Choay, 1985). Sobre a arquitetura do Renascimento, por exemplo, Albuquerque (1907b, p.196) afirma não existir qualquer invenção: “[a renascença] inspirou-se no passado e soube harmonizar as linhas de modo a obter um conjunto monumental somente pela proporção”. Para ele e para outros arquitetos contemporâneos, a visita à Itália significava “um passeio pelas regiões elevadas da arte”, abandonando o mundano pelas regiões ideais do belo Albuquerque (1907b, p.194). A justificativa para se priorizar essa especial peregrinação artística se repete em vários arquitetos:

[...] país extraordinário que recebeu a herança de antigas civilizações e soube criar sobre ela outra nova; viu extinguir suas grandezas encobertas por espesso véu que pouco a pouco foi se alçando até que um dia surgiu o brilhante movimento da Renascença das ciências, das letras e das artes [...] (Albuquerque, 1907b, p.194).

Os destinos escolhidos variam, mas pouco nas motivações e no olhar sobre essas cidades. Veneza, Florença e Roma são passagens obrigatórias. Por elas viajou também, por exemplo, o então jovem arquiteto norte-americano Cass Gilbert, no século XIX⁸ (Larson, 2003), tendo deixado também registros sobre sua estadia em Siena, Pisa, Gênova e Milão (mesmas localidades visitadas por Albuquerque, com exceção de Siena, e com acréscimo de Vicenza, Turim, Nápoles, Bolonha e Ravena ao roteiro do arquiteto brasileiro). Ao se entrecruzarem os registros de alguns desses arquitetos, chama atenção a

semelhança em anotações e julgamentos, como se pudessem ver com os mesmos olhos, selecionando aspectos muito próximos, partindo de critérios igualmente similares. Florença e principalmente Veneza são singulares nesse sentido. Dificilmente se deixará de registrar impressões sobre algumas edificações e espaços venezianos, como a Igreja de São Marcos. Gilbert é taxativo ao destacar a concepção do templo como mais brilhante que a Trinity Church de Boston, de H.H. Richardson (1838-1886) (Blodgett, 2001). Hehl (1906, p.12) admira-se diante de seu interior: “é de um efeito deslumbrante, sério por sua simplicidade das formas, majestoso por suas proporções e de um efeito mágico por seus mosaicos”. Albuquerque (1907c) demora-se em descrever o aspecto fantástico proporcionado pelo conjunto da igreja de estilo meio gótico meio bizantino, sem, todavia, existir ali qualquer cópia servil. Repetem-se registros das impressões ante o que é visto e reconhecido, comumente destacando-se a conveniência, a solidez e a expressão das edificações — características que descrevem por meio do detalhamento dos efeitos da proporção e da ornamentação, pela leitura da harmonia entre forma e função, por uma apreciação erudita dos efeitos do belo. É Albuquerque (1909, p.36) quem exprime de modo bastante claro o que informa esse olhar do observador: “a arquitetura é principalmente racional”.

Ademais, diferentemente do *grand tour*, não são principalmente as narrativas de literatos, poetas e artistas, de Stendhal ou Byron, tampouco os diários e guias de viagem do século XVIII que preparam o percurso desses arquitetos, mas filósofos, estudiosos da cultura e os tratados de arquitetura e arte. Albuquerque (1909) vale-se de tratados dos arquitetos Giorgio Vasari, Louis Cloquet, Etienne Barberot, Henry Guédy, Daniel Ramée, entre outros, e pensadores como Voltaire, Hippolyte Taine, Jacob Burckhardt, e mesmo Tolstoi, nas reflexões do escritor russo sobre estética⁹. O arquiteto brasileiro apoia-se amplamente em Cloquet, por exemplo, para esclarecer minuciosamente em sua tese sobre o renascimento italiano as três finalidades da arquitetura que deveriam compor a avaliação de cada espaço observado. Segundo o tratadista belga, o edifício deveria ser apropriado ao seu destino, física e moralmente, apresentar solidez estrutural e moral, e ainda expressar-se completamente como monumento artístico; na apreensão desse conjunto, portanto, entende como necessário o cultivo do observador, ou seja, concebe o sentimento do belo como cultivável, e não absoluto. É interessante notar que o *Traité d'Architecture* (publicado entre 1898-1901 em cinco volumes) de Cloquet era o livro-texto no curso de arquitetura da Politécnica paulista — e suas concepções eram debatidas pelos professores de Albuquerque, como Ramos de Azevedo (Carvalho, 2000) —, além de compor o acervo da biblioteca da escola desde sua fundação.

SABERES ERUDITOS E A “QUESTÃO URBANA”

“Pouco a pouco, uma ideia geral desta cidade vai surgindo em minha alma” (Goethe, 1999, p.153).

Há diferenças de tonalidade nos registros: mais literária dos viajantes em geral, mais filosófica e predominantemente analítica ou técnica dos arquitetos viajantes; mas sem

contrastes excessivos. O aparato cultural mais amplo que orienta tais tonalidades permitia várias aproximações, considerando, sobretudo, as circunstâncias históricas de sua composição. Entrelaçam-se as leituras, em sentido estrito e figurado. Especialmente quando voltam o olhar para a cidade, ampliando o horizonte de observação, literatos, poetas, intelectuais das mais variadas linhagens aproximam suas leituras, a partir do século XIX. O arranjo das ruas e o movimento dos cidadãos no espaço por vezes roubam a atenção aos monumentos da tradição. Nessa ampliação do horizonte, no caso específico dos engenheiros-arquitetos, a “viagem de formação” adquiriria uma importância singular devido às características dessa área de atuação na passagem do século XIX para o XX. O ensino de arquitetura oscilava entre as questões estruturais, ligadas às edificações, as conceituais, relacionadas à noção de projeto e à salubridade urbana, e as artísticas, relativas às chamadas belas artes, à estética etc.

Operam-se, aparentemente, nesse momento, alguns deslocamentos no olhar, motivados talvez pela novidade e pelo caráter inesperado do que se vislumbra. As descrições são invadidas pelas ruas, pela aglomeração e movimento incessante de pessoas, pelos equipamentos urbanos e meios de transporte. Ferrovias, *omnibus*, *bonds*, metropolitanos se misturam a narrativas líricas e apontamentos estéticos, sublinhando mesmo timidamente o lugar da funcionalidade nesses espaços — desconhecidos espaços. Hippolyte Taine (1828-1893), por exemplo, autor frequentemente seguido por Albuquerque em seu *Philosophie de l'art* (1880) e nos três volumes do *Voyage en Italie* (1866), registra atentamente os entreatos desagradáveis de sua viagem à Itália, iniciada em 1865. Percorre Roma, Perugia, Siena, Florença, Pisa, Pádua e Veneza, destacando a expressão cultural que testemunha nesses lugares — teatros, praças, palácios, igrejas, obras de arte — e não deixa de anotar também o odor das ruas, os contrastes da paisagem e edificações etc. Ao entrar em Roma, fala de “ruelas repugnantes”, qualquer uma delas com “cinco pés de largura”, nas quais “o sol não chega jamais” e a “lama é pegajosa”, em contraste com a admiração diante da *Piazza del Popolo* “com suas igrejas, seus obeliscos, suas fontes, com a escada monumental do Pincio, é singular e bela” (Taine, 1990, p.190). Apontamentos como esse, pautados pelo contraste, são recorrentes e não passam despercebidos quando então se amplia o ângulo de observação.

Depois de percorrer 16 611 quilômetros de estradas de ferro através de onze países, afirma Albuquerque (1907a, p.182): “nosso espírito sentiu toda gama de sensações”. À semelhança de Cass Gilbert, Albuquerque também revela patente desapontamento ao desembarcar na velha Europa. O arquiteto norte-americano não gostou da *city* de Londres ao conhecê-la em 1880 (Blodgett, 2001), tampouco Albuquerque (1907a, p.186) ao descrever a primeira passagem pelas margens do Tamisa, pela *Regent Street*, pelo *Piccadilly-Circus*: “Quanta ilusão desfeita! Por toda parte, egoísmo conduzido pela hipocrisia. É a pátria dos extremos: virtude e vício; altruísmo e egoísmo; riqueza e miséria; abundância e fome... tudo gira em dança macabra!” Embora muitos autores tenham descrito, com sin-

gular importância, cidades britânicas pelo prisma de certo espanto mesclado à admiração diante dos efeitos do capital nessas regiões (inclusive Engels e Tocqueville, entre outros), busca-se destacar esse deslocamento do olhar, exposto reiteradamente no período. Os registros sobre as ruas em movimento provocam certas impressões que por um momento substituem o apaziguador (re)conhecimento dos monumentos artísticos no velho continente. Para os arquitetos, essa impressão nova é fundamental na configuração de uma sensibilidade urbana mais complexa, mediada por um saber erudito que aos poucos se tornará bastante específico, além de exigido em seu campo de atuação.

Voltando aos apontamentos de Albuquerque (1907a, p.187) na Itália, agora em Nápoles: “metrópole da raça latina”, segundo ele. De imediato, cita a *Voyage de Taine* para concordar com o impacto da vivacidade do lugar que “agrada a todos os homens, coração e sentidos”, mas logo opõe sua leitura das ruas antigas da cidade, como a via Toledo: “aí teremos triste espetáculo a assistir”. As observações dizem respeito essencialmente à insolação: viela de três a quatro metros de largura com casas altas e janelas com balcões resultam nesse quadro preocupante para o arquiteto: “nenhum raio de sol vem aquecer as lages do passeio”(Albuquerque, 1907a, p.190). A questão da incidência de raios solares mereceria, na década seguinte, vários estudos do arquiteto sobre a higiene e a salubridade do espaço urbano. Os preceitos sanitários que nortearam seu olhar e o preocuparam em Nápoles são similares àqueles que se converteram, anos mais tarde, na regulamentação técnica normatizadora das edificações na cidade de São Paulo, por meio de instrumentos legais, como o Código de Obras. São bastante significativas, nesse sentido, as observações do jovem arquiteto sobre a largura das ruas e a posição das janelas nas cidades europeias, pela iminência dos preceitos sanitários mobilizados nesse olhar.

Sem dúvida, é a mesma Nápoles de Goethe, alegre, livre, animada, revisitada também por Taine, mas nas notas de Albuquerque (1907a, p.190) aparece perpassada pela preocupação sanitária: “a higiene pública só existe nos lugares onde passa o carro de Sua Majestade o Rei, e nos grandes passeios destinados ao estrangeiro. Além, a negação completa do conforto humano”. Ao lado dessa questão, Albuquerque (1907a, p.190) ainda se espanta com a ocupação intensa da rua pelo napolitano, descrevendo a variedade de atividades feitas na rua por carpinteiros, ferreiros, lavadeiras etc. “A rua é a casa do napolitano”. Nesse ponto, não se nota qualquer apreciação estética positiva, qualquer avaliação do uso das proporções e de efeitos de composição. Pode-se dizer que a sensibilidade do engenheiro se sobrepôs à do arquiteto diante desse quadro ou, de outro modo, talvez de uma generalização muito arriscada, pode-se dizer que a apreensão da arquitetura sobre a cidade se altera nessa circunstância. Seja como for, é notória a presença de um elemento tensionador, ainda mais evidenciado quando Albuquerque (1907a, p.191) opõe a essa metrópole latina a organização das cidades ao norte, onde o engenheiro é para ele “um constante amigo das populações, trabalhando para melhorar as condições de vida nas grandes cidades, eliminando os focos de moléstias e evitando a propagação destas”.

Albuquerque (1907a) explora nesse quadro vários elementos relativos à organização do espaço e da vida urbana, deixando de lado por algum tempo suas preocupações estéticas estritas. Na verdade, é perceptível a incorporação dos preceitos sanitários, de conforto e higiene urbana, junto aos princípios de funcionalidade e eficiência, compondo e ampliando as preocupações estéticas do engenheiro-arquiteto. Em relação a outras cidades, também analisa a questão dos meios de transporte, e em Nápoles novamente se preocupa diante do que entende como deficiência dos transportes públicos urbanos a baixo preço: “o transporte comum é o *omnibus*, grande carroção de dois andares que por sobre os calçamentos leva aos trombulhões o corpo do pobre passageiro”. Elogia, por outro lado, os bondes elétricos subterrâneos (metropolitanos), “realmente um dos mais belos empreendimentos do engenho humano, mas que ainda não apresentam todas as condições de segurança ao passageiro” Albuquerque (1907a, p.192), alerta. Dois anos mais tarde, expondo suas teses à congregação da Politécnica, Albuquerque (1909) ainda destaca a ampliação das áreas de atuação do arquiteto diante das novas aplicações do ferro e do cimento, além das novas possibilidades para aperfeiçoamento da infraestrutura urbana. Para ele, com isso se amplia o espaço para um novo perfil de profissional — capaz de aliar gosto artístico e conhecimento científico —, o engenheiro-arquiteto, preparado para atender às demandas contemporâneas: palácios de exposições, estações de estradas de ferro, viadutos de grande vão etc.

Reflexões como essas repercutiram em vários campos de atuação desse profissional, além dos seus escritos sobre formas arquitetônicas e urbanas, elaborados ao longo de sua trajetória profissional, e sua atuação como docente de História da Arquitetura e Artes¹⁰. Alguns anos depois de retornar da viagem, em 1911, projeta e defende reformas para o centro da cidade de São Paulo, reelaborando elementos de composição estética e funcionalidade a fim de solucionar problemas que já dificultavam o movimento de pessoas e mercadorias na capital paulista. Embora não tenha sido executado, o projeto contribuiu para colocar em debate a questão urbana em São Paulo, tanto quanto em Nápoles, Roma ou Veneza, visitadas pelo olhar erudito do arquiteto. Também em seus primeiros escritos sobre arquitetura retoma reiteradamente as interpretações sobre o lugar privilegiado dos estilos da renascença nas edificações europeias. Entende que a constante homenagem ao Renascimento em pleno século XX — época com aspirações muito diferentes daquela —, contribuiu para a formação da arquitetura eclética que observou na Europa. Para o jovem arquiteto, o Renascimento não era mais satisfatório, e assegura: “virá uma nova era de Arquitetura universal, em que o estilo do ferro e do cimento armado terá vitoriosa preferência” (Albuquerque, 1909, p.65). Mais que uma interessante antecipação do futuro quadro da arquitetura no início do século XX, Albuquerque (1909) reafirma nessa avaliação conclusiva os princípios que o acompanharam ao longo de sua trajetória, sublinhando a interpretação evolutiva da história das artes e da arquitetura, regida sempre pela mesma lei do progresso, bem como a necessária harmonia entre técnica e

beleza, entre arte e ciência. Não são princípios singulares ou pessoais, mas concepções discutidas amplamente pelos arquitetos em suas reflexões, sobretudo nos amplos debates alimentados pelas vanguardas modernas — certamente outro capítulo a se visitar como desdobramento imaginado para este estudo sobre o papel dos saberes eruditos nas leituras e ações sobre a cidade.

NOTAS

1. Uma versão ligeiramente modificada deste estudo foi debatida na 14th *International Planning History Society*, em 2010.
2. Os primeiros cursos na época da implantação da Politécnica diplomavam: engenheiros civis, engenheiros mecânicos, engenheiros industriais, engenheiros-geógrafos, engenheiros-agrônomo e engenheiros-arquitetos.
3. Até 1937, receberam o prêmio 19 profissionais: 13 engenheiros civis, 2 engenheiros eletricitas e 4 engenheiros-arquitetos: João Moreira Maciel (1899), Alexandre Albuquerque (1905), Alberto Monteiro de Carvalho e Silva (1909), Carlos Lodi (1933).
4. Na verdade, Hipolyto Gustavo Pujol Júnior formou-se engenheiro civil e engenheiro-arquiteto em 1905 e foi o primeiro egresso a se tornar docente na Politécnica de São Paulo, mas no curso de engenharia civil, especializando-se em resistência de materiais.
5. Banca avaliativa constituída por seus professores: F. P. Ramos de Azevedo, José Brant de Carvalho e Maximilian Hehl.
6. Vários livros adquiridos por ele nessa primeira viagem estão identificados em sua biblioteca, atualmente sob os cuidados da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) — sede da rua Maranhão.
7. Sobre a importância do classicismo, referencio-me nas incontornáveis reflexões de Colquhoun (2004), que identifica duas formas de apropriação da história nas artes, nas noções de imitação e de processo.
8. Cass Gilbert (1859-1934) foi presidente do *American Institute of Architects* e responsável por diversos edifícios públicos e privados em New York, Minnesota etc., entre eles o edifício da Suprema Corte em Washington (DC).
9. Albuquerque utiliza largamente a edição francesa de Tolstói, *Qu'est-ce que l'art?*, de 1903 (volume encontrado na biblioteca pessoal do arquiteto). Quase todas essas obras encontram-se em sua biblioteca e são referenciadas em seus cursos na Politécnica.
10. Vale ressaltar ainda que grande parte dos princípios pautados nos textos aqui explorados foram retomado por Albuquerque ao final de sua carreira, quando sintetizou vários anos de trabalho como docente na Escola Politécnica no compêndio *Construções Civis*, publicado em 1942 e até tempos recentes utilizado como referência para estudantes de arquitetura e engenharia no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. Impressões da Europa. *Revista Polytechnica*, v.15, p.182-198, 1907a.
- ALBUQUERQUE, A. Impressões da Europa. *Revista Polytechnica*, v.16, p.267-283, 1907b.
- ALBUQUERQUE, A. Impressões da Europa. *Revista Polytechnica*, v.17, p.315-334, 1907c.
- ALBUQUERQUE, A. *Estudo do Renascimento italiano e seu desenvolvimento*. São Paulo: Typographia Brasil de Rotschild, 1909.
- BLODGETT, G. *Cass Gilbert: the early years*. St. Paul, MN: Minnesota HS Press, 2001.
- CARVALHO, M.C.W. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CHOAY, F. *A Regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- COLQUHOUN, A. *Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura 1980-1987*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- GOETHE, J.W. *Viagem à Itália 1786-1788*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HEHL, M.E. Viagem de instrução à Itália: consideração histórica arqhitectonica. In: ANUARIO DA ESCOLA POLYTECNICA DE S. PAULO PARA O ANNO DE 1906. São Paulo: Tyographia do Diario Official, 1906. p.3-24.
- LARSON, P.C. *Cass Gilbert abroad: the young architect's European tour*. Afton-MN: Afton HS Press, 2003.
- SALGUEIRO, V. *Grad Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura*. *Revista Brasileira de História*, v.22, n.44, p.289-310, 2002.
- TAYNE, H. *Voyage en Italie*. Bruxelles: Complexe, 1990.

RESUMO

Neste artigo, são exploradas interpretações e repercussões das notas de viagem do arquiteto brasileiro Alexandre Albuquerque nos vários campos de atuação dos profissionais da cidade no início do século XX. Premiado pela Escola Politécnica de São Paulo com uma estadia para estudos na Europa em 1906, o recém-diplomado Albuquerque elabora registros e reflexões sobre as transformações urbanas e as formas arquitetônicas observadas na visita a países como França, Bélgica, Áustria, Alemanha, Inglaterra e Itália, e, ao retornar ao Brasil, divulga sobre a viagem vários estudos com os quais dialoga por vários anos em sua atuação profissional e em outros escritos. Debatidos amplamente em São Paulo na época, estudos desse tipo foram entendidos como fundamentais para complementar a educação formal dos arquitetos e acabam interferindo, diretamente ou não, nos projetos de obras para edificações e em planos urbanísticos, nas atividades ligadas ao ensino formal de história da arquitetura e artes, e também especificamente nos apontamentos teóricos sobre arquitetura. Portanto, esta investigação tem como objetivo contribuir para a compreensão da importância das viagens de estudo e do papel da história da arquitetura europeia na escolha e na composição dos repertórios arquitetônicos no espaço urbano no início do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Alexandre Albuquerque. Arquitetura (história). Viagens de formação.

HISTORY, ARCHITECTURE AND THE CITY: A TRIP TO EUROPE AS AN EARLY 20TH CENTURY STUDY

ABSTRACT

This paper explores the interpretations and repercussions of the traveling notes made by the Brazilian architect Alexandre Albuquerque about several city-based professional fields in the beginning of the 20th century. Awarded by the Polytechnic School of São Paulo, Brazil [Escola Politécnica de São Paulo] with a study period in Europe in 1906, the just-graduated Albuquerque prepared records and reflections about the urban transformations and architectural forms he observed while visiting countries such as France, Belgium, Austria, Germany, England and Italy, and upon his return to Brazil, published several studies about the trip – studies he cites for many years in his career and in other papers. Widely discussed in São Paulo at the time, this kind of study was considered fundamental to complement architects' formal education, and ended up interfering, directly or indirectly, in the designs for buildings and urban planning, in the formal teaching of Architecture and Art History, and also, specifically in theoretical notes about architecture. Therefore, this investigation aims to contribute to our understanding of the importance of the study trips and the role of European Architecture History in the choice and composition of the architectural repertoires in early 20th century urban spaces.

KEYWORDS: Alexandre Albuquerque. Architecture (history). Study trips.

IMPLICAÇÕES DA EXPANSÃO URBANA NA (TRANS)FORMAÇÃO DE CENTRALIDADES

E DA ARQUITETURA: O CENTRO ANTIGO DE NATAL (BRASIL) | Cilene Gomes, Edja Trigueiro

Arquiteta e Pós-doutoranda | Universidade de São Paulo | Instituto de Psicologia
| Departamento de Psicologia Social | Av. Professor Mello Moraes, 1721,
Cidade Universitária, 05508-030, São Paulo, SP, Brasil | Correspondência para/
Correspondence to: C. GOMES | E-mail: cilenegomes@terra.com.br

Professora Doutora | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Departamento
de Arquitetura | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo |
Natal, RN, Brasil

IMPLICAÇÕES DA EXPANSÃO URBANA NA (TRANS)FORMAÇÃO DE CENTRALIDADES E DA ARQUITETURA: O CENTRO ANTIGO DE NATAL (BRASIL)

INTRODUÇÃO

Sendo o espaço urbano resultado de um processo e condição para mudanças, o objetivo geral do estudo foi tentar desvendar determinações globais de processos locais e, na sua dialética, avaliar a inclusão do lugar como dimensão organizacional e organizadora do espaço urbano. Nesse sentido, as transformações desse espaço e as relações históricas entre cidade e bairro serão observadas a partir da expansão da cidade de Natal e de suas implicações na transformação da Cidade Alta, tendo como foco as alterações no caráter de centralidade desse bairro fundador da cidade.

Como mostraremos nas duas seções iniciais, a óptica conceitual dos extensores urbanos (Silva Neto, 1990) e a do pressuposto metodológico que subentende a lógica social do espaço (Hillier & Hanson, 1984) constituem pontos de partida complementares e substanciais para a leitura histórica e a análise da atual configuração socioespacial de Natal e da Cidade Alta.

Na hipótese de uma fissura entre cidade e arquitetura, estabelecida pela dissociação do interesse pelo projeto social e por centros antigos, estima-se poder contribuir para a discussão de efeitos da expansão urbana sobre a valorização ou depreciação de lugares e, quiçá, auxiliar na definição de intervenções globalizantes, à luz dos desígnios de reabilitação da vitalidade urbana e do ideal de uma cidade de todos. No caso da Cidade Alta, busca-se contribuir para a restituição do valor histórico e diferencial na significação global da cidade.

A EXPANSÃO URBANA DE NATAL

Para reunir os entendimentos sobre o espaço na escala intraurbana, a óptica conceitual dos extensores urbanos (Silva Neto, 1990) serviu como instrumento norteador da leitura proposta, pois guardadas as especificidades do crescimento da estrutura urbana de diferentes cidades, considera-se que os movimentos de ocupação, adensamento e expansão propriamente dita estejam sempre presentes e materializados por edificações e/ou equipamentos que promovam a ampliação de áreas urbanizadas.

Dessa forma, a relação intrínseca entre esse método de leitura e as evidências das transformações urbanas que ele permite detectar será explicitada, no decorrer da própria leitura histórica, por meio da identificação dos equipamentos extensores de ocupação, adensamento e expansão predominantes em cada período do crescimento de Natal e com apontamentos da ocorrência simultânea de extensores distintos em dado período.

Podemos entender, então, o crescimento de uma cidade através da identificação dos extensores urbanos — de ocupação, adensamento e expansão. Definindo os extensores como “equipamentos que podem conduzir de um lugar para outro um princípio ordenador e regulador, ou uma forma, fazendo-se reproduzir” (Silva Neto, 1990, p.13) e considerando que eles, em cada período da história, “carregam um sentido simbólico e estratégico que demarca a presença e a extensão de um poderio” (Silva Neto, 1990, p.14), o autor reforça sua proposição ao afirmar que “ao longo da história da cidade e de seus arredores, pode-se classificar, nesta conceituação geral, muitas implantações cujas dimensões e atividades/funções variam, mas que apresentam sempre as mesmas decorrências no processo de expansão da cidade, ou seja, fazem-na ‘estender-se’” (Silva Neto, 1990, p.14).

Na conformação da paisagem urbana até o século XIX, no Brasil, o rebatimento espacial do sistema de concessões de terras e da política urbanizadora do reino português seria perceptível, então, no espaço construído, predominantemente pelos extensores de ocupação, que marcaram um domínio, instituindo a posse e a ocupação territorial pela sucessão de novas edificações em seus arredores. A presença hegemônica dos colonizadores seria atestada pelo conjunto edificado que representa a arquitetura da defesa, do governo e da religião (Silva Neto, 1990), do casario, do comércio e dos primeiros espaços de uso coletivo. Como no caso de Natal.

No contexto das conquistas portuguesas pelo domínio das terras nativas, resguardados o espaço costeiro e a possível interiorização pelos rios, a fundação de Natal, em 1599, definira-se pela escolha de seu sítio, na Capitania do Rio Grande, precisamente “a meia légua da fortaleza” (Miranda, 1999, p.39), e próximo à margem direita do Rio Potengi. Depois da posse do solo potiguar e do início da construção do Forte dos Reis Magos (1598) para a defesa da barra do rio, a fundação da cidade vinha celebrar a festa cristã do nascimento do Senhor e a inauguração da igreja matriz, e estabelecer, ainda, o lugar do seu pelourinho. O

forte, a igreja e o pelourinho representam, assim, os primeiros extensores de ocupação, pois demarcam o alcance da ocupação territorial que deu origem à cidade.

Com o evoluir da ocupação, e não fugindo ao modelo urbanístico português, Natal irá adquirir seu estatuto de cidade colonial, onde os edifícios religiosos e administrativos, os principais extensores de ocupação, o pequeno casario e os comércios pontuavam a centralidade da vida social, em meio aos matos ou sítios e plantações dos arredores.

Nos três primeiros séculos, em paralelo ao processo predominante de consolidação da ocupação territorial, temos, todavia, um princípio embrionário de adensamento e, mesmo, de expansão, que resultará na tessitura da cidade conformada ao território dos atuais bairros da Cidade Alta e Ribeira.

É só a partir do final do século XIX e até os anos 40 e 50 do século XX que, então, poderíamos demarcar a predominância dos movimentos de adensamento da estrutura urbana, nas imediações desses bairros originais e no alcance de toda a região dos atuais bairros de Rocas e Santos Reis, Redinha e Igapó, Alecrim, Lagoa Seca, Barro Vermelho, Tirol e Petrópolis, e, ainda, Areia Preta, Praia do Meio e Mãe Luiza (Figura 1). O tecido

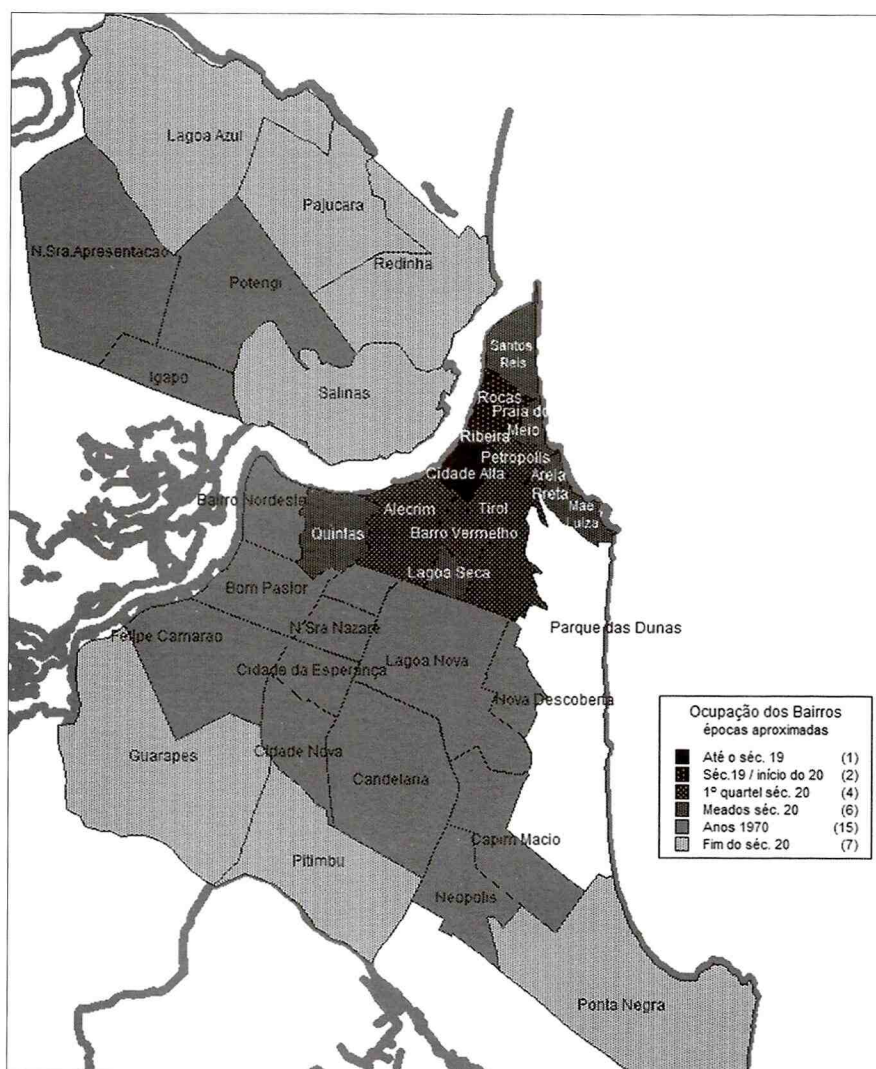


FIGURA 1 – Ocupação dos bairros do município de Natal.

Fonte: Grupo de Pesquisa Morfologia e Usos da Arquitetura — MUsA, DARQ, UFRN.

urbano original assim se reconstitui em sua dinâmica de cidade-porto e abrigo de pescadores, sede administrativa e mercado, centro da vida cultural e estação de veraneio, ampliando-se, também, por uma esfera de relações inter-regionais no contexto do Rio Grande do Norte e de outros estados do Nordeste.

Como retrata Miranda (1999), desde o século XVII, as principais interligações pelas águas e por terra serviam às relações de Natal com Pernambuco e Paraíba, e, internamente, do centro antigo em direção aos municípios de São José de Mipibu (ao sul), Macaíba e São Gonçalo (a oeste), definindo os primeiros grandes eixos da expansão territorial. Além disso, essas interligações conduziam do centro antigo à praia da Redinha, com a barca a vapor atravessando passageiros e cargas pelo rio Potengi, e com a ponte metálica sobre o mesmo rio e a estrada de ferro vinda do vale do rio Ceará Mirim (ao norte); as interligações desembocavam na estação de Natal e seguiam na direção sul para além do atual município.

Assim, já havia, desde então, os primeiros extensores de expansão representados, sucessivamente, pelos antigos caminhos terrestres e fluviais, pela ponte de Igapó e a estrada de ferro e, ainda, pelas povoações dispersas que dariam origem a novos bairros.

Na primeira metade do século XX, a cidade segue crescendo com o afluxo de população (ao redor dos primeiros núcleos) e com a ampliação dos serviços e comércios e de outras implantações. Com os locais destinados às primeiras fabricações e aos armazéns de mercadorias; com as obras do porto e as localidades de veraneio e festas, logo alcançadas pelo bonde, como Areia Preta, mas também Lagoa Seca e Barro Vermelho; com as instalações da marinha no bairro do Alecrim; com os primeiros planos de novas ruas e largas avenidas, de criação de novos bairros — como a Cidade Nova — e, ainda, com novas infraestruturas e melhoramentos, tem-se um crescimento urbano em ritmo ainda lento e que melhor se define pelo movimento de adensamento.

Seria justamente a implantação dos extensores de adensamento que preencheria os espaços intersticiais das ocupações originais. Segundo Silva Neto (1990), tais extensores adensam o espaço físico da cidade e relacionam-se às atividades e implantações de apoio a essas ocupações — como a infraestrutura (arruamentos, transporte urbano, iluminação pública, fornecimento de água) e outros melhoramentos (passeios e praças), equipamentos e atividades terciárias. Além disso, entretanto, também já se pré-configurava uma futura expansão. Com certa dispersão da população e alguns eixos de indução do crescimento já traçados, essa expansão volta-se a partir de agora, na história da cidade, “a uma estratégia de aumento das áreas urbanizadas” (Silva Neto, 1990, p.18).

De fato, precisamente no marco da Segunda Grande Guerra, a cidade de Natal foi objeto de novas transformações, e, em pouco tempo, engendrou-se sua mais notável expansão, circunscrita espacialmente às forças determinantes de dois novos momentos históricos: o primeiro, que se estende aos anos 1970, e o segundo, de 1980 aos dias

atuais. É apenas na segunda metade do século XX que os novos conjuntos urbanísticos da organização do espaço se estabelecem nas direções mais ao sul, oeste e norte de seu território. Como relata e mapeia Miranda (1999), com a construção da Base Aérea de Parnamirim (ao sul) e a Base Naval de Natal, no Alecrim, tem início o processo de divisão territorial das glebas, sítios ou chácaras que circundavam os primeiros núcleos de ocupação e adensamento da cidade, demarcada pelos eixos viários e loteamentos propriamente ditos.

Os extensores de expansão (Silva Neto, 1990), representados pelas implantações de grandes objetos e por certo distanciamento das áreas centrais, acarretam grandes alterações na estrutura da cidade. Alentado “pelos processos socioeconômicos intrínsecos à dinâmica da urbanização” (Silva Neto, 1990, p.56), o crescimento urbano efetiva-se na constante superação de seus limites físicos pela ampliação de sua área construída.

Com o desenvolvimento da economia urbana e a produção e a apropriação do espaço baseadas nas lógicas da maior oferta de áreas recém-urbanizadas, da natural valorização do solo urbano, da especulação sobre os terrenos e os imóveis e nas leis que as legitimam, os extensores de expansão são facilmente identificados em Natal: as bases militares já mencionadas; loteamentos em grandes glebas e dimensões construtivas; avenidas e redes de infraestrutura; complexos comerciais e de serviços especializados e outras formas horizontalizadas predominantes (com manchas de verticalização).

Com grandes áreas loteadas e novas condições de acessibilidade, as mudanças do uso e ocupação do solo são simultâneas, de modo geral, ao crescimento populacional e à valorização imobiliária, na região sul, provocada pela destinação turística e pelo caráter predominante de uma cidade prestadora de serviços.

As políticas públicas tendem a favorecer esse processo, mas em paralelo a um descaso relativo à periferização das classes de baixa renda (sobretudo nas regiões oeste e norte) e à depreciação das antigas áreas centrais, com o surgimento de novos centros. Como demonstra Villaça (1986), o centro da cidade sempre se desloca na direção de crescimento das classes de mais alta renda, e para essas novas áreas tendem a se deslocar igualmente os melhores serviços e equipamentos, mais investimentos e as próprias instalações do Estado. Em Natal, os bairros de Lagoa Nova, Candelária e Capim Macio são alguns exemplos desse outro mecanismo característico da expansão urbana.

Com a implantação dos numerosos loteamentos e conjuntos habitacionais e das novas funções produtivas e administrativas (com seu amplo espectro de escritórios e sedes para serviços e comércios), a abertura dos principais eixos viários e a implantação de outras infraestruturas e, ainda, com as novas áreas industriais, a expansão da cidade reorienta-se, tornando a estrutura urbana mais complexa, diversificada e estendida.

Enquanto a cidade tende a assumir as dimensões idealizadas e favorecidas por novas iniciativas políticas e econômicas do atual processo de globalização concentrador e excludente, suas expansões terminam por consolidar o estado de desordenamento da cidade no seu conjunto e o comprometimento da habitabilidade do espaço, que são apenas os reflexos mais gerais de sua situação de crise social e urbana. Como em muitas cidades brasileiras, Natal guarda em si o mesmo desafio de superação dessa realidade crítica que tem na problemática da acessibilidade e dos centros urbanos originais da cidade apenas algumas de suas manifestações mais específicas.

IMPLICAÇÕES DA EXPANSÃO URBANA NA CIDADE ALTA

A expansão urbana descrita encontra representação gráfico-quantitativa em estudos morfológicos com procedimentos de sintaxe espacial adotados para estimar os efeitos que as transformações na configuração urbana global exerceram em certas áreas de Natal (Trigueiro *et al.*, 2002; Trigueiro & Medeiros, 2003). Tais estudos têm subsidiado discussões interdisciplinares para a definição de estratégias de reabilitação de centros antigos, com foco nas relações entre a estrutura morfológica e a dinâmica de usos sociais, instâncias muito ligadas aos ciclos sucessivos de vitalidade urbana.

Atributos morfológicos relevantes, como os geradores ou mantenedores de vitalidade urbana, podem ser assim analisados. Aqui se apresenta uma representação linear da malha viária — o mapa axial, que indica o potencial de movimento de certa via em relação à estrutura viária a qual se articula, em qualquer nível de inserção investigado — de uma localidade discreta à escala metropolitana. Na base desse recurso analítico está a noção de configuração espacial como conjunto de relações interdependentes e a proposição central de movimento como correlação fundamental dessa configuração (Hillier, 1996), já que o movimento prescreve a configuração do espaço e é por ela condicionado. Considerando que pessoas (e veículos) tendem a se mover em linhas, Hillier e Hanson (1984) propõem a representação linear para investigar padrões de movimento e de fenômenos associados como um dos meios possíveis de entender a dialética entre as leis da sociedade e da forma urbana: como a sociedade representa espacialmente as relações sociais ou como a forma urbana interfere nas interações sociais. A intensidade com que a forma urbana responde à sociedade pode ser mensurada ao se relacionar, por exemplo, informações sobre uso do solo, valor imobiliário, fluxos e presença de agentes e atividades etc.

Embora a aplicação rigorosa do instrumento requeira a validação dos índices através de correlação com dados empíricos (fluxos de pedestres ou veículos), a metodologia tem-se mostrado útil também no estudo de transformações, quando não se dispõem de dados observáveis, pois essa lacuna pode ser suprida, em parte, pelos registros historiográficos indicadores da presença de áreas com maior ou menor intensidade e diversidade de atividades em dada época. A metodologia oferece, ainda, o recurso de

se delinarem cenários prováveis, pela simulação de alterações na estrutura viária, uma vez identificadas tendências evolutivas e seus efeitos na configuração que se vai alterar.

O mapa linear de uma configuração urbana é obtido pela representação dos espaços (vias, segmentos de via, largos etc.) com o menor número de linhas retas, as mais extensas que se podem inserir na calha da rua ou espaço aberto, de modo a indicar todos os possíveis percursos diretos por esses espaços. Aplicativos computacionais de sintaxe espacial numeram as linhas e constroem uma matriz de correlações que baseia o cálculo de todas as possíveis conexões a partir de cada linha e em relação a todas as outras existentes na configuração. O valor final do cálculo indica o potencial de acessibilidade — ou valor de integração — de cada linha nessa mesma relação. Esses valores numéricos são automaticamente traduzidos em cores que vão do vermelho (maior acessibilidade) para o azul marinho (menor acessibilidade), passando pelo laranja, amarelo, ocre, verde e azul (Figuras 2 e 3).

Neste estudo, a malha viária de Natal foi representada (a partir de plantas existentes) em estágios que acompanham a expansão já descrita: (1) 1924; (2) anos 1940; (3) anos 1970; e (4) atualmente. Foram, ainda, representados dois níveis de inserção da Cidade Alta na malha viária: o perímetro municipal e o entorno da Cidade Alta, para incluir suas ligações com bairros adjacentes e fronteiros na margem oposta do Rio Potengi. Esse último nível foi examinado por uma dupla representação, para deprender, à luz de tendências detectadas na análise diacrônica das relações entre forma e usos, possíveis efeitos de intervenções recentes advindas com a Ponte Redinha — Santos Reis sobre o mesmo rio.

Com os mapas axiais, constataram-se o deslocamento e a expansão do núcleo integrador da estrutura viária, formado pelo conjunto de vias mais bem conectadas na trama urbana, que costuma coincidir com o perímetro do centro urbano ativo, definido como a área onde se concentra a maior e mais diversa quantidade de usos (Hillier, 1999). Esse deslocamento acarretou a mutação da Cidade Alta de “centro” de Natal — denominação ainda corrente — para subcentro com características periféricas.

Por volta de 1940, eixos de expansão que partem do núcleo fundador adentram a grelha regular a sudeste — a então Cidade Nova, parte dos atuais bairros de Petrópolis e Tirol —, começando a configurar um novo núcleo integrador que se consolida, nos anos 1970, e se expande em “V”, flanqueando o perímetro da Cidade Alta, a sudeste, sul e sudoeste. Esse novo núcleo integrador dispõe, hoje, da maior diversidade e densidade de usos e corresponde ao centro ativo na escala urbana. A partir daí, o novo núcleo integrador conservou a mesma posição relativa no complexo urbano, mas expandiu-se gradualmente. Essa expansão tornou-se rápida e intensa quando os extensores de adensamento passaram a atuar sobre os espaços intersticiais dos conjuntos habitacionais desarticulados na margem norte do Rio Potengi, definindo uma lógica configuracional distinta da existente na primeira margem ocupada do rio, onde o crescimento foi mais orgânico e lento.

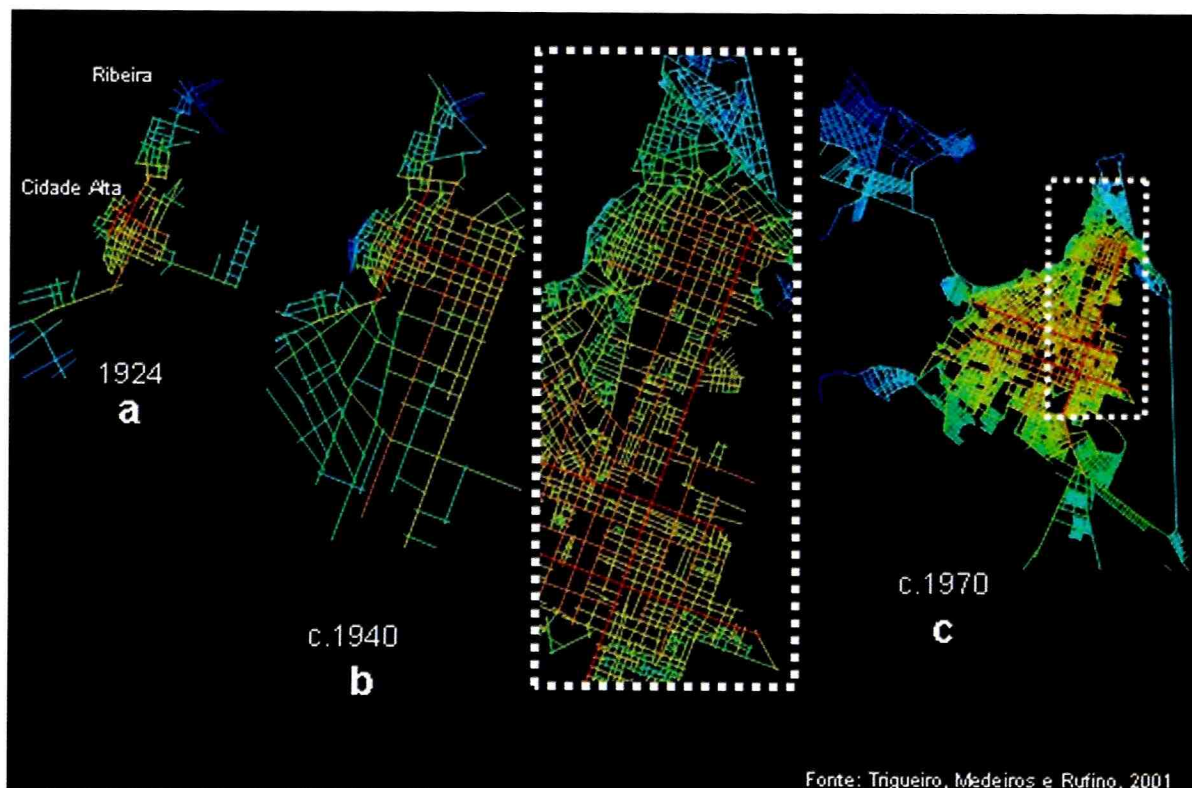
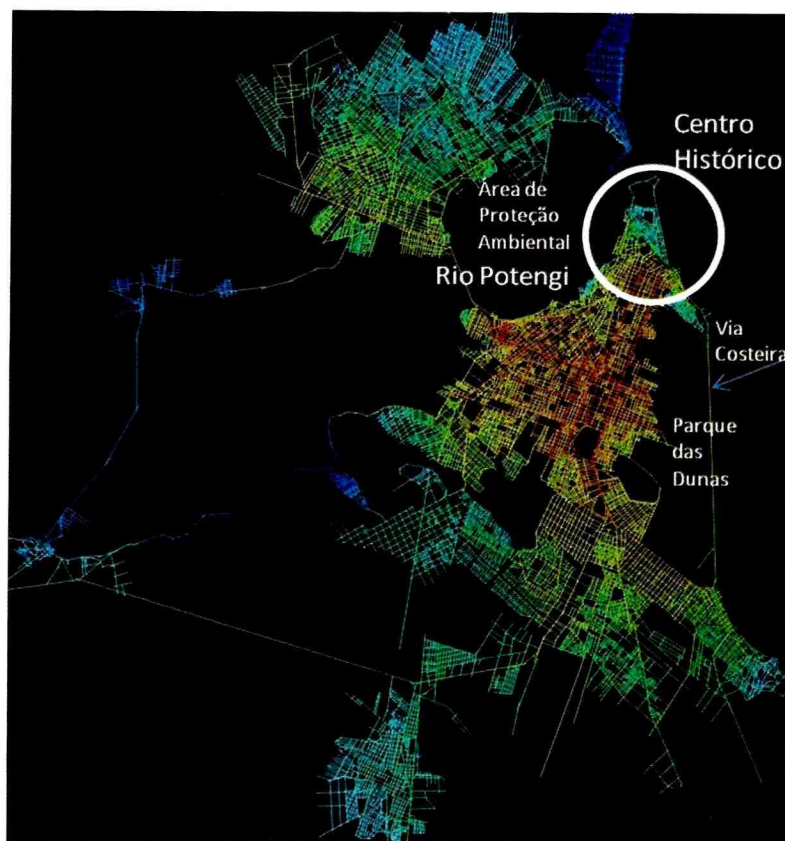


FIGURA 2 – Deslocamento do conjunto de vias potencialmente mais acessíveis (cores quentes), em sucessivos estágios da expansão de Natal e formação de um novo núcleo integrador (subconjunto viário formado pelos eixos topologicamente mais acessíveis).
Fonte: Grupo de Pesquisa Morfologia e Usos da Arquitetura — MUa, DARQ, UFRN.

FIGURA 3 – Natal e municípios da área metropolitana: configuração atual.
Fonte: Grupo de Pesquisa Morfologia e Usos da Arquitetura — MUa, DARQ, UFRN.



Ao se comparar o mapa axial dos anos 1970 com o atual, nota-se inicialmente que quase todo o perímetro da Cidade Alta situa-se fora do núcleo integrador. Conforme ele se amplia, seguindo a mancha da expansão de Natal, mas aproximadamente na mesma posição, passa a incluir frações da malha viária da Cidade Alta. Esse estágio pode ser um ponto de inflexão na periferização do então centro de Natal, trazendo alterações importantes quanto ao uso e ao valor dos seus espaços.

SOBRE COMO A FORMA URBANA PODE RESPONDER À DINÂMICA SOCIO ECONÔMICA

Quando o núcleo integrador se deslocou para o sul, conduzido pelos extensores de expansão e adensamento, o *status* da Cidade Alta começou a declinar. A construção de conjuntos e bairros residenciais deu origem a novos núcleos urbanizados, levando à transformação dos bairros centrais, aos deslocamentos do lugar da habitação e à re-funcionalização de antigas residências para comércio e serviços.

De 1950 à 1980, parte da população residente foi substituída por outra menos abastada, e estabelecimentos de serviço especializado e de comércio varejista migraram, na esteira do deslocamento da antiga clientela, para centros comerciais (hipermercados e *shopping centers*) e arredores, no novo núcleo integrador.

A partir dos anos 1980, quando esse núcleo se amplia, englobando frações da Cidade Alta, expandiram-se, também, as atividades terciárias para camadas de menor poder aquisitivo, substituindo antigos estabelecimentos nas ruas comerciais tradicionais e espalhando-se daí para ruas basicamente residenciais, cujas casas sofreram mutilações resultantes da adaptação aos novos usos, ou foram demolidas para dar lugar a grandes galpões comerciais e/ou estacionamentos. Logo, o deslocamento e a expansão do núcleo integrador associaram-se à decadência da Cidade Alta como o principal centro urbano e à sua transformação em subcentro periférico. À época do primeiro fenômeno, quando decresce o potencial gerador de movimento da malha viária, multiplicam-se os imóveis desocupados, e, no segundo momento, quando o perímetro da Cidade Alta é incluído nas bordas do novo núcleo integrador, intensifica-se a substituição dos edifícios ou o desmonte de suas feições.

Fragmentados em pequenos estabelecimentos comerciais, mutilados pela adição/remoção de vãos e elementos de acabamento, encobertos por anúncios e disfarces, edifícios mais ou menos antigos são adaptados para atividades que dependem de movimento, sobretudo os fluxos de pedestres, e de custos modestos de locação.

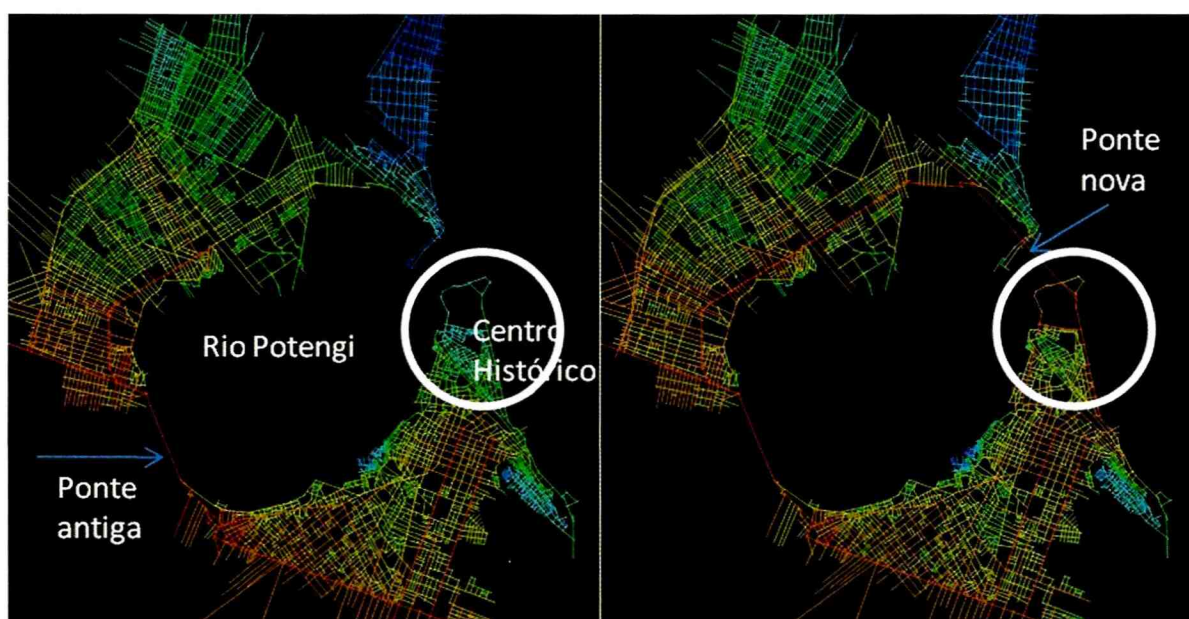
O quadro resultante vai de encontro aos desígnios para a área, que conforma, com o bairro da Ribeira, a Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH) de Natal — já tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e que se quer tornar polo de atividades turístico-culturais amparadas também pela presença de moradias socialmente inclusivas. Recentemente, multiplicaram-se os projetos (Monteiro & Trigueiro, 1993; Tinoco *et al.*, 2008) e fóruns de discussão sobre os destinos da área;

as estratégias que contribuam para torná-la, de fato, um centro histórico; a implantação de novos complexos (portuário e pesqueiro) capazes de fomentar crescimento econômico (na Ribeira); leis de incentivo à implantação de equipamentos de cultura e lazer; sobre políticas para a fixação da população ali residente e a atração de novos moradores.

Embora sejam notórias as contradições entre proposições, tais como entre o Projeto da Ampliação do Porto (extensão da área portuária sobre quadras compostas de edifícios de interesse turístico-cultural) e a ZEPH, pouco se tem discutido acerca das implicações do aumento de acessibilidade da malha viária sobre o incremento de certos usos e, por conseguinte, sobre o desmonte de um conjunto edificado que se quer tornar suporte para a requalificação da área, em um contexto sociocultural onde não se consolidou a noção de integridade arquitetural como valor agregado.

Caso se mantenha esse panorama, há indícios de que a ZEPH tenderá a se fortalecer como subcentro periférico, pois deverá ocorrer um significativo aumento de acessibilidade na estrutura viária local e uma maior inserção da área nos limites do atual núcleo integrador da cidade, como indica o mapa axial de Natal no início do século XXI (Figuras 4a e 4b), remodelado para incluir transformações viárias, resultantes de intervenções recentes, no contexto específico do circuito de ligação formado pelas duas pontes, a antiga e a nova.

O incremento ao turismo e a consequente valorização imobiliária de áreas à beira-mar, resultado da ligação direta dos litorais sul e norte, revelam, obviamente, interfaces com os desígnios da ZEPH como polo turístico-cultural. Percebe-se, no detalhe da Figura 4b (em comparação com a situação em 2006, expressa pela Figura 4a), um grande aumento do potencial de acessibilidade da malha viária, sobretudo na



FIGURAS 4a e 4b – Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH) Natal, RN (Cidade Alta e Ribeira) e margem norte do Rio Potengi: (a) configuração em 2006; (b) configuração mais intervenções recentes. Note-se a alteração do potencial de acessibilidade da área e seu entorno.
Fonte: Grupo de Pesquisa Morfologia e Usos da Arquitetura — MUsA, DARQ, UFRN.

grelha regular do atual bairro de Petrópolis, que se espraia no sentido da Cidade Alta e sobre quase toda a Ribeira, principalmente nas quadras ribeirinhas, onde se concentram os edifícios mais antigos. Vale ressaltar que em Petrópolis — o bairro mais valorizado atualmente —, o aumento do potencial de acessibilidade na última década tem se traduzido em dramática transformação edilícia, resultante da mudança do uso residencial para comercial, sendo este voltado para consumidores de alto poder aquisitivo, e da substituição de quadras inteiras de moradias unifamiliares para a construção de edifícios de apartamentos direcionados aos que se desfazem de suas casas ali e a outros grupos igualmente privilegiados economicamente. A radical metamorfose por que passam agora os bairros costeiros de Areia Preta e Praia do Meio tem também a ver com o aumento do potencial de acessibilidade ensejado pela nova ponte, ratificando o que o mercado imobiliário começou a antever a partir do momento da aprovação do projeto. Desde os anos 1990, portanto, a dinâmica “maior acessibilidade, valorização imobiliária galopante, intensificação de uso comercial” tem sido o principal vetor de transformação do conjunto edificado e da extinção do patrimônio construído de épocas pregressas.

BENEFÍCIOS DA ACESSIBILIDADE À CUSTA DA IDENTIDADE URBANA

Como em grande parte dos fenômenos urbanos, as relações todo-parte aqui discutidas encerram não apenas conflitos de interesses, mas contradições embutidas nas perspectivas de intervenção delineadas. Se, de um lado, um estado de vitalidade urbana sustentável costuma se associar à valorização comercial e à diversidade de usos — fatores que tendem a acompanhar um alto nível de acessibilidade da configuração espacial —, de outro, as evidências aqui apresentadas indicam que esse anunciado ganho de acessibilidade pode contribuir para o desmonte radical do conjunto construído e, fazendo esvanecer o que resta de identidade nos bairros antigos de Natal, concorrer para aniquilar seu potencial como centro histórico. Assim, argumenta-se que, na ausência de medidas eficazes para controle do processo — e o tombamento *per se* está longe de lograr tal intento, como se sabe —, as intervenções recentes parecem operar na contramão da recuperação da área segundo padrões desejáveis de vitalidade urbana, da criação de um cenário capaz de acomodar conservação do patrimônio edificado, diversidade de usos e novas formas de moradia inclusiva, como se preconiza na maioria dos projetos concebidos para Natal.

REFERÊNCIAS

- HILLIER, B. *Space is the machine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HILLIER, B. Centrality as a process. In: SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 2., 1999, Brasília. *Proceedings...* Brasília: UnB, 1999. p.6.1-6.20.
- HILLIER, B.; HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- MIRANDA, J.M.F. *Evolução urbana de Natal em 400 anos: 1599 a 1999*. Natal: Prefeitura de Natal, 1999.
- MONTEIRO, C.; TRIGUEIRO, E. *Morar no centro histórico: pesquisa de demanda habitacional no centro de Natal*. Natal: [s.n.], 1993. Mimeo. Relatório final de pesquisa.
- SILVA NETO, M.L. *Extensores urbanos: o caso da cidade de São Paulo*. 1990. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- TINOCO, M.B.M.; BENTES, S.M.D.P.; TRIGUEIRO, E. (Org.). *Plano de reabilitação de áreas urbanas centrais*. Natal: EDUFERN, 2008.
- TRIGUEIRO, E.; MEDEIROS, V. Marginal heritage: studying effects of change in spatial integration over land-use patterns and architectural conservation in the old town centre of Natal, Brazil. In: INTERNATIONAL SPACE SYMPOSIUM, 4., 2003, London. *Proceedings...* London: UCL/SSL, 2003. p.20.1-20.16.
- TRIGUEIRO, E.; MEDEIROS, V.; RUFINO, I. Investigating consequences of an ongoing urban redevelopment over architectural remains in Natal (Brazil) historic centre. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PATRIMÔNIO E CIDADE CONTEMPORÂNEA, 3., 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2002.
- VILLAÇA, F. *O que todo cidadão precisa saber sobre a habitação*. São Paulo: Global, 1986.

RESUMO

O presente artigo faz uma reflexão sobre a constituição e a transformação do espaço intraurbano da cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, Brasil, e as implicações de sua expansão no conjunto edificado, especialmente no bairro de Cidade Alta, o núcleo urbano fundador. Adota-se a ótica conceitual dos extensores urbanos e da lógica social do espaço para a compreensão dessa expansão, analisada em sua estrutura espacial por meio de representações diacrônicas de sucessivos estágios de desenvolvimento que revelam alterações em acessibilidade topológica e permitem discutir relações entre configuração espacial da cidade como um todo estruturado e forma e usos da arquitetura, à luz da noção de movimento natural. Apontamentos críticos sobre intervenções recentes são, ainda, referidos à acessibilidade topológica, à integridade arquitetural e à animação urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Centralidade. Configuração espacial. Expansão urbana. Município de Natal.

IMPLICATIONS OF THE URBAN EXPANSION IN THE (TRANS)FORMATION OF CENTRALITY AND ARCHITECTURE: THE OLD TOWN CENTRE OF NATAL (BRAZIL)

ABSTRACT

The article addresses the transformation of the intra-urban space of Natal, in Rio Grande do Norte, Brazil, by focusing on the effect exerted by the urban grid expansion over the architectural ensemble, especially in the original settlement area and former town centre known as Cidade Alta. The town's expansion was examined according to the notion of urban extensors whereas the grid was modelled according to the social logic of space to represent successive stages of development, analyzed in its spatial structure by way of diachronic representations. Thus, differences in topological accessibility and potential centrality at each stage could be evaluated. Relations between the city's spatial configuration and architectural form and use are also discussed in the light of the idea of natural movement. Key issues concerning recent interventions are also referred to in relation to topological accessibility, architectural integrity and urban animation.

KEYWORDS: Accessibility. Centrality. Spatial configuration. Urban expansion. Intra-urban, Municipality of Natal, Brazil.

O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA EM PARALELO ÀS SOLUÇÕES FORMAIS E ESTRUTURAIS
NO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE NITERÓI | Simone Neiva, Rafael Perrone

Pós-doutoranda | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo | R. da Consolação, 930, *Campus Higienópolis*,
01302-090, São Paulo, SP, Brasil | Correspondência para/*Correspondence*
to: S. NEIVA. E-mail: simoneiva@gmail.com

Professor Doutor | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo | São Paulo, SP, Brasil

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA EM PARALELO ÀS SOLUÇÕES FORMAIS E ESTRUTURAIS NO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE NITERÓI

A ideia da implantação de um museu de arte em Niterói surgiu quando, em 1991, o empresário João Sattamini perguntou ao então prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira, sobre o interesse da cidade em abrigar sua coleção de arte contemporânea brasileira. O prefeito respondeu positivamente, e o convite para a execução do projeto foi feito a Oscar Niemeyer.

Na mesma semana, João Sattamini, o prefeito Jorge Roberto Silveira e os arquitetos Italo Campofiorito e João Sampaio acompanharam Niemeyer na escolha do terreno. A primeira parada foi o mirante da Boa Viagem, pelo qual o arquiteto ficou fascinado, não demonstrando interesse em olhar outros sítios disponíveis. Niemeyer disse: “Não precisa. É aqui. E já tenho a forma, algo como uma flor ou um pássaro” (Niemeyer, 1997, p.22).

O edifício toca o solo minimamente, liberando o terreno e permitindo a vista da paisagem. A solução do partido está diretamente relacionada ao sítio: um platô debruçado sobre as águas da baía da Guanabara, de onde se avista o Pão de Açúcar e o Corcovado, ícones que afirmam a vocação do local para mirante (Figura 1). O terreno encontra-se no nível da rua e não há nenhuma outra edificação sobre o platô a não ser o museu. O vazio da praça contrasta com o cheio do volume compacto e único. Assim, a arquitetura é valorizada diante da potência da paisagem.



FIGURA 1 – Museu de Arte Contemporânea de Niterói, com o Pão de Açúcar ao fundo.
Fonte: Fotografia Tom Boechat.

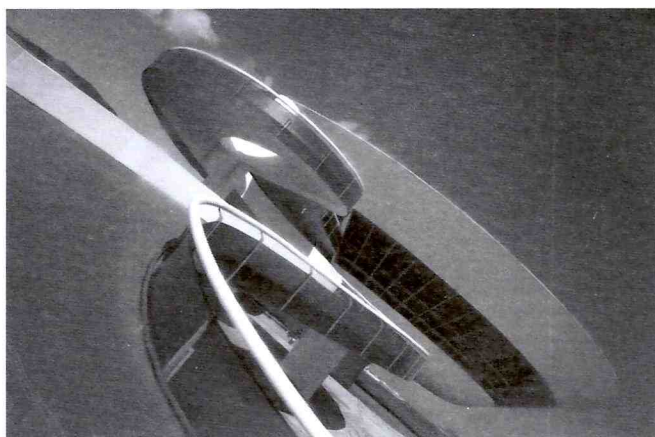


FIGURA 2 – Museu de Arte Contemporânea de Niterói visto a partir da rampa.
Fonte: Fotografia Tom Boechat.

VOLUMETRIA

Virtualmente, o museu surge como uma linha sinuosa em rotação, que nasce do espelho d'água a partir de um apoio central. O volume de concreto tem a forma de um cálice de 15 metros de altura, opaco e branco, com um rasgo horizontal envidraçado. Do apoio, um cilindro de 9 metros de diâmetro e 4 metros de altura; o pavimento superior, um tronco de cone, amplia-se chegando a atingir um balanço com cerca de 20 metros.

O Museu de Arte Contemporânea (MAC) de Niterói é aparentemente maciço. Seu volume alarga-se a partir do apoio, criando uma cúpula invertida com perfil a 30° em relação ao solo. Fixada a essa cúpula está uma caixilharia de vidro fumê e, acima dela, uma concha que completa o volume. Apoiada em vigas radiais, a cobertura em forma de cúpula baixa sustenta uma faixa de concreto que libera a fachada de indicar qualquer modo de sustentação da cúpula, permitindo ao piso da varanda uma visualização sem interrupções da paisagem da baía de Guanabara. As duas faixas de concreto que compõem a fachada têm praticamente o mesmo tamanho que a faixa envidraçada, criando um equilíbrio entre as três seções: a base, onde está localizada a administração; o espaço expositivo, rodeado pelo vidro; o mezanino, cegado pelo concreto.

À esquerda, a rampa (Figura 2), um volume escultórico, toca o cálice em dois pontos. Sua localização, descentralizada dos eixos principais do terreno, causa um equilíbrio

assimétrico com o volume principal. Sob o volume encontra-se um espelho d'água circular. A proximidade com o oceano descarta a eventual função de microclima do espelho, que age como um solo fluido e confere leveza à arquitetura, ou ainda, para quem olha a paisagem da baía, sugere uma continuação da superfície do mar. Todavia, originalmente o espelho d'água não estava concebido. Em uma das primeiras versões, na praça, logo abaixo do volume do cálice, o acesso à extremidade do terreno seria conservado. Permitido o acesso até a borda do platô, nessa área seriam colocadas mesas de apoio ao restaurante, localizado no subsolo (Figura 3).

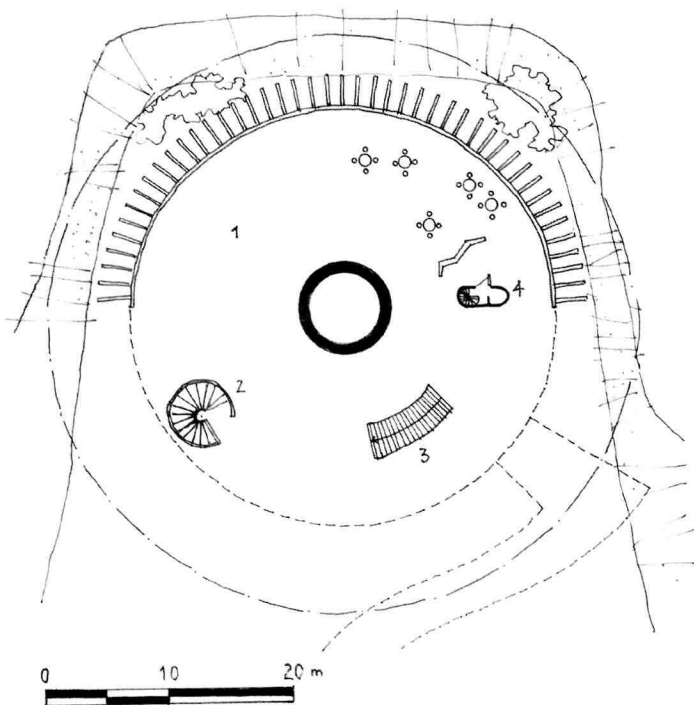


FIGURA 3 – Museu de Arte Contemporânea de Niterói (1993) – térreo com mesas de apoio ao restaurante.

Fonte: Fundação Oscar Niemeyer / reprografia da planta original em papel vegetal.

1. terraço
2. escada acesso ao restaurante
3. escada acesso ao acervo
4. módulo de acesso à cozinha

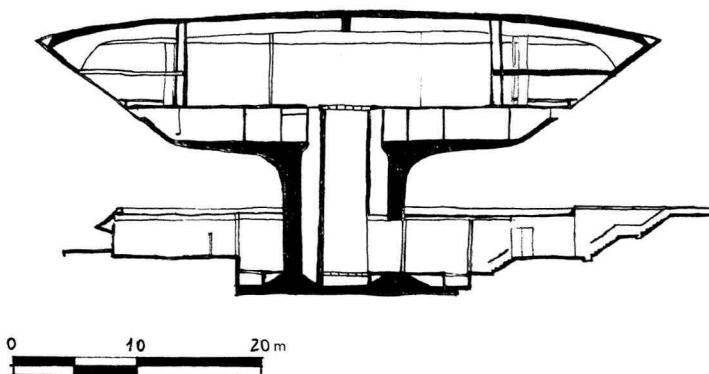


FIGURA 4 – Museu de Arte Contemporânea de Niterói (1993) – estrutura – corte transversal.

Fonte: Fundação Oscar Niemeyer / reprografia da planta original em papel vegetal.

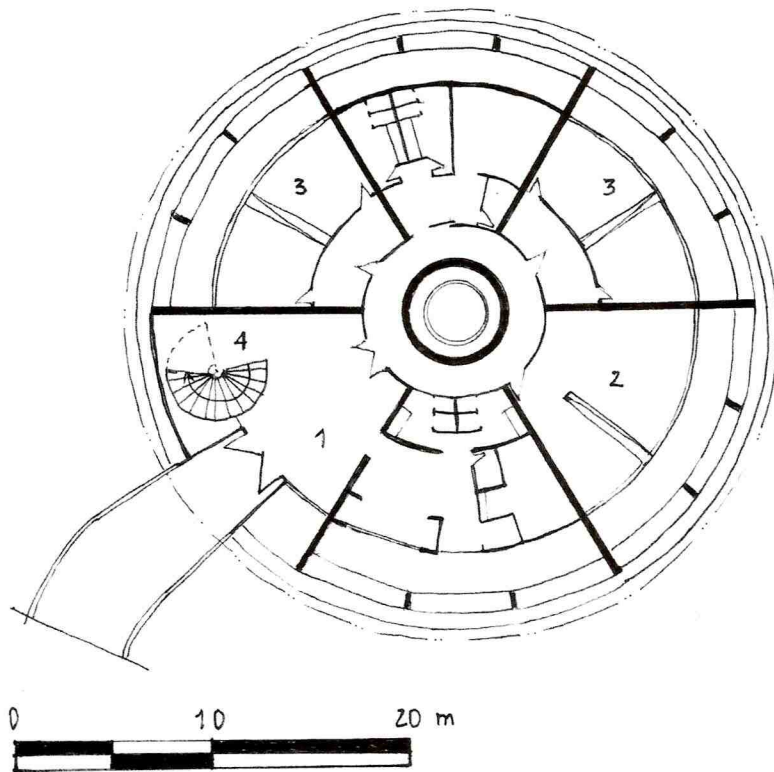


FIGURA 5 – Museu de Arte Contemporânea de Niterói (1993) – 1º pavimento – divisão radial.
Fonte: Fundação Oscar Niemeyer / reprografia da planta original em papel vegetal.

1. hall
2. diretoria
3. salas de trabalho
4. escada ao salão

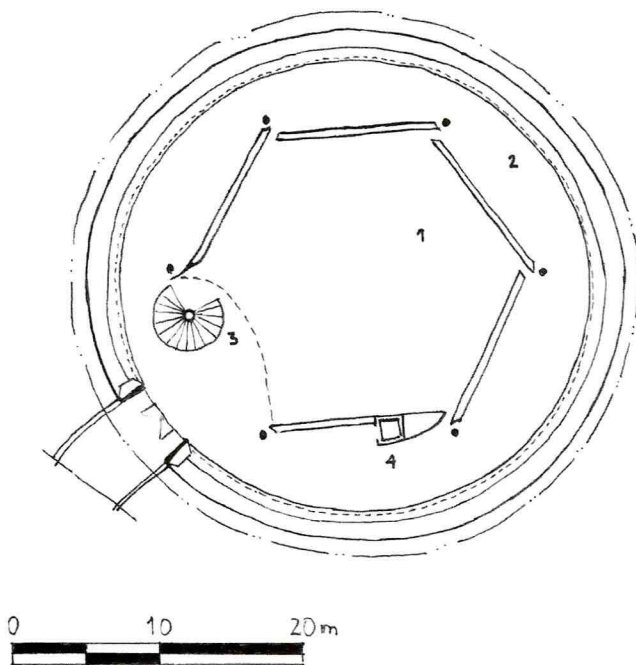


FIGURA 6 – Museu de Arte Contemporânea de Niterói (1993) – 2º pavimento – exposição.
Fonte: Fundação Oscar Niemeyer / reprografia da planta original em papel vegetal.

1. salão de exposições
2. varanda
3. escada de acesso ao mezanino
4. elevadores

ESTRUTURA

Toda em concreto, a estrutura do MAC de Niterói tem como apoio central um cilindro de 9 metros de diâmetro, construído a partir de uma única sapata de 2 metros de altura, com fundações diretas que atingem 5,7 metros. Do topo do cilindro, abre-se um volume em forma de concha, dividido em seis porções equivalentes por vigas altas em balanço, ligadas ao eixo central. Acima dessa concha, por trás da faixa envidraçada, seis colunas apoiam-se nas vigas altas e sustentam o mezanino e a cobertura. As seis colunas localizam-se na extremidade das paredes que envolvem o salão de exposições. A cobertura, uma laje impermeabilizada de concreto protendido em forma de cúpula bem baixa, com 50 metros de diâmetro, arremata o cálice (Figura 4).

ESPAÇOS INTERNOS

O museu é composto por cinco pavimentos. O primeiro, uma concha invertida que surge do apoio central, divide-se radialmente em seis porções, que abrigam salas administrativas, interligadas por um corredor central (Figura 5). Um estreito rasgo envidraçado junto ao teto e rente ao piso do pavimento superior oferece iluminação natural às salas. A mesma caixilharia fecha dois pavimentos, o primeiro e o superior.

Acima do pavimento administrativo, encontra-se um salão expositivo de dupla altura, definido por cinco paredes retas (Figura 6) e dispostas em configuração hexagonal. As paredes não se tocam, permitindo a passagem de pessoas e a iluminação. Um dos lados do hexágono é aberto e permite o acesso ao salão a partir da rampa. Em razão da organização do salão em torno de um núcleo central, a forma induz ao percurso circular.

Ao redor do salão central, encontra-se uma varanda circular vedada por vidro. As aberturas musealizam os elementos do panorama, que rivalizam com as obras em exposição. O espaço proposto exige um novo esquema de ocupação, levantando uma questão direcionada às próprias obras e à sua disposição para exibição nesse local.

O mezanino (Figura 7), que repete a varanda abaixo, mas se alarga em função das linhas ascendentes do museu, é fechado pelo prolongamento das paredes do salão. A vista do salão central é possível por meio de um balcão, que se debruça no hexágono virtual, onde não há parede. A comunicação entre o espaço expositivo e o piso inferior dá-se externamente pela rampa e internamente por escadas e elevador. O mezanino é interiormente acessado apenas por meio da continuidade da escada circular e por meio dele próprio.

Abaixo do espelho d'água, o nível semienterrado configura-se como dois anéis concêntricos (Figura 8). O externo divide o espaço radialmente nas áreas do restaurante, bar, cozinha, auditório e espaços de apoio para funcionários. O anel interno é ocupado pelo acervo, tendo ao centro o elevador para transporte de obras até o salão de exposições. O elevador localiza-se dentro do pilar central, que é oco.

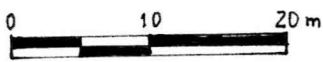
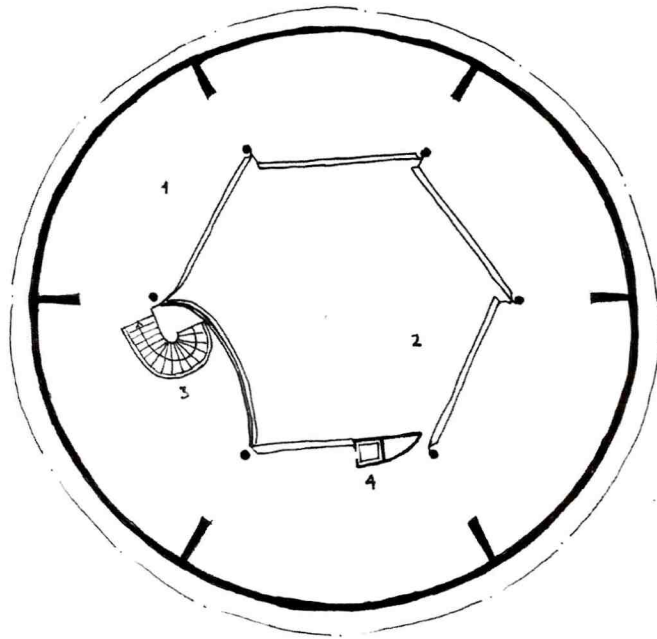


FIGURA 7 – Museu de Arte Contemporânea de Niterói (1996) – 3º pavimento – mezanino.
Fonte: Fundação Oscar Niemeyer / reprografia de Tom Boechat a partir de planta original em vegetal.

1. mezanino
2. vazio
3. escada de acesso ao salão
4. elevadores

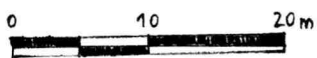
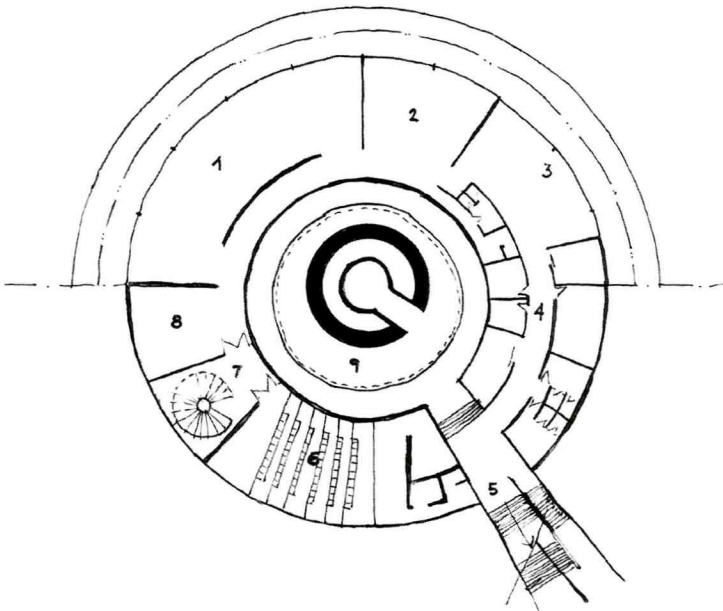


FIGURA 8 – Museu de Arte Contemporânea de Niterói (1996) – semienterrado.
Fonte: Fundação Oscar Niemeyer / reprografia da planta original em papel vegetal.

1. restaurante
2. cozinha
3. serviços/sanitários
4. auditório
5. escada de acesso nível praça
6. escada de acesso ao acervo

ALTERAÇÕES DO PROGRAMA SURGIDAS EM PARALELO À CRIAÇÃO DA FORMA E DA ESTRUTURA

Em um dos primeiros textos escritos por Oscar Niemeyer sobre o MAC de Niterói, o arquiteto menciona uma solução inicial com “o apoio central sustentando apenas o salão de exposições” (Niemeyer, 1997, p.11). A solução descrita não é ilustrada no texto de Niemeyer, entretanto, em 1996, ela é publicada como croqui em um artigo do crítico Roberto Segre. Nesse croqui, nota-se uma faixa muito estreita entre a esquadria e a laje da cobertura, onde realmente não caberia o mezanino com a altura vista na obra final (Figura 9): a partir dessa ideia, a conjugação entre o programa, a forma e a estrutura tem início.

A solução inicial descrita por Niemeyer é complementada por um artigo de Mônica Sinelli sobre a construção do museu. Nele, uma curiosa configuração programática é mencionada — “uma escada interna na haste do cálice conduz a um *foyer* no subsolo, incorporando auditório, sala de exposição temporária, restaurante, bar, salas de reunião, biblioteca, sala de reserva técnica e sanitários” (Sinelli, 1993, p.12). Aparentemente, com exceção do salão de exposições e da varanda-mirante, que ocupariam todo o cálice, o restante do programa seria acomodado no subsolo. A comunicação entre pisos seria feita por escada, e não por elevador ou por rampa como atualmente. Um croqui (Figura 10) revela a abertura na base da haste: a possível passagem para os pavimentos inferiores e superiores indicada por Sinelli.

No mesmo texto, Sinelli (1993, p.12) menciona que “essa solução, representada por um apoio central sustentando apenas o salão com 40 metros de diâmetro, no centro da taça, recebeu alterações”. O próprio arquiteto conta que dobrou a altura das vigas radiais, antes dimensionadas em 1,50m. Desse modo, parte das atividades antes destinadas ao subsolo passa a ocupar esse novo pavimento surgido da necessidade de modificação estrutural. “[...] adicionamos um novo pavimento no conjunto”, diz Niemeyer, “nele incluindo o *foyer*, a recepção, o auditório¹, as salas de trabalho, a biblioteca, os sanitários. É o projeto mais completo e econômico” (Cabral, 2002, p.200), comenta Niemeyer.

Com parte do programa acomodado abaixo do salão, entre as vigas radiais que passam a funcionar como paredes, faltava ao arquiteto resolver “os problemas da sala de exposição temporária e da reserva técnica” (Cabral, 2002, p.193). Mantendo-se a diretriz da pureza arquitetural, que norteava o projeto, o terreno permanece livre de outras construções. Niemeyer opta por criar um mezanino sobre a varanda para exposições temporárias e por alocar a reserva técnica no subsolo. “Não as podia localizar fora do Museu, pois ocupariam demais o terreno, desmerecendo a pureza arquitetural desejada”, justifica. Niemeyer decide então “situar a primeira sobre a galeria externa do Museu [...] e a segunda no subsolo, à volta do núcleo central da estrutura” (Cabral, 2002, p.193).

Nota-se aqui uma nova modificação estrutural. O cálice, antes ocupado apenas pelo salão de exposições e pela varanda, além de receber salas administrativas, tem o pé-direito aumentado para receber o mezanino. Jair Valera elogia a solução estrutural

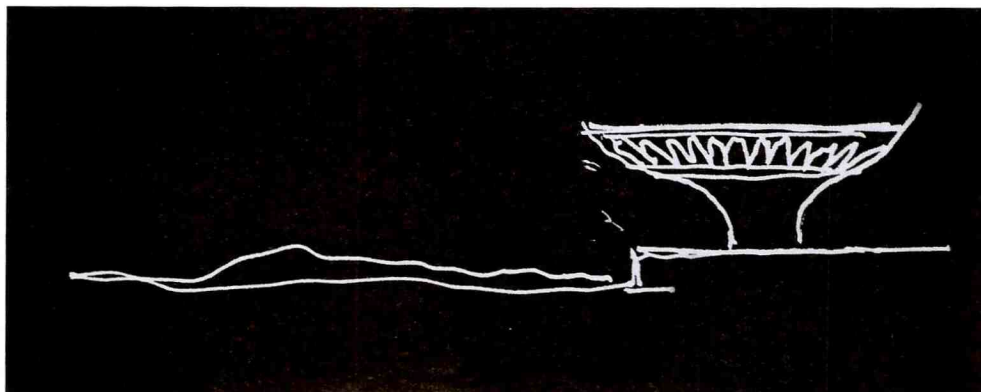


FIGURA 9 – Museu de Arte Contemporânea de Niterói – croqui sem espessura para mezanino.
 Fonte: Segre (1996, p.35).

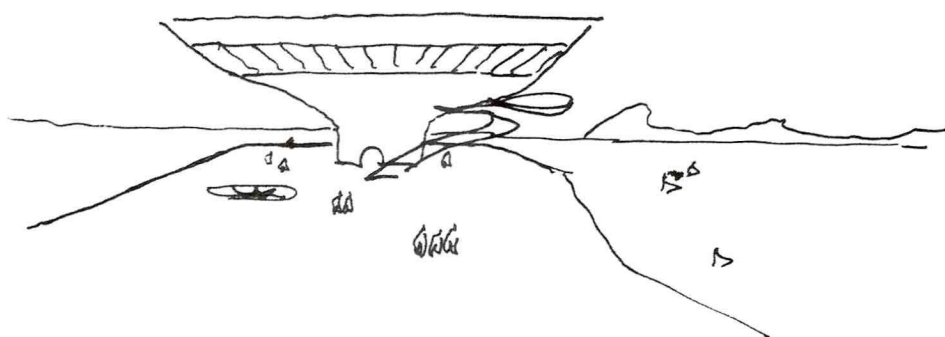


FIGURA 10 – Museu de Arte Contemporânea de Niterói – croqui com abertura na haste do cálice.
 Fonte: Ohtake (2007, p.76).

dada pelo engenheiro Bruno Contarini, mas lamenta que a cúpula tenha ficado muito alta: “não é o que a gente tinha estudado [...] acho que precisou crescer a viga, não sei” (Cabral, 2002, p.203).

Em entrevista, Luiz Guilherme Vergara, diretor geral do museu até 2008, diz não ter havido participação de nenhuma equipe formada por profissionais relacionados a museus na definição do programa arquitetônico durante a concepção do projeto (Gonçalves, 2010). Entrevistado por Frank Cabral, Jair Valera, arquiteto da equipe que desenvolve os projetos de Niemeyer no Rio de Janeiro, ao falar sobre o Museu de Niterói, explica que o escritório é diferente de um escritório normal, executa obras muito distintas, e, por isso, “a cada projeto desses a gente tem que sair, correr atrás do programa”, mas que, no caso do museu de Niterói, a equipe, sendo contratada posteriormente, “praticamente não teve tempo de fazer outras coisas além das do Oscar” (Cabral, 2002, p.43). Segundo o arquiteto Sandro Silveira, antes da criação do projeto, Oscar Niemeyer havia estabelecido um programa mínimo, que se resumia à “exposição, administração, biblioteca, direção e reunião” (Gonçalves, 2010, p.298). Isso sugere que, no caso do Museu de Arte Contemporânea, Niemeyer montou o programa sozinho, ampliando-o e adequando-o às modificações formais e estruturais surgidas ao longo do processo.

CONSIDERAÇÕES

Após a decisão pelo formato de cálice, assiste-se ao progressivo crescimento do programa em razão das modificações formais e estruturais surgidas ao longo do processo. Originalmente, o museu seria constituído por um volume único, com acesso pela haste, sem a inclusão da rampa. No térreo seco, cadeiras e mesas no lugar do espelho d'água. O cálice abrigaria apenas um salão, sem mezanino ou área administrativa. Para as demais atividades restaria o subsolo. A solução original é tão básica quanto o primeiro programa apresentado por Niemeyer: exposição, administração, biblioteca, direção e reunião. Jair Valera afirma que, no projeto do MAC, a equipe foi contratada posteriormente e que “praticamente não teve tempo para fazer outras coisas além das coisas do Oscar” (Cabral, 2002, p.201), informação que complementa a fornecida por Luiz Guilherme Vergara, de que não houve a participação de nenhuma equipe formada por profissionais relacionados a museus na definição do programa arquitetônico.

A introdução da rampa em etapa posterior denota a observação de que a *promenade* arquitetural poderia introduzir o visitante na musealização da paisagem, fato que irá ser manifestado pelo passeio na varanda do espaço expositivo. A mudança sucessiva do posicionamento da rampa — primeiro, com atenuada curva em frente ao edifício; depois, com mais curvas ao lado direito, e, finalmente, posicionada à esquerda do cálice, não obstruindo a visão dos dois ícones da baía de Guanabara (solução explicada por razões de posicionamento de fundações) — mostra como um item do programa, como a circulação, pode ser trabalhado em função de soluções estruturais e de arranjos formais claramente intencionais.

O acréscimo de mais de um metro e meio de altura nas vigas radiais, dimensionadas em 1,50m, gera um novo pavimento. Com isso, parte das atividades antes destinadas ao subsolo é deslocada para esse novo espaço. A elas acrescentam-se ainda a recepção, um auditório e o *foyer*, atividades que, embora afins aos ambientes de museu, não constavam do primeiro programa, mas surgem para preencher os espaços vazios resultantes das modificações da estrutura. Além do acréscimo nas vigas, a solução estrutural desenvolvida pelo engenheiro Bruno Contarini aumenta a altura da viga da cobertura. Com o aumento do pé-direito, o arquiteto cria mais um novo item no programa: o mezanino para exposições temporárias. Nota-se assim a competência de Niemeyer para acomodar o programa básico à forma e implantar, ao forjar a forma e a estrutura, novas atividades.

No projeto para o MAC de Niterói, o arquiteto enfrenta duas situações distintas relativas ao programa. Na primeira, tem a competência de acomodar parte do programa, criado por ele mesmo, em um espaço surgido em razão de uma modificação estrutural; na segunda, juntamente com Contarini, cria um espaço sobre a varanda e condensa todo o espaço expositivo no cálice, sem comprometer a pureza do volume.

Assim como ocorrido no MAC de Niterói, dentro do conjunto da pesquisa do

doutorado², as conclusões apresentadas sobre as relações abordadas não se resumem a dizer se Oscar Niemeyer não responde aos programas, como é comumente afirmado, mas buscam investigar o modo como o arquiteto trabalha o programa como um “coadjuvante” da forma e da estrutura. A investigação sugere novas hipóteses sobre a metodologia na construção do repertório das obras de Oscar Niemeyer e aponta para sua adequada competência na proposição de formas que configuram programas, quanto mais se necessita da apresentação de um projeto substantivo que confirme a inexistência de um programa consistente.

NOTAS

1. O auditório permaneceu no subsolo.
2. A tese *Museus projetados por Oscar Niemeyer de 1951 a 2006: o programa como coadjuvante* (FAU/USP 2010) investiga 19 museus projetados por Oscar Niemeyer — Museu da Fundação de Brasília (1958), Museu da Civilização (1962), Museu Expo Barra 72 (1969), Museu da Terra, do Mar e do Ar (1974), Museu do Homem (1977), Museu Tiradentes (1980), Museu do Índio (1982-1987), Museu de Brasília (1986), Museu de Arte Contemporânea de Niterói (1991-1996), Museu Nacional de Informática e Telecomunicações (1993), Museu o Homem e seu Universo (1994), Museu Nacional de Brasília (1999-2006), Museu do Cinema Brasileiro (2001), Museu Cândido Mendes (2001), Museu Oscar Niemeyer (2000-2002), Museu das Águas (2003) e Museu do Mar (2003). O conjunto atravessa praticamente toda a carreira do arquiteto.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, F.F. *A procura da beleza: aprendendo com Oscar Niemeyer*. 2002. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- GONÇALVES, S.N.L. *Museus projetados por Oscar Niemeyer de 1951 a 2006: o programa como coadjuvante*. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NIEMEYER, O. (Org.). *Museu de Arte Contemporânea de Niterói*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- OHTAKE, R. *Oscar Niemeyer*. São Paulo: Publifolha, 2007.
- SEGRE, R. Oscar Niemeyer na Baía de Guanabara: formas puras em contraste com a exuberância da natureza tropical. *Projeto/Desing*, n.202, 1996.
- SINELLI, M. Flor na paisagem. *A Construção*, n.2369, p.12-13, 1993.

RESUMO

Esse artigo é parte de um estudo de casos dentro de uma ampla análise dos projetos de museus de Oscar Niemeyer, que teve por objetivo verificar, dentro dos procedimentos projetuais, a relação entre programa e concepção arquitetônica. O texto não discute as soluções formais ou construtivas, porém as focaliza na perspectiva programa *versus* decisões formais/estruturais. O artigo acompanha as alterações de programa que estiveram envolvidas apenas no projeto do Museu de Arte Contemporânea de Niterói. Foram investigados textos, croquis publicados e plantas originais. A documentação foi inspecionada em paralelo com os testemunhos que expõem as alterações formais, estruturais e programáticas apresentadas no projeto definitivo, e por meio de verificações na obra em si.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura e programa. Forma. Museu de Arte Contemporânea de Niterói.

THE DEVELOPMENT OF THE PARALLEL PROGRAM TO FORMAL AND STRUCTURAL SOLUTIONS AT THE MUSEUM OF CONTEMPORARY ART OF NITERÓI

ABSTRACT

This article is part of a case study within a broader analysis of Oscar Niemeyer's museum designs, with the aim of investigating the relationship between architectonic design and program during the design procedures. Rather than discussing formal or constructive solutions, the text focuses on the program versus formal/structural decisions perspective. The article reviews program alterations involved only in the Museum of Contemporary Art of Niterói project. Original plans, published sketches and texts were examined. The documentation was inspected parallel to witness accounts of formal, structural and programmatic alterations to the definitive design, and verifications of the construction itself.

KEYWORDS: Structure and program. Form. Museum of Contemporary Art of Niterói.

MUSEUS, CIDADES, CULTURA: O CENTRO POMPIDOU, O MACBA E O GUGGENHEIM

| Geise Brizotti Pasquotto

Mestre | Universidade Estadual de Campinas | Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo | Av. Albert Einstein, 951, Caixa Postal 6021, 13083-852, Campinas,
SP, Brasil | *E-mail: geisebp@gmail.com*

MUSEUS, CIDADES, CULTURA: O CENTRO POMPIDOU, O MACBA E O GUGGENHEIM

OS MUSEUS E SUAS INFLUÊNCIAS URBANAS

A arquitetura de museus, ao longo da história, associou-se à evolução das cidades. No final do século XX, o impacto dos projetos museológicos na requalificação do espaço urbano conheceu uma escala sem precedentes. Esse fenômeno, impulsionado pelo crescimento do turismo cultural e das chamadas indústrias do lazer, tem expressão por todo o mundo, sendo evidente na Europa, onde os museus constituem hoje elementos preponderantes na gestão do patrimônio cultural, com uma reconhecida capacidade para mobilizar multidões de visitantes (Barranha, 2006). Numa época dominada pela lógica do consumo e pela cultura da imagem, a dimensão arquitetônica do museu tende a ser explorada nas estratégias de divulgação das instituições, aliando-se à promoção turística e cultural da cidade. Como identifica Rosas (2003, p.116), “estimulantes passeios arquitetônicos, cujo início se produz no próprio tecido urbano da cidade em que se insere o objeto arquitetônico-museu, [...] procuram acima de tudo a contemplação e experimentação da própria arquitetura”. Dessa forma, a ligação entre a cidade e o museu torna-se um dos enfoques de análise dos pesquisadores, explicitando até que ponto tal conexão ocorre.

Além da relação tecido urbano/edifício, encontra-se outra indagação: como é a contextualização das formas iconográficas dos edifícios atuais com a cidade e seu interior? Rosas (2003, p.116) relata que:

A dimensão simbólico-cultural de que se reveste o museu na atualidade influenciou diretamente na sua forma e na imagem arquitetônica externa como objeto de arte urbana. Os novos museus [...] são edifícios — rehabilitados ou de nova planta — para ‘ser vistos’ [...]. Mas são, antes de mais, monumentos ao prestígio dos poderes públicos que apoiam a criação contemporânea como símbolo de uma política cultural que opta decididamente pela modernidade e que assim constrói as suas ‘catedrais’.

Segundo Levy (2000, p.9), “se, como as catedrais medievais, os museus compreendem e aceitam a sua plena responsabilidade perante a arte do seu tempo, incluindo a sua responsabilidade em relação ao ambiente urbano como um todo, então eles estão mais bem posicionados para abrir caminho e para explorar as novas e radicalmente diferentes formas arquitetônicas possibilitadas pela revolução digital”.

Encontram-se, em inúmeras cidades, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, exemplos relevantes de museus de arte moderna que, embora distintos, partilham “da mesma capacidade para figurar no imaginário coletivo como ícones culturais e urbanos” (Barranha, 2006, p.183). Entre a multiplicidade de exemplos possíveis, destacam-se o Museu de Arte Moderna (MoMA) e Guggenheim de *New York*, a *Tate Modern* (London), Kiasma em Helsínquia, entre outros.

No entanto, três casos se tornaram equipamentos culturais de grande destaque e podem ser caracterizados como paradigmáticos: o Centro Georges Pompidou de Paris, o Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (MACBA) e o Museu Guggenheim de Bilbao.

Muitas vezes, segundo Vaz (2004), mesclam-se os dois princípios de requalificação: a recuperação do ambiente histórico existente e a concepção de equipamentos culturais como âncoras de projeto. No caso de ambientes históricos preservados, as próprias edificações fazem referência à cultura local; no caso de novas arquiteturas, é seu uso que atribui a chancela cultural. Assim, cada edifício cultural tem sua especificidade tanto estética e formal quanto em relação à inserção no tecido urbano.

CENTRO POMPIDOU, CONTRASTE NO CORAÇÃO DE PARIS

O Centro Nacional de Arte e Cultura Georges Pompidou tem esse nome devido ao seu idealizador, que ocupou o cargo de primeiro ministro da França (1962 a 1968) e, logo após, a função de Presidente da República Francesa, permanecendo no cargo até sua morte em 1974.

Seu governo realizou grandes ações de reequilíbrio econômico, como o aumento do Salário Mínimo Interprofissional de Crescimento (SMIC) francês, o reembolso da previdência social, a implantação do *Habitation à Loyer Modéré* (HLM) semelhante ao Banco Nacional de Habitação (BNH) brasileiro e a construção de diversos colégios. A qualidade de vida melhorou, programas culturais coletivos foram estimulados em nome de uma velha “arte de viver juntos” que procurava harmonizar-se com a atual modernidade. O presidente estava decidido a empreender todos os esforços pela modernização da

França. Era considerado um intelectual autêntico, audacioso, pragmático, flexível, pouco ideológico, e destacava-se pela paixão e conhecimento da arte (Damásio, 2004).

Em 1970, o presidente elaborou junto com Sebastian Loste um concurso internacional de arquitetura para a construção do centro cultural. De acordo com o regulamento do concurso, o projeto arquitetônico devia satisfazer as exigências de multidisciplinaridade, a livre circulação e a abertura de espaços de exposição. O júri, presidido pelo arquiteto Jean Prouvé, escolheu os vencedores Renzo Piano e Richard Rogers, que apresentaram uma proposta que se fundamentava em dois princípios: sofisticação tecnológica e flexibilidade espacial.

Os jovens arquitetos vencedores ofereceram um edifício no espírito livre da arquitetura dos anos 60. O prédio pode ser identificado como uma atitude estética chamada *high-tech*. Segundo Ferreira e Braga (2009), o estilo convencional dos caixotes modernistas dos anos 1950 e princípios dos anos 1960 não deixou de ser aplicado, mas passou a uma combinação com cubos de vidro refletivos, caixotes de concreto, apresentação deliberada da inocência estrutural e arranjos complexos de formas. As qualidades modernistas foram progressivamente exageradas, os edifícios ou se tornaram menos ornamentados do que nunca ou se transformaram em demonstrações cada vez mais ostensivas de estruturas caracterizadas pelo emprego exagerado de materiais de tecnologia avançada com formas complexas, conhecida como arquitetura de alta tecnologia (Ferreira & Braga, 2009).

Esse projeto constituiu-se como um divisor de águas na evolução do conceito de projetos para museus: [...] o Centro George Pompidou marcou a transição entre a tradição moderna dos museus neutros e a tendência que norteou sua construção a partir da década de 1980 (Faccenda, 2003) (Figuras 1 e 2).

Os arquitetos projetaram um edifício com padrão de evolução espacial dividido em duas partes. A primeira parte se constitui em uma infraestrutura de três níveis agrupados em tecnologia e serviços locais. Na segunda parte, uma vasta superestrutura de aço e vidro, de sete níveis — incluindo terraço e mezanino —, concentra a maioria dos setores do Centro.

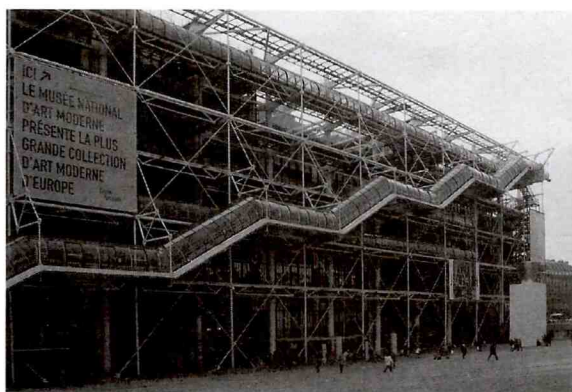


FIGURA 1 – Centro George Pompidou. Paris, França.
Fonte: Carlos E. Seo, 2005.



FIGURA 2 – Centro George Pompidou e a relação com o entorno.
Paris, França.
Fonte: Dall'igna e Gastau (2010).

“Para criar espaços amplos e adaptáveis no interior, os arquitetos colocaram um entrelaçamento colorido de armações metálicas, canos, corredores e escadas rolantes por fora do revestimento externo de vidro do edifício, como um exoesqueleto” (Strickland, 2003, p.149).

A arquitetura do museu proporciona uma boa circulação dos seus sistemas (ventilação, arrefecimento, redes elétricas), entretanto o sistema de circulação dos usuários por meio de rampas recebe algumas críticas, por ser arcaica em relação à tecnologia do museu. “Lá deveríamos ser aspirados, propulsados, ter uma mobilidade que esteja à altura desta teatralidade barroca dos fluidos que constitui a originalidade da carcaça” (Baudrillard, 1981 p.82).

Os projetistas desejavam utilizar-se de uma larga praça localizada a oeste do edifício como um lugar de continuidade entre a cidade e o Centro, para isso localizaram ali a fachada principal do prédio transparente como forma de poder ser visualizada desse ponto toda a vitalidade do Centro e da praça. Esta segue os princípios de Sitte (1992), no qual um local aberto na frente do edifício faz com que ele seja exaltado. No caso do Centro Pompidou, foi utilizada uma “Praça de Largura” (Sitte, 1992), para que os usuários pudessem ter uma visão completa do edifício.

Baudrillard (2002, p.53) critica a estrutura do museu e a forma como foi concebido:

Com seus tubos entrelaçados e seu ar de ser o espaço para uma exposição universal, com sua (calculada?) fragilidade tão distante da mentalidade ou da monumentalidade tradicional, ele abertamente proclama que nada é permanente em nossos dias e em nossa época, e que a nossa própria temporalidade é a do ciclo que aceleradamente se recicla [...]. O único conteúdo do Beaubourg é seu próprio volume, como um conversor, como uma câmara escura ou [...] exatamente como uma refinaria de petróleo”, demonstra o êxito dos arquitetos na criação de um museu à semelhança das embalagens de produtos, ‘simulacro’.

O Centro foi inaugurado em 1977 e está localizado no bairro de *Beaubourg*, em Paris, no departamento de *Seine-et-Marne* e na região de *Île-de-France*. Atingiu um sucesso inesperado, o que resultou em um envelhecimento prematuro de suas instalações, sendo reformado entre 1997 e 1999 e reaberto em 2000, com seus espaços museológicos expandidos. Portanto, revelou-se com o uso que a flexibilidade era excessiva e respondia de forma difícil à especificidade funcional que era a de conter obras de arte. Outro aspecto criticado nos seus primeiros anos de vida foi a sua indiferença em relação à envolvente próxima.

Apesar disso, o Centro Georges Pompidou foi rapidamente adotado como local de visita pela população parisiense e pelos inúmeros turistas que passam pela capital, transformando-se num centro difusor da cultura contemporânea. Um dos segredos do seu sucesso popular foi sem dúvida o caráter sensacionalista e apelativo da sua arquitetura. De fato, trata-se de um dos locais mais visitados na França, recebendo, anualmente, mais de 5 milhões de pessoas.

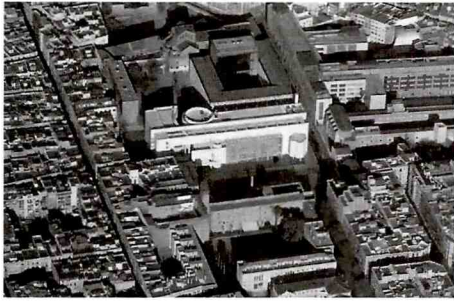


FIGURA 3 – Museu de Arte Contemporânea de Barcelona e seu entorno. Barcelona, Espanha.

Fonte: maps.live.com



FIGURA 4 – Fachada do Museu de Arte Contemporânea de Barcelona. Barcelona, Espanha.

Fonte: Luiz Seo, 2009.

De acordo com Choay (1994), o sucesso mediático do Centro Pompidou decorre do fato de ter uma imagem apelativa, fácil de difundir e de memorizar, centrada no simbolismo mecânico que, aparentemente, converteu-se, aos olhos do público, na representação da modernidade técnica.

MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE BARCELONA, REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO RAVAL?

O MACBA alberga uma coleção de obras de arte da época atual e, principalmente, da segunda metade do século XX. Construído no bairro do Raval, esse edifício de inspiração contemporânea e simplista contrasta com a arquitetura dos edifícios adjacentes (Figura 3).

Richard Meier, autor do projeto, brincou com a cor branca, as claraboias de vidro e os materiais reluzentes para dar ao edifício uma sensação de grande luminosidade (Figura 4).

Sanches (2007) relata que quando Meier foi apresentado ao prefeito Pasqual Maragall, que o convidou para projetar o edifício, uma pergunta apenas foi feita pelo prefeito: o que ele estaria interessado em projetar para a cidade? Meier respondeu que gostaria de fazer um museu. Maragall rapidamente organizou um consórcio para construir o projeto.

Ainda Sanchez (2007) cita que o próprio arquiteto ficou surpreso com tamanha liberdade e patrocínio de ação, pois não houve registro de pauta projetual ou exigência do prefeito.

Encontro de empreendedores culturais, na corrente aceitação positivada, mútua legitimação entre atores do empresariamento da cultura na cidade-mercadoria, sob perspectiva crítica, a confluência de sujeitos, como esta, é capaz de produzir a invenção e afirmação do cultural de semear iscas culturais para o capital e implementar a fórmula do grande edifício para fins culturais na renovação de áreas urbanas tidas como desagradadas (Sanchez, 2007, p.31).

Essa relação empreendedorista foi sentida por todos; o tal edifício recebeu ferenças críticas, tanto em relação à ruptura com o tecido urbano quanto em relação ao projeto. Para Rego (2001, *online*), a arquitetura de Richard Meier não apresenta uma contextualização com o entorno.

Enquanto as práticas arquitetônicas tidas como pós-modernas trataram de enxergar a individualidade das cidades, vincular-se à paisagem antrópica, recuperar valores culturais, comunicar-se mais diretamente com o cidadão, a ideia de arquitetura de Richard Meier se mostrou menos permeável à questão do contextualismo, físico ou cultural, pouco sensível à alusão figurativa, conservando em seu expediente as formas regulares, abstratas, marcadamente modernas, com baixa contaminação pelas circunstâncias e contingências locais.

Rego (2001, *online*), argumenta que os projetos do arquiteto americano, de certa forma “sintonizados com a experiência (revisionista) pós-moderna”, demonstra uma aplicação mundial semelhante à arquitetura funcionalista, tão combatida pelo pós-moderno, ao ser homogênea e despersonalizada. “A configuração do Museu de Arte de Barcelona bem poderia localizar-se em Madri, São Paulo ou New York. De fato, a solução tipológica do museu catalão repetiu-se no projeto da sede norte-americana da Swissair (1990-95)”.

MUSEU GUGGENHEIM, ESPETÁCULO EM RUÍNAS INDUSTRIAIS

O Guggenheim em Bilbao não é menos audacioso do que a construção nova-iorquina de Wright, em 1959. O conjunto de formas geométricas de titânio e vidro, às margens do Nervión, tornou-se um dos mais importantes pontos turísticos da cidade. Para viabilizar a construção em Bilbao, na década de 1990, Gehry criou um escritório de cálculos estruturais que, a partir de um programa para projetos aeronáuticos, desenvolveu um *software* específico para arquitetura (Figura 5).

Já em seu primeiro ano de existência, a construção do norte-americano Frank O. Gehry recebeu mais de um milhão de visitantes. Desde 1997, o museu já injetou mais de um bilhão de euros na economia da antiga cidade industrial (Figura 6). Logo passou-se a falar do “efeito Bilbao”: uma cidade consegue superar a depressão pós-industrial com uma obra para cultura (Bölinger, 2006).

Existem diversas opiniões sobre o edifício, geralmente negativas, como é o caso de Oliveira (2006), que considera que Frank Gehry projetou o Guggenheim de Bilbao como se o museu estivesse situado na Disneylândia, tudo meio na base de que “não se mexe em time que está ganhando”.

Entretanto, Carvalho (2009, *online*) defende o museu, alegando que os críticos consideram-no como apenas um apoio para expor os objetos ali presentes, esquecendo-se da “inescapável presença física do espaço arquitetônico, que, como toda arte viva, procura estar de acordo com seu tempo e as pertinências deste”.

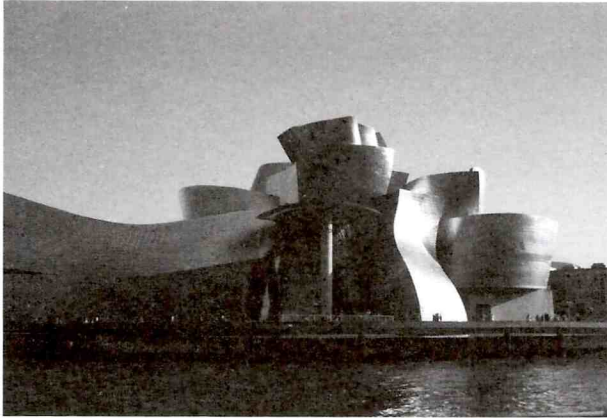


FIGURA 5 – Guggenheim de Bilbao, projeto de Frank O. Gehry. Bilbao, Espanha.
Fonte: Luiz Seo, 2009.



FIGURA 6 – Guggenheim de Bilbao e seu entorno. Bilbao, Espanha.
Fonte: Google Earth (tafyr).

O primeiro equívoco na análise da obra de Gehry se dá ao estabelecer-se uma distinção clara entre arte e museu. Ali, pretende-se justamente criar um jogo infinito de sobreposições e distorções. A construção interage, a partir de sua irregularidade, com a mostra e o espectador simultaneamente [...]. O Guggenheim é um museu que se confunde com a arte num processo de hibridização das linguagens. Não se trata de um lugar para exposições inertes, assépticas e laboratoriais (Carvalho, 2009, *online*).

Ainda para Carvalho (2009), o erro da crítica tradicional se dá na adoção de pressupostos para a análise arquitetônica. Ele concorda que as obras antigas recebam menos atenção nesse museu, porém ele rebate:

[...] qual o problema em preferir a experiência no tempo-espaço construído àquela de uma visualidade já incorporada ao cotidiano? A mente acomodada reluta quando o programa é subvertido em favor da experiência. E não há problema algum que a cada nova exposição novas questões surjam da relação travada, até porque cada conjunto exposto poderá sempre ser tratado como uma instalação que se relaciona com o prédio. A diferença se apresenta na explicitação do que na maioria dos outros casos está subentendido: a composição “obra-conjunto-espaço” (Carvalho, 2009, *online*).

Os organizadores do museu Guggenheim não pararam diante das críticas ao museu. Estão programadas várias filiais pelo mundo. Alguns projetos estão para ser construídos, outros ficaram no papel.

Em Taichung, Taiwan, espera-se que a inserção do Guggenheim, projetada pela londrina Zaha Hadid, e de mais dois edifícios de grande impacto — um pavilhão desenhado por Frank O. Gehry e uma casa de concertos de Jean Nouvel — possa resultar no efeito Bilbao. Segundo o projeto, a asa oeste do museu deverá ser móvel, podendo assumir diversas posições, sobre colchões de ar ou ao longo de trilhos. No interior da construção,

uma plataforma se movimentará entre o primeiro e o segundo andar. Mas ainda não é certo se o edifício em meandros sairá do papel. A cidade teme uma explosão dos custos e, por isso, hesita em financiar uma obra de tão grandes proporções (Bölinger, 2006).

Está prevista, atualmente, a construção de um novo polo em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, que será o maior museu da fundação americana, realizado novamente pelo arquiteto Frank Gehry (Vogel, 2006).

Outros projetos não saíram do papel devido ao fator econômico, político e social, como o projeto de Frank O. Gehry para um novo edifício em Nova York, e o de Jean Nouvel para um Guggenheim no Rio de Janeiro. Os 950 milhões de euros para o projeto de Gehry, às margens do *East River*, não poderão ser cobertos pela Fundação Guggenheim, e, no Brasil, surgiu logo resistência ao projeto “estrangeiro”.

Em uma área de 23 mil metros quadrados, sobre um grande *pier*, o projeto do Rio de Janeiro previu a construção de um navio com galerias ocultas, uma minifloresta tropical, uma torre cilíndrica de 42 metros com mirante e restaurantes em diversas formas geométricas. Pouco antes do início das obras, um juiz decretou a suspensão do projeto por conta de “irregularidades” no contrato entre a cidade e a Fundação Guggenheim.

A ESPECIFICIDADE DE CADA MUSEU NO CONTEXTO DA REVITALIZAÇÃO URBANA

Para Arantes (2007, p.49), Beabourg marcou o início de uma fase que dez anos mais tarde iria se consolidar como a “colonização urbano-cultural pelo reino da mercadoria, numa dimensão jamais vista e num registro despidoradamente midiático”. Em relação ao edifício-entorno, diferentemente de outras intervenções, a França já tinha uma tradição em grandes projetos, portanto, por mais que a obra contrastante do Pompidou tenha recebido diversas críticas, ela conseguiu ser absorvida pelos usuários e visitantes do local. Dessa forma, posteriormente ao Centro Pompidou, outras obras de caráter apelativo e impactante também foram sendo aderidas, como o Grande Arco em *La Defense* e a Pirâmide do Louvre, levando a uma nova tendência para a cidade.

O MACBA, diversamente ao Pompidou, foi inserido em um bairro violento de Barcelona para que fosse realizada uma reabilitação em seu entorno, mas o objetivo não foi alcançado. Oliveira (2006) relata que um dos motivos desse fracasso foi a atitude de Richard Meier, que projetou seu Museu de Arte Moderna da Catalunha, em pleno bairro gótico de Barcelona, “como se o fizesse nos gramados de New Jersey, EUA”.

Medrano (2010) aponta algumas semelhanças entre o MACBA e o Pompidou: a presença de um gabarito superior ao entorno, uma praça frontal, a marcação do limite entre praça e cidade através das rampas de circulação vertical, as críticas ao edifício na época de sua construção a partir da argumentação de descaracterização do tecido histórico, das especificidades culturais do local e da indução de um processo de gentrificação, a falta de um acervo específico, além de serem julgados por uma possível manobra de espetacularização voltada ao *marketing* urbano.

Em Bilbao, a inserção do museu tinha uma proposta diferente das outras. Realizou-se uma obra de cultura para alavancar uma cidade que sentia a depressão pós-industrial e não conseguia se reerguer. Assim, essa intervenção buscou ser um ícone de grande impacto mundial, para que fosse realizado o “efeito Bilbao”: o externo sendo tão importante, ou até mais, que o interior do museu. Para Arantes (2007, p.60), a imagem estratégica de Bilbao informa que no país Basco existe “uma real vontade de inserção nas redes globais, que sua capital deixou de ser uma cidade-problema e pode vir a ser uma confiável cidade-negócio”. Esse fato está representado na arquitetura com novas tecnologias, na atmosfera vanguardista e no ícone internacional, que produziu, segundo Arantes (2007, p.60), “a indispensável janela dos altos serviços culturais se abrindo para o terciário avançado, sem o qual a mencionada vontade elegantemente arrivista de inserção não passaria de um voto piedoso”.

Assim, por meio das relações entre o edifício e o entorno, é possível identificar na literatura sobre o tema duas vertentes: autores que justificam a construção dos museus/centros culturais e outros que criticam fortemente sua relação com a era da mercantilização da cultura.

A vertente crítica justifica-se explicando que a cultura que antes se “cristalizara como esfera autônoma dos valores antimercado” atualmente passa a ser tratada como um produto comercializável, seguindo a cartilha neoliberal da livre concorrência, na negociação de um mundo capitalista (Arantes, 2007, p.16). “Dessa forma, os centros culturais passam a ser centros de convivência e, acima de tudo, centros de conveniência, onde as pessoas possam encontrar bens de consumo e serviços que as propiciem ficar o maior tempo possível nesses lugares, desenvolvendo um número cada vez mais diversificado de atividades” (Faccenda, 2003, *online*).

Neste artigo, a análise recai a um ponto comum a todas as intervenções que trabalham com o culturalismo de mercado atualmente (Arantes, 2007). A cultura é utilizada como ferramenta do *city marketing* para a promoção e venda da cidade. Esse processo e a influência no planejamento urbano, como identifica Sánchez (1999b), ocorrem pela facilidade com que essa ferramenta incorpora novas tecnologias de comunicação e informação, interferindo na renovação das formas espaciais e deixando marcas no espaço urbano. Ainda Sánchez (1999a), relata que a valorização do *city marketing* também seria fruto da atual conjuntura econômica mundial, na qual se desenharia uma situação cada vez mais instável para os centros urbanos e um aumento contínuo nos níveis de competitividade entre os lugares.

O *marketing* urbano, juntamente com a cultura, pode ser relacionado com uma política empresarial. Como afirma Arantes (2007, p.14):

[...] estamos diante de políticas de *image-making*, na mais trivial acepção marqueteira da expressão, pois quem diz *image-making* está pensando, queira ou não, em política *business-oriented*, para não falar ainda em *market-friendly*, mesmo quando fala de boa fé em conferir visibilidade a indivíduos ou coletividades que aspiram a tal promoção.

Assim, a cultura a partir da década de 1960 torna-se uma “representação, e sua respectiva interpretação [...] acabou moldando, de um lado, indivíduos [...] que se auto-identificam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca; de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos” (Arantes, 2007, p.16).

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARI-CATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p.14-16.
- BARRANHA, H. Arquitetura de museus e iconografia urbana: concretizar um programa/construir uma imagem. In: SEMEDO, A.; LOPES, J.T. (Coord.). *Museus, discursos e representações*. Porto: Edições Afrontamento, 2006. p.181-196.
- BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água, 1981.
- BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BÖLINGER, M. Arquitetura dos edifícios do Guggenheim é uma atração à parte. *Dw-World.De*, 24 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,2108855,00.html>>. Acesso em: 31 maio 2007.
- CARVALHO, C.H.B. Guggenheim Bilbao e as curvas da escultura. *Vitruvius*, 026.05, ano 9, 2009. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.
- CHOAY, F. Museo, ocio y consumo: del templo del arte al supermercado cultural. *Arquitectura Viva*, n.38, p.19, 1994.
- DALL'IGNA, C.; GASTAU, C. Museu, permanência e transformação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUSEOGRAFIA E ARQUITETURA DE MUSEUS IDENTIDADES E COMUNICAÇÃO, 2., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- DAMÁSIO, C.R.H. Georges Pompidou e a pós-modernidade. *Espaço Acadêmico*, n.35, 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/035/35damasio.htm>>. Acesso em: 27 out. 2010.
- FACCENDA, M.B. Entre Davis e Golias: as ações (boas e más) dos museus na dinâmica urbana. *Vitruvius*, 034.03, ano 3, 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 27 out. 2010.
- FERREIRA, V.R.; BRAGA, G.B.J. Baudrillard e o efeito Baeuborg: centro nacional de arte e cultura Georges-Pompidou e sua carcaça. In: SEMANA DE FILOSOFIA: FILOSOFIA FRANCESA CONTEMPORÂNEA, 12., 2009, São João Del Rey. *Anais...* São João Del Rey: UFSJ, 2009.
- LEVY, D.C. Foreword: designing the new museum In: TRU-
- LOVE, J.C. *Designing the new museum: building a destination*. Rockport: Glouster/Massachusetts, 2000. p.9-10.
- MEDRANO, L. Museus, cidades e arquitetura. In: GUIMARAENS, C. *Museografia e arquitetura de museus*. Rio de Janeiro: UFRJ-PROARQ, 2010. p.22-40.
- OLIVEIRA, E. Nota sobre o arquiteto de ontem, hoje e amanhã. *Vitruvius*, 072.00, ano 6, 2006. Disponível em: <www.vitruvius.com.br>. Acesso em: 26 jan. 2011.
- REGO, R.L. Museu d'Art contemporani de Barcelona, arquiteto norte-americano, estilo internacional. *Vitruvius*, 013.03, ano 2, 2001. Disponível em: <www.vitruvius.com.br>. Acesso em: 26 jan. 2011.
- ROSAS, M.A.L. Museos de arte contemporáneo y ciudad: los límites del objeto arquitectónico. In: LORENTE, J.-P. et al. (Org.). *Museología crítica y arte contemporáneo*. Prensas: Universitárias de Zaragoza, 2003. p.116.
- SÁNCHEZ, F. Buscando um lugar ao sol para as cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana. *Revista Paranaense de Geografia*, n.4, p.1, 1999a. Disponível em: <www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br/Revistas/Rpg3/4fernanda.htm>. Acesso em: jan. 2011
- SANCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, n.1, p.115-132, 1999b.
- SANCHEZ, F. Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In: LIMA, E.F.W.; MALEQUE, M.R. (Org.) *Espaço e cidade: conceitos e leitura*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.
- SITTE, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.
- STRICKLAND, C. *Arquitetura comentada: uma breve viagem pela história da arquitetura*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- VOGEL, C. Guggenheim foundation and Abu Dhabi plan museum there. *The New York Times*, 9 Jul. 2006.
- VAZ, L.F. Planos e projetos de regeneração cultural: notas sobre uma tendência urbanística recente. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 8., 2004, Niterói. *Anais eletrônicos...* Niterói: UFF, 2004. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2004/files/Vaz.LilianFesler_xCD.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2011.

RESUMO

Os conceitos e ferramentas para trabalhar com o urbanismo modificaram-se no decorrer do tempo. A economia informacional torna-se uma economia cultural, fazendo da cultura uma mola propulsora às novas exigências do mercado. Assim, nas últimas décadas, a inserção de museus como forma de (re)urbanização das cidades foi muito utilizada. Nesse contexto, destacam-se três edifícios culturais paradigmáticos: o Centro Pompidou em Paris, o Museu de Arte Contemporânea de Barcelona e o Guggenheim em Bilbao. A partir da análise dessas intervenções, o artigo pretende expor a especificidade de cada obra em relação a sua inserção no tecido da cidade, a dinâmica provocada pelo edifício no contexto arquitetônico-urbano contemporâneo e a política empresarial causada pelo amálgama entre cultura e *city marketing*.

PALAVRA-CHAVE: Cultura. Edifícios culturais. Museus. Revitalização.

MUSEUMS, CITIES, CULTURE: THE POMPIDOU CENTER, THE MACBA AND THE GUGGENHEIM

ABSTRACT

Over the course of time, the tool and concepts employed in urban planning have changed. The information economy has become a cultural economy, transforming culture into a springboard for new market demands. Thus, in recent decades there has been widespread insertion of museums as a way of (re)urbanizing cities. Against this backdrop, we highlight three paradigmatic cultural buildings: the Pompidou Center in Paris, the Barcelona Museum of Contemporary Art and the Guggenheim in Bilbao. Based on an analysis of these interventions, this article exposes the specifics of each construction in relation to its insertion into the urban fabric, the dynamics provoked by the construction in a contemporary architectural-urban context and the business policy caused by the fusion of culture and city marketing.

KEYWORDS: Culture. Cultural buildings. Museums. Regeneration.

REALIDADE E ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA | Patrícia Martins

Arquiteta | Escritório de Projetos Ultradesign Arquitetura Contemporânea |
R. Café Filho, 50, Jardim Chapadão, 13070-067, Campinas, SP, Brasil |
E-mail: martinsppatricia@gmail.com

REALIDADE E ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA

A desilusão com a utopia moderna refletiu-se desde muito cedo na produção arquitetônica por meio da busca insistente e contínua por maior aproximação com a realidade do cotidiano do usuário: a realidade da cidade, através da manutenção de sua história (Aldo Rossi); a realidade da comunicação arquitetônica, através da complexidade de conceitos (Venturi); a realidade do caos urbano das décadas de 1960 e 1970, através de propostas utópicas (Archigram e Movimento Radical de Florença); a realidade da sociedade da informação, através da exploração das ideias pós-estruturalistas (Eisenman); a realidade da vida urbana, através do evento (Tschumi); e a realidade da produção arquitetônica no sistema capitalista (Koolhaas). Essa busca fortaleceu-se ao longo dos anos, ganhando fôlego com a superação do paradigma linguístico (Polo, 1994), que permitiu que a forma arquitetônica se libertasse da representação de conceitos e começasse a participar ativamente do processo de projeto, acelerando seu engajamento com a realidade.

Esse processo de engajamento com a realidade contemporânea através da arquitetura dá-se, em primeira instância, pela potencialização da relação entre usuário, seu cotidiano e obra arquitetônica. A hipótese é de que essa potencialização aconteça por meio de metodologias projetuais que pressupõem a desconexão definitiva entre forma e função, com o uso de formas informais e formas pragmáticas. Em segunda instância, uma vez garantida sua inserção na vida metropolitana, a arquitetura reconquista seu poder de conformar essa realidade, agora sim participando da construção da paisagem urbana, da cidade atual.

O processo de separação entre forma e função tem desafiado a ideia de arquitetura como conceito fechado, resultado da aplicação de uma equação específica a responder questões internas à disciplina. A associação dos elementos arquitetônicos, historicamente determinada com o objetivo de representar um conceito, que, por sua vez, representaria sua época, seu tempo, foi definitivamente desfeita. Não é mais a forma que se submete à função, representando-a, simbolizando-a. Contemporaneamente, a forma transforma-se em envelope e adquire autonomia de projeto para viabilizar programas complexos. Sem uma relação de subordinação pré-estabelecida entre seus elementos, sem a obrigatoriedade de conceitos para representar, a ideia de arquitetura se abre para a complexidade da cultura contemporânea, que pressupõe, por sua vez, uma realidade contemporânea com a qual a arquitetura deve se relacionar.

Discutem-se a seguir versões recentes dessa realidade contemporânea e sua relação com a produção arquitetônica atual.

ARQUITETURA DEPENDE

Para Jeremy Till, autor do recém-lançado livro *Architecture Depends*, antes de ser definida por conceitos e teorias, a arquitetura depende de uma série de contingências que a redefinem por sua relação com a inescapável realidade da vida contemporânea. Segundo o autor, a arquitetura tem evitado encarar as incertezas do mundo, protegendo-se atrás da ilusão de um campo autônomo. Essa ilusão de autonomia pressupõe a existência de uma pureza arquitetônica, o que não passa de mito que opera na arquitetura por meio de poderosas metáforas carregadas através da história, metáforas que se tornam tão poderosas que colocam a arquitetura como uma 'autoridade estável', fazendo-nos crer nela como uma 'realidade autônoma' (Till, 2009). Essa conceituação da arquitetura por metáforas é o que produz a ilusão de que ela seja autônoma, autorreferente, o que, por sua vez, gera a vontade de ordem e a concomitante supressão das contingências do mundo real. Segundo o autor, os arquitetos criam sistemas de defesa contra as forças dominantes da modernidade, por meio de barreiras atrás das quais um mundo ordenado possa ser construído. Para Till (2009), entretanto, essa defesa é impossível, cria-se apenas a 'aparência' de ordem. Também Aldo Rossi, lutando contra a ideologia moderna, admite essa impossibilidade em sua prática: 'o que mais me surpreende em arquitetura é que o projeto tem uma vida em seu estado construído e outra vida quando escrito ou desenhado' (Till, 2009, p.23).

O desconstrutivismo é outro exemplo da autonomia assumida pela arquitetura: o desafio à estabilidade, à simetria e à harmonia acaba substituindo uma simbologia pela outra. Ao propor que "[...] formas são perturbadas e só depois é dado a elas um programa funcional. Ao invés da forma seguir a função, a função segue a deformação", a intenção de Mark Wigley é exemplo, segundo Till (2009, p.21), da manipulação das formas como atividade essencial da arquitetura. Apesar do objetivo de questionamento e alinhamento

da arquitetura com o momento cultural, com a discussão filosófica, seu campo de ação permanece no campo simbólico, longe da realidade, por meio da manipulação formal. Os desafios reais das contingências do momento cultural são excluídos em troca de sua 'representação'. Como destaca Till (2009, p.38), o conceito de contingência trata da 'unidade da atualidade e da possibilidade' somando concretude à realidade para evitar as armadilhas do pensamento abstrato.

“Um arquiteto não tem nem o luxo da solidão, nem a precisão de métodos *standard*, nem o conforto de uma epistemologia estável. A arquitetura é dependente dos outros desde o primeiro estágio de sua jornada, do primeiro rascunho até a ocupação do edifício” (Till, 2009, p.45). Diante dessa constatação da impossibilidade da autonomia da arquitetura, segundo Till, há duas alternativas de ação: render-se como peões ao regime opressivo de poder e controle ou tornar-se agente ativo na execução desse mesmo poder e controle. Não há lugar para espaços idealizados e isolados (Till, 2009). Diante do inevitável, Till propõe uma aproximação positiva à ideia de contingência que a considere em seus próprios termos, evitando as condições de uma genealogia filosófica de fraqueza¹. Isso significa retrabalhar a relação entre contingência e necessidade do modo como sugeriu Louis Althusser: 'Ao invés de pensar em contingência como uma modalidade de, ou como uma exceção ao necessário, precisa-se pensar a necessidade como o tornar-se necessário do encontro de contingências' (Till, 2009, p.55). É essa postura, presente na exaustiva análise da cultura contemporânea de Koolhaas (1994) e seus seguidores, que fundamenta a ideia do programa arquitetônico contemporâneo: a costura entre a realidade da cultura e da sociedade, do contexto, do projeto, da cidade e sua proposta de desenvolvimento através da arquitetura.

Till (1999, p.61) não propõe que a contingência seja a única condição a moldar a vida contemporânea e a arquitetura: “Só estou sugerindo que a contingência seja um aspecto fundamental, que seja considerada, ao invés de evitada como uma ameaça em potencial. As contingências situam-nos no mundo real, fornecendo oportunidades para uma mudança transformadora, evitando os sedutores apelos dos ideais”.

A proposta de uma 'teoria da contingência' seria desaconselhável, segundo Till, que propõe então uma prática da contingência, por ser a arquitetura seu meio ideal, ao exemplificar, por meio de uma prática transformativa, como lidar com as contingências. Mas isso só será possível, avisa o autor, se os arquitetos desistirem de suas ilusões sobre autonomia e se engajarem com os outros na complexidade da vida (Till, 2009).

Como seria então essa prática da contingência na arquitetura? Tomando como referência o espaço moderno como definido por Sigfried Giedion no livro *Espaço, Tempo e Arquitetura*, de 1942, Jeremy Till propõe uma inversão de prioridades: o tempo toma a posição de destaque no lugar do espaço como contexto primordial no qual a arquitetura é concebida. Nessa simples operação, a *criação do espaço* como objetivo principal do projeto moderno dá lugar à *consideração do tempo* como objetivo

principal do projeto contemporâneo. Essa troca gera uma mudança radical de intenções: se a criação do espaço prevalece, a ênfase recai na criação formal como principal função da arquitetura. Se o tempo prevalece, verdades estabelecidas da arquitetura através dos anos são relativizadas:

1) O formalismo necessário para a construção do objeto arquitetônico moderno, para veicular a ideia de estabilidade e eternidade, dá lugar à ‘construção do inacabado’² como possibilidade de apropriação, negando qualquer preciosismo formal ou autoral, fazendo com que qualquer aspiração de eternidade ou ‘duração’ do objeto arquitetônico no tempo perca o sentido (Till, 2009).

2) O programa fornecido pelo cliente, e mesmo sua versão mais desenvolvida, já problematizada pelo arquiteto, é complementado pela *storytelling*: verdadeiras pontes que se estabelecem entre cliente e arquiteto através da simples pergunta: “e se?...”. Estórias emergem da experiência do mundo, pressupondo uma fundamentação na realidade, além de tornarem-se “condutores para a temporalização da arquitetura, que, por serem fundadas na experiência diária, não serão impossivelmente idealistas” (Till, 2009, p.114).

3) A negação da afirmação “os arquitetos produzem espaço”, enraizada no ensino da arquitetura e conseqüentemente em sua prática, por instrumentalizar sua representação unindo forma e espaço em uma relação simbiótica (Till, 2009, p.118). Essa prática produz o que Till chama de *hard space*: o espaço métrico amplamente utilizado pelos arquitetos com o objetivo de conseguir eficiência no uso do espaço. A suposta neutralidade desse tipo de espaço esconde um processo de redução drástica das atividades humanas possíveis em determinado ambiente a medidas-padrão, “despopuladas e destemporalizadas — significando uma limpeza sistemática de todos os seus traços contingentes e transitórios” (Till, 2009, p.122). Citando Lefebvre, Till demonstra como não há nada de inocente relacionado a esse espaço: ao responder ao modo de produção dominante através de estratégias e táticas específicas, ele torna-se o espaço do capitalismo.

4) A valorização do tempo em detrimento da forma propõe outro embate interessante: a arquitetura como cenário (*scenography*) para atividades específicas previamente definidas dá lugar à arquitetura enquanto *setting*: propiciadora e facilitadora de atividades (Till, 2009). Trata-se de uma diferença sutil: enquanto a cenografia apresenta-se como um fundo (*background*) de características essencialmente visuais, habilidosamente projetado, o *setting* emprega a mesma habilidade projetual para armar uma ‘cena social’, onde as características formais, visuais, dão lugar a um ambiente multissensorial. A operatividade formal permite o acontecimento arquitetônico, a manifestação do espaço social, político, em oposição ao *hard space*, formalmente manipulado. Em oposição ao *hard space*: o *slack space* precisa ser visto no tempo, aberto à mudança de usos não nos termos de uma flexibilidade literal, mas nos termos de prover um enquadramento no qual a vida possa se desdobrar (Till, 2009).

A REALIDADE DO SUPERCAPITALISMO

Na tentativa de esclarecer os complexos processos envolvidos na realidade contemporânea, Keller Easterling analisa as práticas da globalização presentes na composição política das paisagens urbanas. As histórias contadas em seu livro “Enduring Innocence” exploram os vários mundos contidos na ideia de um mundo globalizado: “Múltiplos mundos. Múltiplas lógicas. Não um Império, mas vários Impérios. Não uma vila global, mas várias vilas globais. Não um único mundo, mas vários mundos segregados” (Easterling, 2005, p.9). Focada não em sua mistura, mas em sua segregação feroz, Easterling analisa o mundo do turismo, da agricultura *high-tech*, da navegação e seu sistema de portos, dos *resorts* internacionais etc. Segundo a autora, tais ‘produtos espaciais’ aspiram a estabelecer domínios lógicos, *scapes* como ‘*mediascapes*’ ou ‘*ethnoscapes*’ (Easterling, 2005, p.4), que, transformados em *franchisings*, expandem seu território com soberania supranacional, expondo a face real da globalização e de sua lógica, e principalmente expondo a ineficiência do *designer* contemporâneo, que considera ética e estética como principais elementos de seu trabalho. A ingenuidade e o conservadorismo do arquiteto que acredita no sonho de um único mundo globalizado, quando confia na simbologia de uma autenticidade local que deva ser preservada ou na ideia de um ‘*softworld*’ de conectividade que forneça a ilusão da diferenciação através de uma complexidade superficial, são explicitados no texto a partir da análise dos “disfarces éticos de agentes duplos ou descrentes que usam múltiplas personalidades para ganhar a confiança dos jogos mercadológicos e seus padrões de fraude” (Easterling, 2005, p.10).

O que quase sempre acontece, segundo a autora, é o serviço que os arquitetos ingenuamente prestam a esses sistemas globais, fornecendo-lhes os volumes, os *enclosures* capazes de representar tais empreendimentos — uma ‘*piratical architecture*’, ou arquitetura pirata, “[...] que não avalia a integridade de sua expressão tampouco sua lamentável necessidade de reforma. Ela intervém nos padrões dos crédulos e dos trapaceiros, avaliando a habilidade dos disfarces de alavancar mudanças” (Easterling, 2005, p.12).

Com a frase “os sistemas de crenças utópicas amam propriedades”, Easterling (2005, p.73) analisa o fenômeno de duas das maiores construtoras e imobiliárias mundiais que desenvolvem atividades paralelas misturando cadeias comerciais e *franchisings* com organizações espirituais: “[...] ambas usam a arquitetura como parte de um capital simbólico necessário para colonizar o tempo, os estilos de vida, as crenças ou estratégias de *marketing*” (Easterling, 2005, p.74).

Como *modus operandi* próprio dessa prática, a autora identifica a operação de subtração: implosões, demolições e outros métodos para apagar edifícios, prática quase nunca associada ao escopo de trabalho do arquiteto, uma vez que ‘construir’ permanece como sua função primordial, a resposta certa para todos os problemas. Cada vez mais construir significa demolir totalmente ou em partes, e em alguns casos a subtração e a construção são indistinguíveis. Mesmo assim, o retrato do arquiteto permanece aquele do curandeiro

inocente que aparece depois da demolição com uma planta substituta. “Não importa quão gentil é o tom da retórica, fundamental à subtração é o desejo de permanecer inocente, de reduzir, de preservar ou purificar qualquer coisa que contradiga ou ameace a força dominante” (Easterling, 2005, p.179). As estórias contadas por Keller mostram como:

[...] os debates internos comuns a qualquer disciplina, por mais atuais e informados que sejam, correm o risco de permanecerem em hibernação, sem serem desafiados pelos extremos do comum, por mundos muito mais hiperbólicos que qualquer ficção ou pensamento lógico [...]. As estórias sugerem que a arquitetura encontre sua oportunidade, sua gravidade, e até sua sedução, não nas páginas de estilo, mas nas ficções dos noticiários internacionais. A arquitetura pode não ter outra escolha senão encontrar sua política — opor inocência com ingenuidade (Easterling, 2005, p.13).

A consciência de seu poder dissimulador e das operações implícitas em sua prática representa uma grande oportunidade de retomada de poder e ação efetiva da arquitetura, uma verdadeira “máquina de guerra”, como proposto por Deleuze e Guatari³.

POSSIBILIDADES DE ENGAJAMENTO: ARQUITETURA PROJETIVA

“A arquitetura é política”, afirma Till (2009, p.124), na medida em que afeta diretamente a vida dos cidadãos, o que torna inaceitável a negação desse pressuposto pelos arquitetos que se escondem atrás da neutralidade do espaço abstrato. A neutralidade política ou ideológica permite o avanço do controle espacial ao priorizar o espaço físico em detrimento do espaço social: o *hard space* permite uma leitura *default*: esvaziado, simplificado, divisível, contido e controlado, enfim, manipulável. O *hard space* é na verdade socialmente *hard*, contido por fronteiras que separam as ações vitais em funções, e então em categorias espaciais.

Um exemplo de tentativa de engajamento com a realidade, na medida em que representa a convergência entre o *marketing* de massa, o bom *design* e o serviço social, é o carro Toto (1996), de Philip Starck. O objetivo era desenhar um carro que “custasse nada e simplesmente fizesse seu trabalho de transportar as pessoas”, tendo como único símbolo o “não: não, eu não sou um consumidor” (Starck, 2007, p.46), negando o apelo sexual e de poder implícito na grande maioria dos projetos de carros. Dessa maneira, segundo Hays, Starck apresenta a possibilidade de reequipar o próprio sistema que empobreceu nossas vidas sem com isso esquecer que o *design* deve lutar constantemente para existir em não conformidade com o mundo que o patrocina: “O consumidor rebelde é acima de tudo um consumidor, e a lição desses exemplos é a mesma: o próximo nicho de mercado encontra-se no domínio daqueles que mais resistiram ao mercado” (Hays, 2007, p.51). Apesar de a grande empresa de carros ter recusado o projeto, dizendo “Amamos o projeto,

mas nós faremos melhor” (Starck, 2007, p.46), é inegável a inteligência da estratégia de Starck ao usar sua fama, estabelecida durante anos de trabalho com as maiores marcas do *design* mundial, para propor um *design* ‘politicamente correto’, mesmo que isso significasse alcançar novos públicos e manter-se no mercado.

Menos engajado, mas também procurando um nicho de mercado, van Toor (2007, p.55) define o capitalismo avançado como extremamente complexo e dinâmico, capaz de mudanças rápidas e estruturais, transformando limitações iniciais em desafios que culminam em novos investimentos. Assim, segundo ele, alguns arquitetos passaram a acreditar que não faz mais sentido gastar tempo construindo novas ideologias ou criticando o sistema, mas sim se inspirando nas mutações perpétuas do capitalismo avançado.

Seguindo essa linha, Somol e Whiting (2002) propõem avançar além de uma arquitetura crítica que, ao comentar assuntos internos do discurso arquitetônico-social, evita olhar para alternativas realistas. A proposta é iniciar uma arquitetura “projetiva”, um *approach*, uma estratégia, ao invés de um produto acabado. Tal arquitetura pressupõe um foco contínuo no método (*the how*) e deixa o ‘o que’ (*what*) e o ‘por que’ (*why*) indefinidos. A pesquisa sistemática da realidade *as found*, com a ajuda de diagramas e outros métodos analíticos, revela todo tipo de beleza latente: forças e possibilidades acabam sendo trazidas à superfície (van Toorn, 2007). Para Somol e Whiting (2002), o programa projetivo não necessariamente acarreta a capitulação às forças de mercado: ele respeita ou reorganiza múltiplas economias, ecologias, sistemas informacionais e grupos sociais. A teoria Datascape do MVRDV é um exemplo direto.

Mesmo de pequena escala — por seu tamanho e por seu campo de influência —, o *BasketBar* do *NL Architects* (2000-2002) é um exemplo de consciência arquitetônica que interfere de forma definitiva em seu contexto. A atitude positivamente subversiva de colocar uma quadra de basquete em cima de um bar de faculdade eleva um programa comum a outra dimensão, costurando de forma efetiva a arquitetura ao cotidiano das pessoas pela multiplicação de suas relações espaciais, funcionais, simbólicas. Imaginar a ampliação desse tipo de intervenção na cidade é, correndo o risco de utopia, reconquistar algum controle sobre o processo de construção da cidade.

A preocupação em propor novas alternativas através de uma análise cuidadosa da realidade suplantou a crítica dessa mesma realidade. Van Toorn (2007) afirma que, para as práticas projetivas, a questão não é se a arquitetura deve ou não participar do capitalismo avançado: isso é um dado. Deve, sim, discutir de que forma assumir sua relação com o mercado. Trata-se de uma questão ética e política que não pode ser considerada apenas por termos pragmáticos, ou técnicos ou estéticos, o que acabaria por constituir pequenas ditaduras. “A cultura agora trata sobre diversidade, flexibilidade e a busca permanente pelas novidades e efeitos que um projeto inicia, sobre como um objeto pode relacionar-se com o mercado como uma plataforma aberta, supostamente neutra” (van Toorn, 2007, p.68).

Podemos concluir, portanto, que há uma resistência contra os crescentes processos de fragmentação e homogeneização das metrópoles contemporâneas através da reorganização dos elementos arquitetônicos. Essa reorganização baseia-se em uma atitude pragmática de aceitação da realidade, que substitui definitivamente a representação de conceitos pela operação através da arquitetura, que retira o usuário da condição de leitor para a condição de ator. Implícita nessa postura há a preocupação com a função do arquiteto na sociedade atual, uma vez que “dar respostas plausíveis para problemas práticos” (Koolhaas, 1994, p.22) permanece a sua principal função na sociedade. A construção de discussões teóricas e as respostas prováveis para os problemas da arquitetura vêm das circunstâncias geradas pela própria prática arquitetônica, do embate com a realidade. Inserir a arquitetura ativamente nessa realidade significa colocá-la no centro do caos urbano contemporâneo e, conseqüentemente, em uma posição estratégica para resolver problemas. Os processos econômicos e culturais em ação no espaço metropolitano dependem de uma comunicação que precisa ser dominada pela arquitetura. Essa necessidade de interação requer formas capazes de expressar o acontecimento arquitetônico, produzido agora por meio da redefinição de noções tradicionais, como forma e função, que ultrapassam a disputa entre formalismo e funcionalismo em busca de uma nova relação com o usuário.

NOTAS

1. A ideia de contingência é também discutida por John Dewey: “Contingência é uma condição necessária, embora não suficiente, da liberdade. Em um mundo completamente fechado e exato em todas as suas partes constituintes, não haveria espaço para a liberdade. Contingência, ao mesmo tempo em que nos dá espaço para essa liberdade, não preenche esse espaço.” E assim o cenário se completa com outros valores (Dewey, 1929, p.238, tradução da autora).
2. “Isso não necessariamente significa, literalmente, fisicamente inacabado, e sim inacabado no sentido de permitir a possibilidade de apropriação por seus usuários” Till (2009, p.107, tradução da autora).
3. O conceito “máquina de guerra” foi amplamente usado por Nelson Brissac Peixoto na estratégia de reconquista do território urbano através de seus espaços intersticiais. Brissac (2002). Keller Easterling (2005, p.53) usou o conceito para descrever os métodos da “arquitetura pirata”, ao oscilar entre a rede de pirataria e a proteção do estado.

REFERÊNCIAS

- BRISSAC, N. *As máquinas de guerra contra os aparelhos de captura*. São Paulo: SENAC, 2002. (Arte/Cidade).
- DEWEY, J. *The quest for certainty*. New York: Minton & Balch Co, 1929.
- EASTERLING, K. *Enduring innocence*. Cambridge: The MIT Press, 2005.
- HAYS, K. P.S./P.C.: on Starck speaks. In: SAUNDERS, W.S. (Ed.). *The New architectural pragmatism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- KOOLHAAS, R. Finding freedoms: conversations with Rem Koolhaas. *El Croquis*, v.53, p.22, 1994.
- POLO, A.Z. Notes for a topographic survey: OMA/Koolhaas 1987-1993. *El Croquis*, v.53, p.40-41, 1994.
- SOMOL, R.; WHITING, S. Notes around the doppler effect and other moods of modernism. In: SAUNDERS, W.S. (Ed.). *The new architecture pragmatism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- STARCK, P. Starck speaks: politics, pleasure and play. In: SAUNDERS, W.S. (Ed.). *The new architecture pragmatism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- VAN TOORN, R. No more dreams?: the passion for reality in recent dutch architecture... and its limitations. In: SAUNDERS, W.S. (Ed.). *The new architecture pragmatism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- TILL, J. *Architecture depends*. Cambridge: The MIT Press, 2009.

RESUMO

Autores contemporâneos, analisados neste artigo, têm defendido a necessidade de promover maior engajamento entre arquitetura e realidade, no intuito de aproximar a disciplina dos problemas urbanos contemporâneos e, em última instância, legitimar a arquitetura como parte do contexto cultural de maneira mais dinâmica e participativa na vida das grandes cidades. O objetivo deste artigo é discutir diferentes leituras sobre a realidade e sua relação com a arquitetura contemporânea, discussão fundamental para o entendimento dos processos de projeto atuais, bem como para a criação de metodologias de ensino e projeto capazes de devolver ao arquiteto o poder de construir a cidade atual.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura contemporânea. Arquitetura *versus* realidade. Método de projeto. Teoria da arquitetura.

REALITY AND CONTEMPORARY ARCHITECTURE

ABSTRACT

Contemporary authors discussed in this paper have been supportive of the necessity to promote more effective engagement between architecture and reality in order to bring architecture closer to urban problems and to legitimize architecture as part of the cultural context of the metropolis in a more dynamic and inclusive way. The purpose of this article is to discuss different readings of reality and its relation to contemporary architecture - a key issue to understanding today's design processes and an important tool for developing design methodologies able to restore the architect's power to build the contemporary city.

KEYWORDS: *Contemporary architecture. Architecture versus reality. Design methodology. Theory of architecture.*

TERRAIN VAGUES E MUTAÇÕES NA ANÁLISE ESPACIAL URBANA: ABORDANDO A SUSTENTABILIDADE

| Valeria Teixeira de Paiva

Arquiteta Doutora | Av. Benedito Castilho de Andrade, 1007, 14/41, 13212-070,
Eloy Chaves, Jundiaí, SP, Brasil | *E-mail: valdepaiva@gmail.com*

***TERRAIN VAGUE* E MUTAÇÕES NA ANÁLISE ESPACIAL URBANA: ABORDANDO A SUSTENTABILIDADE**

CIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As cidades do mundo inteiro têm despertado para o paradigma do desenvolvimento sustentável, no qual a nova fronteira é constituída pela própria cidade, que contempla a concentração de investimentos e esforços para a ocupação dos vazios, a reutilização do patrimônio instalado, a requalificação de espaços e a intensificação e mistura dos usos. A poluição dos grandes centros, o desmatamento das florestas, a perda de espécies da flora e da fauna, a crise energética, entre outros tantos problemas ambientais, sugerem que a conscientização humana deva mudar em relação ao meio ambiente. A ideia de sustentabilidade, portanto, tende a ser mais abrangente, sem se limitar à dimensão ambiental: deve englobar as questões sociais, econômicas e políticas. Isso pressupõe outras formas de relação entre o desenvolvimento socioeconômico, o crescimento urbano e a qualidade ambiental (Alva, 1997).

A campanha europeia das cidades sustentáveis, segundo Emilianoff (2003), nasceu em 1994 de uma conferência em Aalborg. A Carta de Aalborg, uma afirmação conjunta das responsabilidades e dos poderes urbanos na ativação de um desenvolvimento urbano sustentável, propôs a inversão de muitos princípios da Carta de Atenas, como a substituição do zoneamento por uma mistura funcional, capaz de favorecer a urbanidade pela intersecção de usos do espaço e valorização do patrimônio construído existente. Nesse sentido, da perspectiva do urbanismo contemporâneo, o modelo de revitalização das

idades parece buscar distanciar-se tanto dos projetos traumáticos de renovação quanto das atitudes exageradamente conservacionistas, incorporando-os e excedendo-os ao mesmo tempo em prol do renascimento econômico, social e cultural das áreas centrais. Recentemente, entretanto, a expressão revitalização também tem sido combatida, uma vez que significa considerar que as preexistências estariam mortas.

Em vista disso, pesquisas têm sido desenvolvidas tanto para analisar o alcance e os limites da implementação de projetos urbanos em áreas industriais, com foco na geração de trabalho e renda e no combate à exclusão social, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local (Somekh & Campos, 2005), como para propor metodologias para a construção de sistemas de avaliação de impactos de projetos em áreas urbanas históricas capazes de produzir resultados em termos de contribuição ao desenvolvimento sustentável (Zancheti *et al.*, 2001). Existem ainda autores que consideram a requalificação urbana de áreas degradadas reservadas às novas oportunidades de negócios e às políticas de requalificação e integração social e urbana dos bairros das populações desfavorecidas como “exigências maiores” que deveriam ser respondidas pelo urbanismo contemporâneo (Compans, 1998).

Nos últimos 20 anos, o conceito de desenvolvimento sustentável emergiu como uma questão chave no urbanismo. Defronta-se, atualmente, com a necessidade de aplicar seus princípios, assim como os da preservação ambiental e da reciclagem de recursos, como parte integrante do planejamento territorial. Da mesma forma que se busca evitar o declínio dos padrões ambientais, torna-se necessário proteger a herança urbana, os espaços abertos, áreas verdes e a paisagem cultural das cidades (Donadon *et al.*, 2011).

Aplicada à esfera urbana, a definição mais aceita de desenvolvimento sustentável, “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p.46), sugere que, no futuro, as estruturas urbanas deverão conter registros do passado (relativamente a hoje) que mantenham a sua autenticidade, uma vez que podem representar soluções para problemas urbanos ainda desconhecidos: registros de estruturas do presente e registros de estruturas do passado que foram transformadas no presente, como um mosaico de registros conectados pela necessidade ou ainda sobreposições de camadas na chamada cidade contemporânea.

Não é mais possível, portanto, entender a cidade com base somente na análise física do local. Essa análise, embora fundamentada por uma gama de autores, como Lamas (1993) e Lynch (1999), não auxilia na compreensão de fenômenos resultantes da crise urbana provocada pelo processo global de reestruturação econômica, que tem se intensificado ao longo dos últimos 25 anos. Exemplos disso são o surgimento de grandes áreas ociosas ou subutilizadas, particularmente nas cidades e em setores urbanos, e a proliferação de grandes assentamentos e invasões. Esses fenômenos podem ser relacionados aos *Terrain Vagues* e às mutações, duas das categorias elencadas por Solà-Morales (2002)

para entender e problematizar as redes de interações da cidade contemporânea e tentar encontrar o lugar da arquitetura.

Nesse contexto, a reflexão sobre a forma de entendimento da cidade contemporânea deve considerar categorias que extrapolam a análise física, como os *Terrain Vagues*, as mutações e suas interações, dentro de uma abordagem que contemple aspectos de transformação do ambiente, segundo parâmetros de um desenvolvimento sustentável.

TERRAIN VAGUES, MUTAÇÕES E SUSTENTABILIDADE NA ANÁLISE URBANA

O mundo contemporâneo é caracterizado pela globalização, processo viabilizado pelo desenvolvimento das tecnologias de transporte e de informação, que provoca mudanças que, concomitantemente, possibilitam uma inserção na economia global e que são razão da deteriorização dos espaços e da ampliação de desigualdades, com implicações, nem sempre positivas, na sustentabilidade das cidades. Nesse mundo globalizado, ao contrário do que se pensava, a cidade não foi excluída como referência, como local de encontro e de negócios, apenas mudou seu papel e sua forma de inserção na divisão internacional do trabalho. Para Santos (2004), a globalização, ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, a despeito de seu discurso de integração, tem um caráter fragmentador, que naturalmente se reflete na construção da cidade e na intensificação de fenômenos urbanos, cujos fatores desencadeantes são menos palpáveis.

A categoria dos *Terrain Vagues* compreende desde áreas industriais abandonadas (Figura 1), áreas das linhas férreas, espaços residuais, edifícios deteriorados até os portos sem atividade. Essas áreas tornaram-se fundos da cidade e refletem as transformações vividas na economia no último século. Atualmente, os meios de produção, caracterizados por processos de trabalho e mercado cada vez mais flexíveis, não exigem mais a proximidade com este último e criaram um descompasso entre a forma e o lugar (Donadon, 2009). O termo *Terrain Vague* abrange diferentes tipos de territórios: os obsoletos, os baldios, os residuais e derrelitos, pois contém a ambiguidade e a multiplicidade de significados necessários para designar lugares, territórios ou edifícios que possuem uma dupla condição. São os territórios da ausência, do encontro do passado com o presente e o seu contraponto mais instigante como reservas de futuro (Solà-Morales, 2002). Para Solà-Morales (2002), são áreas disponíveis, cheias de expectativas, de forte memória urbana, com potencial original: o espaço do possível.

As reflexões de Busquet (1996) e Fialovà (1996) sintetizam as duas formas de abordagem dessas áreas apresentadas pela literatura. Busquet (1996) sugere a observação dos *Terrain Vagues* de forma positiva e estimulante para compreensão de fenômenos urbanos, comumente taxados como negativos, desconhecidos e/ou problemáticos. A existência de grandes *Terrain Vagues* na área central e a relativa resistência à mudança que cada um deles coloca, devido à sua história, memória e identidade, são positivas para Fialovà (1996), que considera que uma resistência muito forte pode significar que a ideia trans-



Figura 1 – Restos da Matarazzo – Swift – Campinas.
Foto: Edilene T. Donadon (2008).

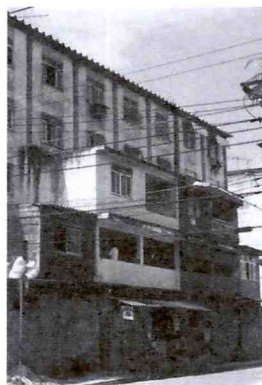


FIGURA 2 – A cidade vira favela
– IAPI de Realengo, Rio de
Janeiro, 1997.
Foto: Valeria de Paiva.



FIGURA 3 – A cidade vira favela – Camelódromo
nas imediações da Estação e do Terminal Central
de Campinas. Apropriação do espaço público e
degradação urbana.
Foto: Gabriela Quinália, 2009.

formadora é fraca e, portanto, seria melhor deixar a área para a criatividade de gerações futuras (Donadon *et al.*, 2011).

Em países em desenvolvimento ou emergentes, deve-se considerar a possibilidade de interseção, nem sempre positiva, da categoria de *Terrain Vagues* com a de mutações, que seria a ocorrência de mutações em *Terrain Vagues*. As mutações, como descritas por Solà-Morales (2002), resultado das reconstruções de cidades destruídas por guerras contemporâneas, por exemplo, produzem uma nova cidade com mudanças súbitas, casuais e imprevisíveis que não podem ser definidas pelo antigo modelo. As mutações constituem processos autônomos em que:

[...] a diretriz principal procede do interior do próprio processo, mais do que de exigências ou restrições estabelecidas pelo entorno previamente existente. São as energias a partir do núcleo até as bordas exteriores que estabelecem as linhas configuradoras, gerando os novos espaços a partir de uma lógica própria e do enunciado das suas necessidades ao invés de um sistema de relações mais amplamente compreendido das condições preexistentes (Solá-Morales, 2002, p.85).

Aplicada ao contexto de países como o Brasil, as mutações podem ser também caracterizadas por grandes invasões de terras, ou assentamentos, onde rapidamente uma área é ocupada por barracos e em seguida por construções em alvenaria (Figuras 2 e 3), constituindo, em poucos meses, um local com conformações de bairro, mas sem a necessária infraestrutura. Esse processo, como o formador dos *Terrain Vagues*, tem tomado proporções alarmantes a despeito das políticas públicas implementadas para resolver o problema, possivelmente porque a questão habitacional foi privilegiada em detrimento da urbana. A interseção de mutações e *Terrain Vagues*, nesse contexto, mais do que aumentar a complexidade da análise urbana, retira dos *Terrain Vagues* seu caráter de espaço do

possível, de reserva de futuro, colocando-os como áreas fora do controle público, ou seja, sem plano ou propósito que beneficie a coletividade e a cidade.

CONCLUSÃO

A reflexão sobre os *Terrain Vagues*, as mutações e suas interseções passam necessariamente pela consideração da pertinência ou não de intervenção e pelo padrão de crescimento da cidade: formal ou informal, disperso ou adensado. As cidades brasileiras, segundo Mascaró (2001), sofrem de falta de continuidade da malha urbana, resultante de um grande número de vazios dentro da área urbanizada, que causa o espalhamento urbano.

A prática de expansão urbana baseada na construção nova, em contraposição à recuperação do estoque construído, produz o crescimento constante da mancha urbana em direção às periferias, tanto para o assentamento das populações de baixa renda quanto para abrigar os setores de alta renda. Essa situação resulta na subutilização dos recursos disponíveis nas áreas centrais, como infraestrutura, sistema de transportes e estoque imobiliário; no adensamento populacional de baixa renda em áreas não servidas de infraestrutura e distantes dos locais de trabalho, e na concentração de atividades econômicas em novas frentes de expansão imobiliária (Rolnik & Balbim, 2006). Ou seja, é uma forma de crescimento urbano que se caracteriza pela segregação sociocultural na cidade e pela má utilização dos espaços e recursos públicos. De acordo com essa tese, seria necessária a criação e a disseminação da cultura da cidade compacta e sustentável, que seria um caminho para enfrentar diversos problemas ambientais, inclusive a perda de fontes de água, eventos climáticos fortes e aquecimento da Terra.

Na discussão acerca da dispersão urbana, pergunta-se por que estender e construir a cidade em locais fora dela se existem vazios, ruínas e imóveis subutilizados nos centros. O modelo de adensamento urbano, entretanto, também tem seus limites devido à possibilidade de superlotação, perda de qualidade de vida, poucos espaços abertos, maior congestionamento e poluição, especialmente nos climas tropical e subtropical úmidos (Mascaró, 2001).

As atenções voltadas para o desenvolvimento sustentável das cidades conduzem ao reconhecimento da importância da reabilitação das áreas urbanas centrais, que, por apresentarem complexidades distintas, pressupõem abordagens específicas. Cabe, portanto, considerar a pertinência e a necessidade de intervenção, tendo como diretriz que a reutilização permanente dos lugares e dos tecidos urbanos é uma acepção da cidade sustentável, da cidade que se renova sobre si mesma (Emilianoff, 2003).

REFERÊNCIAS

- ALVA, E.N. *Metrópoles (in)sustentáveis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- BUSQUET, J. Nuevos fenómenos urbanos y nuevo tipo de proyecto urbanístico. In: CONGRESSO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS UIA, 19., 1996, Barcelona. *Anais...* Barcelona: Gustavo Gilli, 1996. p.280-287.
- COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- COMPANS, R. Parceria público-privada na renovação urbana da zona portuária do Rio de Janeiro. *Cadernos IPPUR*, ano 12, n.1, p.79-105, 1998.
- DONADON, E.T. *Terrain Vagues: um estudo das áreas urbanas obsoletas, baldias ou derrelitas em Campinas*. 2009. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, 2009.
- DONADON, E.T.; BENFATTI, D.M.; PAIVA, V.T. Sustentabilidade e reabilitação: os Terrain Vagues na cidade de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL, 6. e ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 4., 2011, Vitória. *Anais eletrônicos...* Vitória: UFES, 2011. 1 CD-Rom.
- EMILIANOFF, C. *A noção de cidade sustentável no contexto europeu: alguns elementos de enquadramento*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2003. (Estudos e Debates n.42).
- FIALOVÁ, I. Terrain Vague: um caso de memória. In: CONGRESSO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS, 19., 1996, Barcelona. *Anais...* Barcelona: Gustavo Gilli, 1996. p.270-273.
- LAMAS, J.M.R.G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MASCARÓ, J.J. Densidades, ambiência e infraestrutura urbana. *Vitruvius*, 017.08, ano 2, 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: ago. 2011.
- ROLNIK, R.; BALBIM, R. Programa nacional de reabilitação de áreas urbanas centrais. In: SEMINÁRIO DE HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS, 2006, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IAB/RJ, 2006.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SOLÀ-MORALES, I. *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.
- SOMEKH, N.; CAMPOS, C.M. Desenvolvimento local e projetos urbanos. *Vitruvius*, 05.059, ano 5, 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 29 jun. 2005.
- ZANCHETI, S.M.; LACERDA, N.; MARINHO, G. Sistema qualitativo de avaliação de impactos em áreas urbanas históricas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. Disponível em: <<http://www.urbanconservation.org/textos/avalImpact.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2005.

RESUMO

A dinâmica e as necessidades das cidades contemporâneas no mundo globalizado têm criado novos padrões urbanos, enquanto outros têm-se tornados obsoletos. Uma consequência visível dessa nova configuração são os espaços urbanos residuais, resultantes das mudanças nos processos de produção, que criaram um descompasso entre a forma urbana e a noção de espaço. Paralelamente, o conceito de desenvolvimento sustentável emergiu como uma questão-chave no urbanismo e defronta-se com a necessidade de aplicar seus princípios, assim como os da preservação ambiental e da reciclagem de recursos, como parte integrante do planejamento territorial. Por conseguinte, não é mais possível entender a cidade com base somente na sua análise física. Esse trabalho, portanto, busca refletir sobre a forma de entendimento da cidade contemporânea, considerando os *Terrain Vagues*, as mutações e suas interações, segundo parâmetros de um desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Mutações. Sustentabilidade. *Terrain Vagues*.

TERRAIN VAGUES AND MUTATIONS IN URBAN SPATIAL ANALYSIS: ADDRESSING SUSTAINABILITY

ABSTRACT

The dynamics and needs of contemporary cities in the globalized world have created new urban patterns while others have become obsolete. One visible consequence is the creation of residual urban spaces as a result of changes in production processes that created a mismatch between urban form and sense of space. At the same time, the concept of sustainable development has emerged as a key issue in urban planning and is faced with the need to apply its own principals, while considering environmental preservation and recycling as integral parts of land planning. Consequently, it is no longer possible to understand the city purely in physical terms. This paper therefore aims to reflect on our understanding of the contemporary city, considering the terrain vagues, mutations and their interactions, according to parameters of sustainable developments.

KEYWORDS: Mutations. Sustainability. *Terrain Vagues*.

**MAPEAR PODE FAZER A DIFERENÇA: GEOINFORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
DE CARÁTER TERRITORIAL - REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS**

Manoel Lemes da Silva Neto, Juliana Mara Presente Gomes

Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Programa de Pós-Graduação
em Urbanismo | Rod. D. Pedro I, km 136, 13086-900, Campinas, SP, Brasil |
Correspondência para/ *Correspondence to:* M.L. SILVA NETO |
E-mail: manoel.lemes@puc-campinas.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo | Campinas, SP, Brasil

MAPEAR PODE FAZER A DIFERENÇA: GEOINFORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CARÁTER TERRITORIAL – REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

INTRODUÇÃO

A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra é um clássico do pensamento geográfico divulgado pela primeira vez no Brasil, numa edição não autorizada no final dos anos 1970 (Lacoste, [1976?]). Depois, em 1988, foi reeditado sob o título *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* (Lacoste, 1988). Segundo Vesentini (1988, p.2), “[...] a principal resposta que Lacoste fornece ao seu questionamento está no próprio título do livro: a geografia serve, em primeiro lugar (embora não apenas), para fazer a guerra, ou seja, para fins político-militares sobre (e com) o espaço geográfico, para produzir/reproduzir esse espaço com vistas (e a partir) das lutas de classes, especialmente como exercício do poder”.

Nessa linha de raciocínio, a geografia, originariamente, associa-se à noção de reconhecimento estratégico do território. Antes de constituir-se Ciência no século XIX, o saber geográfico teria surgido na antiguidade clássica como instrumento de poder das minorias dirigentes, especialmente do exército. Por extensão, a cartografia também: sua origem é militar. O mapa é meio para se compreender o território e, com isso, dominá-lo. Além de subsidiar o conhecimento territorial, os mapas visam, primordialmente, a objetivos estratégicos. O que se quer mapear? O que se deseja reconhecer e alcançar no território? “Saber ler um mapa, saber ler uma pista” é “saber atuar sobre o terreno” (Lacoste, [1976?], p.31).

Esse é um dos motivos deste trabalho. As ferramentas e as técnicas de análise cartográfica têm sido amplamente utilizadas no desenvolvimento de atividades em que a leitura do território revelou-se crucial, de estudos locacionais e mercadológicos ao monitoramento ambiental. Recentemente compreendidas no campo da geoinformação, isto é, “a construção de representações computacionais do espaço” (Câmara *et al.*, 2001, p.5), tais ferramentas e técnicas podem subsidiar a formulação de políticas públicas de caráter territorial, em particular no urbanismo e no planejamento urbano-regional (Câmara *et al.*, 2001). É este o direcionamento do presente artigo.

Com a finalidade de difundir o uso da geoinformação como subsídio importante à formulação de políticas públicas, o texto sintetiza os resultados alcançados em pesquisa de iniciação científica desenvolvida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas, concluída em julho de 2010. Integrando o objeto de estudo, estão as desigualdades socioespaciais: fenômeno que não está apenas na raiz da problemática urbana brasileira. Na medida em que desencadeia migrações inter-regionais, rurais-urbanas e interurbanas (Santos, 2004), atinge o território como um todo. Por isso a abordagem é exemplar para o que se pretendeu na pesquisa: demonstrar que os recursos provenientes da geoinformação, ao espacializar os problemas urbanos, podem ser instrumentos de apoio valiosos para a formulação de políticas públicas de natureza territorial.

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) constituiu-se base do estudo de campo, com um detalhe importante: a metodologia empregada utilizou dados censitários e, conseqüentemente, poderá ser aplicada em qualquer outro recorte territorial no Brasil.

Quanto à RMC, foi criada pelo governo do estado de São Paulo em 2001, e é uma das três regiões metropolitanas atualmente institucionalizadas. Agrupando 19 municípios situados ao norte da capital, a região ocupa a segunda posição em importância no Estado. Segundo informações da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), a RMC, em 2008, contribuiu com 8% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, a Região Metropolitana de São Paulo com 57% e a Região Metropolitana da Baixada Santista com 4%. Esses dados, em si, anunciam desigualdades econômicas.

A sede da região, em Campinas, fica distante 96 km da cidade de São Paulo, e lá se encontraram as situações de desigualdade socioespacial mais opostas. A pesquisa indicou que as localidades mais ricas e mais pobres da RMC estão no município de Campinas, isto é, a pesquisa mostrou que as desigualdades estão inscritas no tecido urbano, são perfeitamente identificáveis no território, chamando a atenção a clareza dos resultados evidenciados com o uso da geoinformação.

Portanto, por que nada ou quase nada é feito a esse respeito? O objetivo deste trabalho não é responder à pergunta, mas comprovar que os recursos técnico-científicos atualmente disponíveis podem subsidiar efetivamente o processo de tomada de decisões no âmbito das políticas públicas. Para desenvolver esse argumento, a proposta caminhou na direção de se formularem índices georreferenciados especialmente projetados para

apontar as necessidades de melhoria dos lugares. Em princípio, tais índices podem mostrar as localidades beneficiadas pela presença de importantes equipamentos sociais, e as localidades em que eles estão faltando. Desse modo, poderiam ser propostas melhorias a fim de reduzir as desigualdades socioespaciais, porque há conhecimento territorial suficiente para subsidiar ações para evitar que elas aumentem.

A questão não é a produção de informações, nem o seu tratamento. O problema crucial é a aparente indiferença dos agentes governamentais e as mediações que eles produzem para conduzir interesses e projetos hegemônicos.

Entretanto, o “saber ler um mapa” é importantíssimo se relacionado à possibilidade de acesso da população às informações e ao desenvolvimento de capacidades interpretativas sobre tais informações dos segmentos sociais desfavorecidos. Isso poderia interferir na alocação de recursos — via processos participativos e, até mesmo, pela pressão popular — ou, então, fortalecer o controle e a fiscalização social das ações de governo.

Nessa perspectiva de instrumentalização, pretende-se, igualmente, enfatizar a necessidade de se empreenderem análises territoriais nas etapas que precedem a proposição do projeto arquitetônico-urbanístico. Estudos dessa natureza podem fornecer subsídios úteis no desenvolvimento de atividades didáticas que envolvem a identificação de áreas de intervenção de projetos. Os alunos, com frequência, buscam áreas vazias e terrenos baldios para tal finalidade, o que os impede de concluir que em muitas vezes as intervenções espaciais a serem projetadas devam recair em localidades já edificadas, situadas em tecidos urbanos consolidados. Isso muitas vezes ocorre quando se trata de buscar espaços para edificação de equipamentos sociais, tais como escolas, creches, hospitais etc. Nem sempre a melhor localização para esses equipamentos deve resignar-se à pré-existência de áreas livres.

GEOINFORMAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA

Indicadores socioespaciais são, cada vez mais, indispensáveis. A existência de um sistema de informações potencializa diagnosticar, implementar e monitorar políticas públicas, especialmente as de caráter territorial, como é o caso do planejamento urbano e regional e, conseqüentemente, da planificação urbanística. As aplicações são numerosas e difundem-se por diversos setores. O Instituto Oswaldo Cruz, por exemplo, utiliza amplamente esse recurso. A área da saúde pública é uma das áreas de vanguarda quanto à utilização prática desses meios, subsidiando enormemente o desenvolvimento de políticas públicas na área da saúde (Barcellos *et al.*, 2008).

A geoinformação — designação ampla que abarca conceitos mais difundidos como geoprocessamento e georreferenciamento — agiliza o processo de tomada de decisões, razão pela qual não se pode mais ignorá-la quando se trata de colocar em prática ações que beneficiem a população. A relação custo/benefício social fica explícita no território. Por consequência, explicitam-se também a localização, o dimensionamento e o programa

dos equipamentos, serviços e infraestruturas de âmbito urbano-regional necessários para acudir situações de urgência social.

Algumas das barreiras do uso da geoinformação são o custo elevado, a dificuldade da produção de bancos de dados e o baixo nível de formação dos servidores públicos, mas, ainda assim, as vantagens são incomensuráveis. Por meio do emprego de novas tecnologias e, especialmente, da cooperação entre os órgãos públicos, as políticas territoriais podem equacionar diversas questões que envolvem os investimentos públicos e a gestão governamental. Informações básicas do relevo, hidrografia, características geológicas, geomorfológicas, declividades, áreas de ocorrência de doenças, áreas de expansão urbana, análise de infraestruturas, informações socioeconômicas, zoneamento econômico-ecológico, cadastro técnico multifinalitário, análises de interesses ambientais, cadastro escolar e legislação urbanística, tais como planos diretores, zoneamento e lei de uso e ocupação do solo, entre outras, são algumas das “possibilidades de informações espacializadas que podem ser geradas através de mapas básicos e temáticos com recursos do geoprocessamento” (Carvalho & Leite, 2009, p.3643) ou geoinformação.

Em dimensão nacional, o “Programa Amazônia: monitoramento do desmatamento e da degradação florestal na Amazônia”, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) lembram a envergadura que tais recursos adquirem na gestão territorial do Estado, bem como de sua função estratégica.

Com todo esse arsenal de possibilidades, torna-se fácil compreender a rápida apropriação dos recursos da geoinformação, em especial entre os agentes governamentais e nos empreendimentos privados.

Na esteira da chamada revolução das tecnologias de informação, tais recursos “[...] surgiram no final do século XX como uma ferramenta de alta tecnologia é inovação para interpretações relacionadas ao espaço [...] com uma agilidade e precisão que até antes de seu surgimento eram inimagináveis” (Carvalho & Leite, 2009, p.3643).

Entretanto, essa facilitação tem que ser cuidadosamente ponderada. Sem dúvidas, a geoinformação representa grande avanço no campo da análise e da representação cartográfica. Basta lembrar que, em passado ainda recente, até meados dos anos 1990, os mapeamentos elaborados no Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) do estado de São Paulo eram praticamente artesanais, assim como o trabalho de análise estatística, cujos cálculos, até os anos 1970, eram feitos “à unha”, ou então, na melhor das hipóteses, com calculadoras eletrônicas ou, o que era surpreendente, com programação rudimentar que se utilizava do processo de perfuração de cartões.

A questão é que essas modernizações suprimam a instrumentalização da política pública. Isto é, os novos recursos da geoinformação passam a preencher lacunas da ação política, que se limita a apresentar os problemas, afastando-se dos conflitos, ao invés de envolver-se como mediador privilegiado e porta-voz das enormes demandas sociais que

persistem. Isso é muito visível no que diz respeito à inaceitável desigualdade de distribuição de renda no país. Sempre é bom lembrar que a geoinformação é instrumento de apoio e não pode ocupar o espaço da decisão, que é política.

A respeito do papel que as informações ocupam de modo despropositado no campo da ação política, muitas vezes a profusão das informações mais atrapalha do que ajuda. É o império da burocracia. '[...] O desconhecimento dos limites da técnica [...] explica porque o pensamento da fragmentação aparece, por vezes, como pensamento fragmentado, nutrido por uma cornucópia de tabelas, mapas e imagens. Afinal, a presentificação [...] favorece a ordem administrativa, mesmo onde existem desordem e crise; contenta-se com o empírico [...]; enfatiza a fragmentação [e] garante a integração por meio de políticas sociais formuladas com base na abstração de relações sociais e contextos' (Ribeiro, 2006, p.14).

Felizmente, no campo da política pública, em seu sentido mais amplo, a geoinformação também é chamada a desempenhar importantes tarefas: descortinar aos segmentos populares a experiência empírica de compreender os fenômenos territoriais e, com eles, as assimetrias que surgem em decorrência da renda, das oportunidades, da presença de equipamentos e serviços etc., já que é possível, também, a democratização das informações.

A seguir, trecho de reportagem extraída do *site* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Brasil.

São Paulo, 17/4/2006 — Jovens fazem mapa social de região pobre — Trinta jovens paulistanos moradores da região administrada pela subprefeitura de M'Boi Mirim — que abrange os distritos Jardim São Luís e Jardim Ângela —, uma das áreas mais pobres e violentas da cidade de São Paulo, fizeram o mapeamento digital do lugar onde vivem. Com base em bancos de dados públicos, eles dividiram o território em pequenos setores, levantaram os indicadores sociais para cada um deles (como número de crianças de 0 a 6 anos residentes, total de chefes de família sem renda, ou a relação de empresas com sede no local) e apontaram no mapa onde estavam as escolas, creches, centros esportivos, hospitais, postos de saúde, organizações não governamentais (ONGs) e outras organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (Oscips) [...]. O trabalho, promovido pelo Instituto Lidas em parceria com a ONG Casa dos Meninos, começou em 2001, com a divisão da cidade de São Paulo em 270 Unidades de Planejamento Participativo (UPPs) — o M'Boi Mirim, por exemplo, é dividido em sete. 'O objetivo é fornecer informações para que a comunidade *possa agir*', resume o coordenador do projeto, Cleodon Silva. 'A ideia é que cada unidade tenha 30 jovens, com idade entre 16 e 24 anos, capacitados e desenvolvendo essas atividades', afirma (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2006, *online*, grifo nosso).

A informação e, particularmente, a geoinformação podem e devem ser compartilhadas, uma vez que ensinam a ver o mundo, tornando-o prática empiricizada. Ao lado da revolução das tecnologias de informação, prosseguem novas possibilidades que resultam da democratização política, que ultrapassa as camadas populares e se articulam em redes de “[...] um espaço original de interlocução, debates, proposições e, em certas condições, que atuam de maneira compartilhada com gestores públicos” (Nunes, 2006, p.9).

De um modo ou de outro, os limites e as possibilidades que se estabelecem entre a geoinformação e as políticas públicas poderão aperfeiçoar-se, sendo vital que os agentes sociais, tendo amplo acesso às informações relativas às ações dos agentes públicos, possam acompanhá-las de perto.

Um desenho para possível encaminhamento do tema pode ser extraído da *Freedom of Information Legislation*, experiência norte-americana de leis que, democraticamente, garantem acesso dos dados acumulados pelo estado aos cidadãos comuns.

No Brasil, embrião de algo semelhante é encontrado na Constituição Federal, artigo 5º, XXXIII — “[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (Brasil, 1988, *online*) — e Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados (Brasil, 1991).

Recentemente, sem comprometimento do conteúdo geral, ambos dispositivos foram alterados pela Lei nº 12.527/2011, que “[...] dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações [...]” (Brasil, 2011, p.1).

SOBRE AS DESIGUALDADES

As desigualdades persistem secularmente nas sociedades humanas e não é particularidade de países não desenvolvidos, como o Brasil. A sociedade escravocrata do período colonial e a segmentação social dos homens bons, dos homens livres e pobres e dos escravos refletem-se, ainda hoje, sob a forma de uma sociedade desigual de cidadãos e “não cidadãos”, de proprietários e expropriados, de quem manda e de quem faz.

Também, convenientemente, o quadro oposto, o da igualdade social, é um “[fetiche] mediador nas relações de classe que em muito contribui para que situações conflitivas frequentemente não resultem conflitos de fato” (Sales, 1992, p.45). Como acontecimento, ou como explicitação de ação política que apenas discursa sobre a necessária supressão de assimetrias sociais escandalosas, a questão é que nunca se falará o bastante sobre o assunto. Por isso, aqui, o interesse recai exclusivamente em analisar a cartografia social da desigualdade, como forma de abordagem do tema central de estudo. Isto é, da

utilização das virtudes da geoinformação como instrumento de apoio à proposição de políticas públicas de caráter territorial.

Quanto às variáveis em jogo, a utilização dos indicadores sociais adquire grande importância. Eles possibilitam uma avaliação das condições em que se encontram os setores urbanos e onde devem ser focados os esforços. Um sistema amplo de informações possibilita que mais pessoas acompanhem os resultados de projetos públicos, assim como contribui na etapa de diagnóstico dos problemas socioespaciais (Jannuzzi, 2006). Por conseguinte, esse é o ponto de partida.

Antes, porém, não poderão passar despercebidas as restrições teóricas e práticas conduzidas pela empiricização de fenômenos complexos, como é o caso das desigualdades socioespaciais, e a consequente naturalização da pobreza sob “cruel processo de concentração de riqueza” e de pouca diluição do crescimento econômico pelo conjunto de nossas populações (Nunes, 2006, p.8). Esse lembrete deve mover a análise.

Sob o conceito da desigualdade social, encobrem-se diversos tipos de desigualdades: de oportunidades, de renda, de escolaridade e de gênero. Segundo Rousseau (1994), as desigualdades tendem a se acumular. Os descendentes das famílias modestas têm menores probabilidades de alcançar maior nível de instrução e, conseqüentemente, menores chances de melhor remuneração e de acumulação de posses. Nessa linha de raciocínio, a conclusão é a de que as desigualdades são, em grande medida, perenizadas pela necessidade de manutenção do *statu quo*, e geradas pelos interesses hegemônicos do mercado e do capital. Há, entretanto, o sistema político que, mal ou bem, interfere nesse processo estrutural, buscando, por exemplo, regulamentar o mercado ou oferecer recursos materiais, como é o caso dos programas de combate à fome e à miséria atualmente praticados no Brasil pelo governo federal.

Persistem, no entanto, relações estruturais entranhadas no modo de produção capitalista, responsáveis pela manutenção de relações de produção espelhadas na velha luta de classes, que não dão sinais de que estejam cedendo (Silva Neto, 2006). Ampliada à dimensão política das nações, a crise financeira global a que se assiste nos dias de hoje não tem outra explicação que não seja a tendência histórica de concentração de renda. A diferença é que, atualmente, as instituições bancário-financeiras contam abertamente com a colaboração dos Estados em “socorros financeiros” para operações de mercado malsucedidas e totalmente duvidosas. Essa prática não é outra coisa do que a transferência de recursos financeiros extraídos das economias internas por meio do perverso mecanismo da tributação.

Diante de tal quadro, a prudência exige trabalhar com a hipótese de que as desigualdades manter-se-ão vigorosas ainda por um bom tempo. É possível admitir outra possibilidade? “Num país de 190 milhões de habitantes, um terço da população dispõe de condições de educação e vida comparáveis às de um país europeu. Outro terço, entretanto, situa-se num nível extremamente modesto, comparável aos mais pobres padrões

afro-asiáticos. O terço intermediário se aproxima mais do inferior que do superior” (Jaguaripe, 2008, A1). Tudo indica que as desigualdades estejam aí para ficar.

Dessas desigualdades desponta-se uma classe determinada: a socioespacial. A análise desse tipo particular de desigualdade desperta interesse entre os pesquisadores especialmente a partir das modernizações advindas com as sociedades industriais, pois elas são portadoras de outro fenômeno indissociavelmente relacionado às disparidades de renda e à dinâmica de localização das classes sociais no sítio urbano; indissociam-se, também, da atuação estruturada do Estado e da presença ativa do mercado imobiliário a partir das primeiras décadas do século XX, a exemplo da cidade de São Paulo. Fala-se do fenômeno da segregação socioespacial.

A mobilidade residencial dos segmentos sociais empobrecidos da população pode ser apontada como o fator principal que desencadeia o fenômeno. O processo de diferenciação sociodemográfica constitui a base da segregação socioespacial, e explica-se pela dinâmica de deslocamentos das classes sociais no espaço urbano em razão da oferta dos equipamentos, serviços e infraestruturas. Conseqüentemente, ocorre a valorização fundiária como também, o que Lúcio Kowarick chamou de espoliação urbana. Esse conceito, “[...] além das determinações econômicas, guarda relação com a dinâmica das lutas populares urbanas diante do Estado pelo acesso à terra, à habitação e aos bens de consumo coletivo” (Frúgoli Junior, 2002, *online*).

Sobre a segregação socioespacial, o fenômeno está situado no plano das contradições estruturais inscritas nas sociedades capitalistas contemporâneas. À medida que as cidades se desenvolvem, movidas pela dinâmica imobiliária e apoiadas em políticas urbanas conservadoras, a dinâmica da segregação socioespacial entra em cena para permitir o controle da produção do espaço pelo mercado e pelo Estado. Esse fenômeno corresponde às dimensões por meio das quais as camadas sociais de mais alta renda resguardam para si, no plano ideológico, uma região que “começa a se identificar com ‘a cidade’ e o restante [que] passa a ser encarado como subúrbio ou periferia e considerado longe, por mais central que seja a sua localização” (Villaça, 2009, p.326).

Esse é o motivo pelo qual a desigualdade e seu sucedâneo territorial, a segregação socioespacial, não podem ser tratados, apenas, em seus efeitos aparentes e permeados pela análise empírica. Primeiramente, porque, segundo Villaça (2009, p.359), a segregação é o processo por meio do qual “a classe dominante controla o espaço urbano, sujeitando-o aos seus interesses”, e também porque o entendimento do fenômeno muitas vezes direciona análises que envolvem conceitos simplificadores, tais como “centro-periferia” e “bolsões de pobreza”, impotentes para dar conta de uma explicação satisfatória das práticas sociais e do jogo político em cena (Sposati, 2001, p.139). “[...] a relação exclusão/inclusão social e indissolúvel, uma e outra, são necessariamente interdependentes. Alguém é excluído de uma dada situação de inclusão” (Sposati, 2001, p.142). Essas dinâmicas podem ser observadas em Campinas.

DESIGUALDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

A urbanização da RMC é marcada pela diferenciação social, demográfica, econômica e ambiental. O processo define localidades que ostentam riqueza, mas a conformação territorial da região é muito mais caracterizada pela baixa qualidade de vida e pelo grande crescimento urbano e expansão periférica. No caso da RMC, a segmentação socioespacial permanece bastante visível. Aliás, no Brasil, o fenômeno é generalizado, explicando porque o país é internacionalmente reconhecido como um dos mais desiguais do mundo.

Mombuca, município integrante da Região Administrativa de Campinas, apresentou, em 2008, uma taxa de mortalidade infantil de 68,18, maior que a estimada para a Tanzânia, em 2010, de 68,13 crianças em mil nascidas vivas, 22ª maior taxa de mortalidade infantil do mundo (Central Intelligence Agency, *online*). O dado mostra uma realidade perversa para o estado mais rico da nação, e certamente há similaridades e situações muito mais graves em outros municípios brasileiros.

Na RMC, em Monte Mor, 45% das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes apresentaram, em 2000, rendimento nominal mensal de até três salários-mínimos. O município abriga uma das duas fábricas da Tetra Pak existentes no Brasil; em 2002, essa empresa despejava sete bilhões de embalagens “longa vida” por ano no mercado brasileiro (Silva Neto, 2008, p.79); paradoxalmente, abriga o condomínio Haras Larissa, que inclui, entre outros itens de consumo de luxo, infraestrutura para atividades hípias, quadras de tênis e campo de golfe.

Nessa direção, buscou-se reconhecer a expressão territorial das assimetrias sociais na RMC. A pesquisa de iniciação científica utilizou ferramentas cartográficas que, em princípio, poderiam configurar um quadro possível do fenômeno da desigualdade na região.

No caso, na RMC, é evidente que a desigualdade socioespacial vem sendo particularmente conduzida pela expansão de áreas destinadas ao uso habitacional, quer por processos de ocupação, quer relacionados a empreendimentos do mercado imobiliário, populares ou destinados aos segmentos sociais de média e alta renda. O fenômeno é recente, mas comprova um processo que é histórico e praticamente generalizado por todo o Brasil.

Observa-se, infelizmente, que o Estado desenvolve papel fundamental na manutenção dos quadros de desigualdades. Contraditoriamente, a lei é o instrumento central por meio do qual as desigualdades recrudescem. Haja vista o papel que a política urbana desempenha na estruturação do mercado fundiário das cidades (Rolnik, 2003).

As decorrências negativas dessas assimetrias poderiam ser mais bem conduzidas pelo Estado, mas não é isso o que acontece. A aplicação de subsídios financeiros — em particular os relacionados às compensações — e a implementação integrada de políticas urbanas, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Plano Diretor —, que deveriam estar compatibilizadas entre os 19 municípios da região —, são exemplos de medidas que poderiam ser colocadas em prática, mas não o são.

Reduzir as desigualdades “socioespaciais” é princípio político que ordena o Estado. Na Constituição Federal de 1988, o artigo 3º, inciso III, menciona que “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” constitui um dos objetivos fundamentais da República (Brasil, 1988, *online*). No capítulo II da Constituição Estadual de 1989, o artigo 152 disciplina que “a organização regional do Estado tem por objetivo”, entre outros, “a redução das desigualdades sociais e regionais” (inciso V). Além disso, o artigo 155 aponta um dos mecanismos por meio dos quais a constituição estadual prevê alcançar aquele objetivo: tanto o Estado quanto os municípios devem compatibilizar planos e programas, incluindo-se, no processo, os planos diretores municipais, e estes, com os planos e programas estaduais (São Paulo, 1989, *online*).

Há, entretanto, descontinuidades territoriais absurdas inscritas nos planos, especialmente quanto ao uso e à ocupação do solo. Entre os vários exemplos, mencione-se apenas que a intercalação dos mapas de zoneamento mostra que a área rural de Campinas é caminho de passagem para a área de urbanização em eixo no município de Indaiatuba. A presença de uma via pavimentada que as interliga certamente servirá de indutor de expansão urbana em Indaiatuba e de reversão do uso agrícola para empreendimentos imobiliários de Campinas (Mamede & Silva Neto, 2010).

Diante da abrangência dos princípios normativos vigentes, como explicar a generalização de um fenômeno que: 1) se pode estudar minuciosamente e especialmente localizá-lo; 2) tem mecanismos políticos e expectativas de planejamento urbano e regional especialmente concebidos para “mitigá-los”; e, 3) é princípio fundamental da constituição do Estado brasileiro.

O mais surpreendente ainda é conviver com as disparidades interpessoais e inter-regionais há tanto tempo e ainda encará-las como fato normal, naturalizado, uma fatalidade. Mesmo que seja constatada toda sorte de bloqueios historicamente produzidos para impedir o rompimento das estruturas que mantêm os quadros da desigualdade, ainda assim tais disparidades continuam inaceitáveis, em particular, no âmbito da reflexão acadêmica.

RETRATANDO DISPARIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Para a compreensão dos resultados obtidos, é necessário o esclarecimento de alguns aspectos metodológicos.

A pesquisa simulou a representação das disparidades socioespaciais por intermédio de indicadores demográficos e sob a forma de índices compostos aplicados aos setores censitários urbanos da RMC. O Censo Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constituiu fonte primária para observação do fenômeno, viabilizando a elaboração de duas classes de aproximações para analisar a segregação socioespacial em Campinas. O “índice de desigualdade socioespacial” retrata disparidades relacionadas às condições econômicas da população, que, em princípio, espacializando-se, produz segregações.

Na primeira classe de indicadores, a proposta envolveu a formulação de um índice composto por subíndices, ou índices secundários, para as seguintes dimensões: infraestrutura domiciliar, potencial de déficit habitacional, potencial de empregabilidade e trabalho e rendimento familiar.

Na segunda aproximação, também se valendo do recurso da formulação de índices compostos, a consistência dos resultados alcançados na primeira aproximação foi testada com variáveis relacionadas à renda e ao consumo, economia doméstica, comunicação e escolaridade.

Observe-se que os cálculos foram elaborados a partir da fórmula geral de índices.

$$\text{Índice da variável "X" no setor "Y"} = \frac{\text{valor da variável "X" no setor "Y"} - \text{valor máximo da variável "X" no universo considerado}}{\text{valor mínimo da variável "X" no universo considerado} - \text{valor máximo da variável "X" no universo considerado}}$$

Para elucidar a descrição do método utilizado, a composição dos subíndices considerou, na primeira aproximação, as seguintes correlações:

1) Dimensão infraestrutura domiciliar: maior participação dos domicílios particulares permanentes com quatro banheiros ou mais no total dos domicílios e menor participação dos domicílios particulares permanentes no total dos domicílios.

2) Dimensão potencial de déficit habitacional: menor participação dos domicílios particulares improvisados no total dos domicílios e menor participação dos domicílios em cômodos do total dos domicílios.

3) Potencial de empregabilidade e trabalho: maior participação de pessoas residentes alfabetizadas com 25 a 29 anos de idade no total das pessoas residentes e maior participação de pessoas residentes alfabetizadas com 50 a 54 anos de idade no total das pessoas residentes.

4) Dimensão rendimento familiar: maior participação de pessoas responsáveis pelos domicílios com rendimento nominal mensal de mais de 20 salários-mínimos e menor participação de pessoas responsáveis pelos domicílios sem rendimento no total de pessoas responsáveis pelos domicílios.

Por consequência, nessa aproximação, o índice de desigualdade socioespacial resultou da média aritmética do somatório dos índices obtidos para cada setor censitário, variando de zero a um. Quanto mais próximo de um, melhor a situação socioeconômica da população residente; quanto mais próximo de zero, pior a situação.

A partir de resultados extraídos de pesquisa realizada por Silva Neto (2010), a segunda aproximação buscou verificar aspectos mais detalhados do perfil demográfico da RMC.

1) Dimensão de renda e consumo: índice composto de variáveis relacionadas a facilidades que interferem no modo de vida da população, tais como existência e número de automóveis para uso particular e existência e número de aparelhos e ar condicionado.

2) Dimensão de economia doméstica: índice composto de variáveis relacionadas a facilidades que interferem nos hábitos de higiene e na alimentação. As variáveis utilizadas foram: existência de geladeira ou freezer e existência de máquina de lavar roupa.

3) Dimensão comunicação: índice composto por variáveis relacionadas à potencialidade informacional da população, tais como existência de linha telefônica e de microcomputador.

4) Dimensão escolaridade: complementa-se com a dimensão de potencial de empregabilidade e trabalho que foi obtida com a utilização dos Resultados do Universo do Censo Demográfico, segundo setor censitário. Nesse caso, foram selecionados: a) índice da maior porcentagem de pessoas que sabem ler e escrever no total das pessoas recenseadas nos domicílios particulares permanentes; e, b) índice da maior porcentagem de pessoas com oito anos e mais de estudo no total das pessoas recenseadas.

Observe-se, também, que as unidades territoriais utilizadas na primeira aproximação correspondem aos setores censitários publicados nos Resultados do Universo do Censo Demográfico 2000. Na segunda, correspondem às áreas de ponderação empregadas nos Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2000. Os setores censitários são a menor unidade de coleta de dados utilizada pelo IBGE, que, em agregações sucessivas, permite o recenseamento geral do país, segundo os distritos, municípios, estados e união. Permitindo analisar, por amostragem, detalhes do perfil demográfico da população, as áreas de ponderação agregam mais de um setor censitário.

Segundo os índices de segregação socioespacial obtidos, a análise envolveu, nas duas aproximações, a identificação de dez situações territoriais: as cinco unidades territoriais que apresentaram os menores valores e as cinco que apresentaram os maiores valores.

A Figura 1 apresenta a primeira aproximação com o fenômeno da desigualdade socioespacial da RMC, que traz um aspecto nítido: o processo, histórica e socialmente produzido, ainda está marcado pelos resquícios da formação urbana de Campinas, quando os trilhos das ferrovias definiam o que e quem ficava do lado de cá e de lá da estrada de ferro. Nota-se, especialmente nas cercanias do centro de Campinas, a marca histórica da segregação que ainda hoje se faz presente: a nordeste, áreas definidas por setores censitários representativos das situações mais privilegiadas; a sudeste e, particularmente, a sudoeste, os tons mais claros da gama cromática apontam o retrato díspar da RMC, que se evidencia ainda mais no limite da RMC a oeste, em direção ao município de Morungaba.

Mais detalhadamente, e com exatidão, a Figura 2 aponta os setores mais e menos beneficiados da RMC. Não é por acaso que o município de Campinas contempla os dois lados da moeda: os cinco setores censitários mais “pobres” e os cinco mais “ricos” estão no mesmo lugar. Esse fenômeno, caracterizado pela convivência lado a lado dos opostos socioespaciais, é tema central de um clássico da geografia: “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, de Milton Santos, publicado em 1979 (Figura 3).

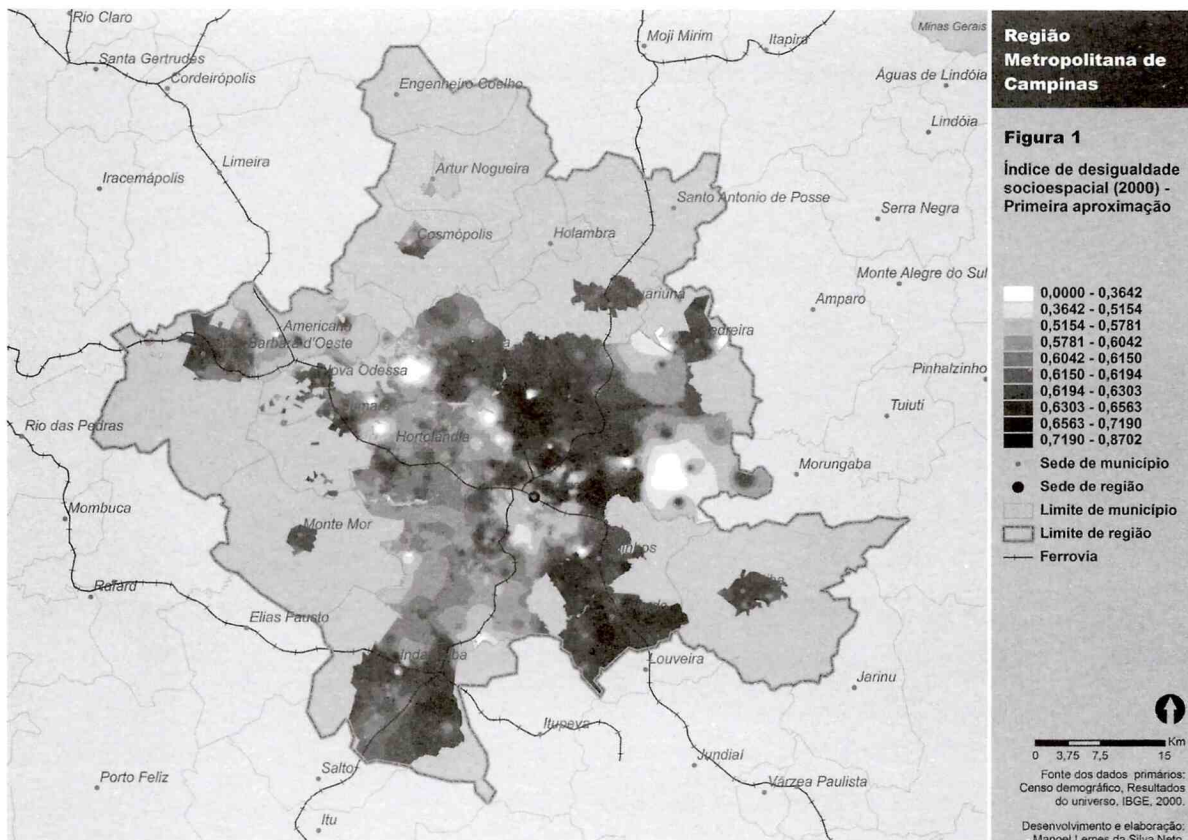


FIGURA 1 – Índice de desigualdade socioespacial (2000) – primeira aproximação.
Fonte: Elaborado a partir dos dados primários censo demográfico IBGE 2000.

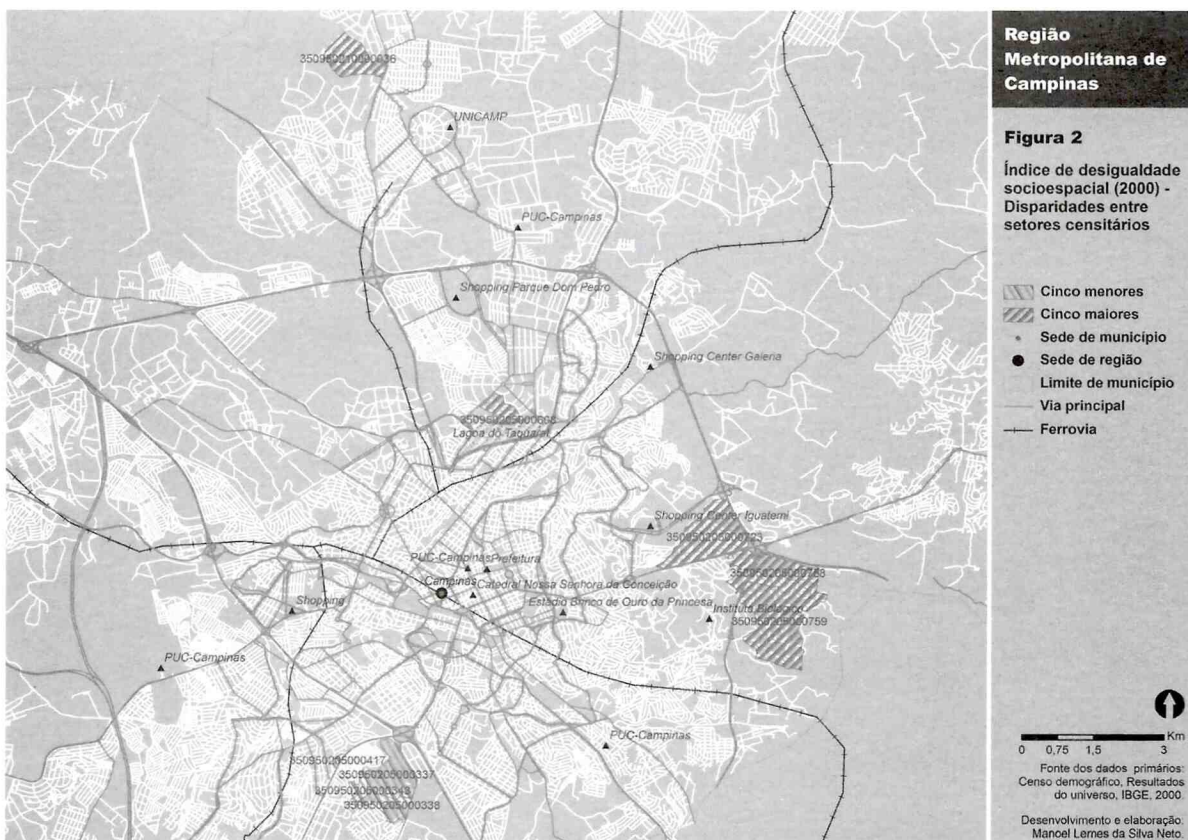


FIGURA 2 – Índice de desigualdade socioespacial (2000) – disparidade entre setores censitários.
Fonte: Elaborado a partir dos dados primários censo demográfico IBGE 2000.

Corroborando a configuração das desigualdades socioespaciais obtida na primeira aproximação, a Figura 4, ao apresentar a segunda aproximação, mostra distribuição territorial muito semelhante, com a diferença de que, agora, surgem outras territorialidades marcadas pelo baixo desempenho dos índices. Nas cinco áreas de ponderação identificadas nos patamares inferiores, surgem também os municípios de Sumaré e de Hortolândia (Figura 5).

No entanto, o município de Campinas continua representando o melhor retrato das desigualdades, já que, mais uma vez, configura, e como em nenhum outro lugar da RMC, o “circuito superior” e o “circuito inferior” da economia urbana dos países subdesenvolvidos (Santos, 2004).

A sobreposição dos resultados das duas aproximações está representada na Figura 6: resultados segundo setores censitários — identificados na legenda pela sigla SC —, interseccionados com os resultados segundo áreas de ponderação — identificados pela sigla AP. As intersecções assinalam as ocorrências de desigualdades mais intensas da RMC e que as áreas que apresentaram os menores e maiores índices localizam-se na mesma cidade: Campinas. O município com maior desenvolvimento econômico, sede da RMC, é o lugar onde estão os quadros mais díspares da região.

Outra evidência indicada é a segregação socioespacial.

As áreas com predomínio de classes sociais de mais alta renda orientam-se a norte e a leste: a norte, em direção à Lagoa do Taquaral, maior e mais importante área de lazer e recreação de Campinas, cartão de visitas da cidade, e rumando para o distrito de Barão Geraldo, onde se localiza a Universidade Estadual de Campinas; a leste, rumo aos distritos de Souza e Joaquim Egídio, permeados por áreas de proteção ambiental e condomínios residenciais de alta renda.

Por sua vez, as áreas ocupadas pelos segmentos sociais mais populares direcionam-se a sudoeste, rumo ao bairro do Campo Grande, nas imediações do Aeroporto Internacional de Viracopos, beirando rodovias importantes, tais como a Anhanguera e a Santos Dumont. O detalhe é que essas vias, por cruzarem áreas urbanizadas, são um misto de estrada e via urbana, com tráfegos que correm em velocidades absolutamente incompatíveis. Áreas centrais deterioradas, como a Vila Industrial, também concentram população de baixa renda.

Grosso modo, o fenômeno da segregação socioespacial assume padrões semelhantes nas cidades brasileiras. “Além de imprimir a uma determinada região geral da cidade um padrão ambiental e estético inexistente no restante do espaço urbano, através da aparência das ruas e edifícios, da arborização, da presença maior de praças etc., as burguesias implantam nessa região a melhor infraestrutura da cidade, especialmente a viária” (Villaça, 2009, p.326).

Para testar a validade dos resultados alcançados pela pesquisa, confrontando-os com as características mencionadas na citação anterior, a Figura 7 indica a localização de quatro situações, que foram selecionadas para demonstrar, aqui, o retrato das desigualdades socioespaciais da RMC.

De um lado, aos bairros representativos dos segmentos sociais de alta renda correspondem o Parque Ecológico (Figura 8) e o Jardim das Palmeiras (Figura 9). Do outro, aos segmentos sociais de baixa renda, Jardim dos Lagos II (Figura 10) e Vila Industrial (Figura 11).



FIGURA 3 – Fotografia da capa da primeira edição do livro “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”.
Fonte: Santos (1979).

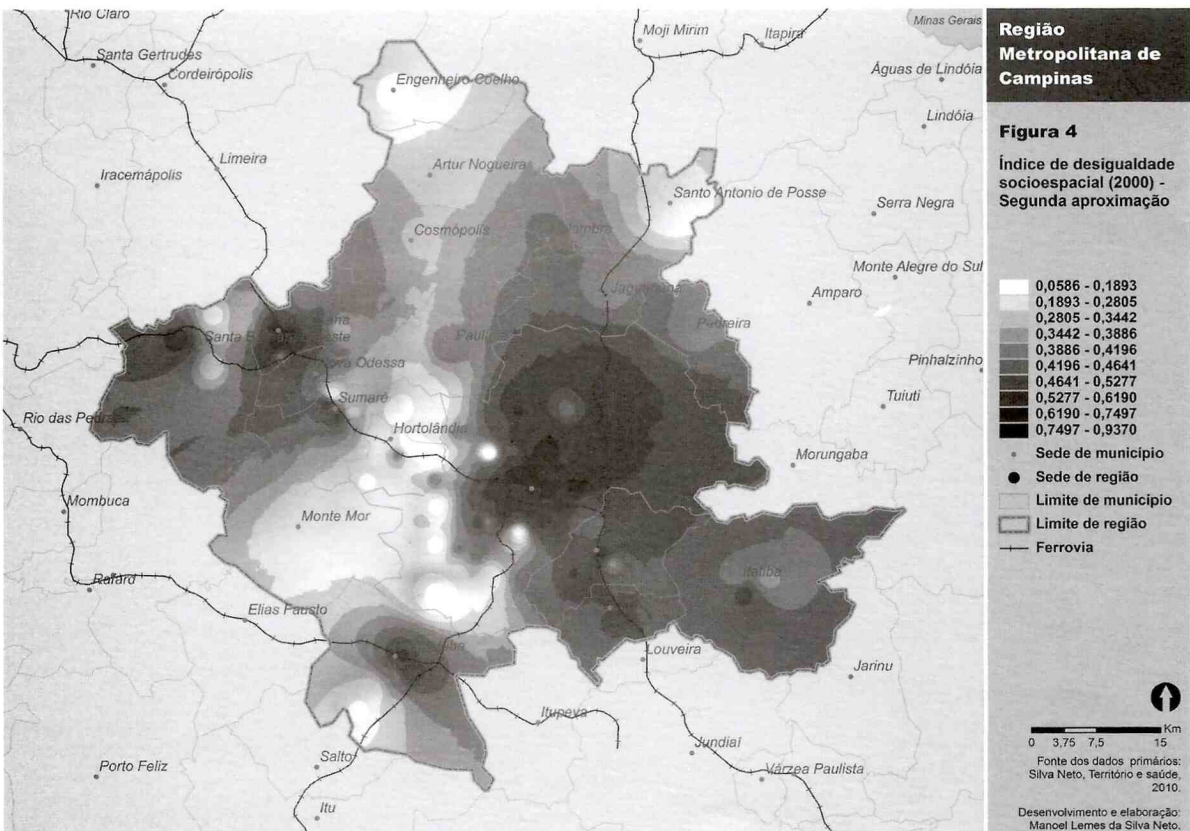


FIGURA 4 – Índice de desigualdade socioespacial (2000) – segunda aproximação.
Fonte: Elaborado a partir de Silva Neto (2010).



FIGURA 5 – Índice de desigualdade socioespacial (2000) – disparidade entre áreas de ponderação. Fonte: Elaborado a partir de Silva Neto (2010).

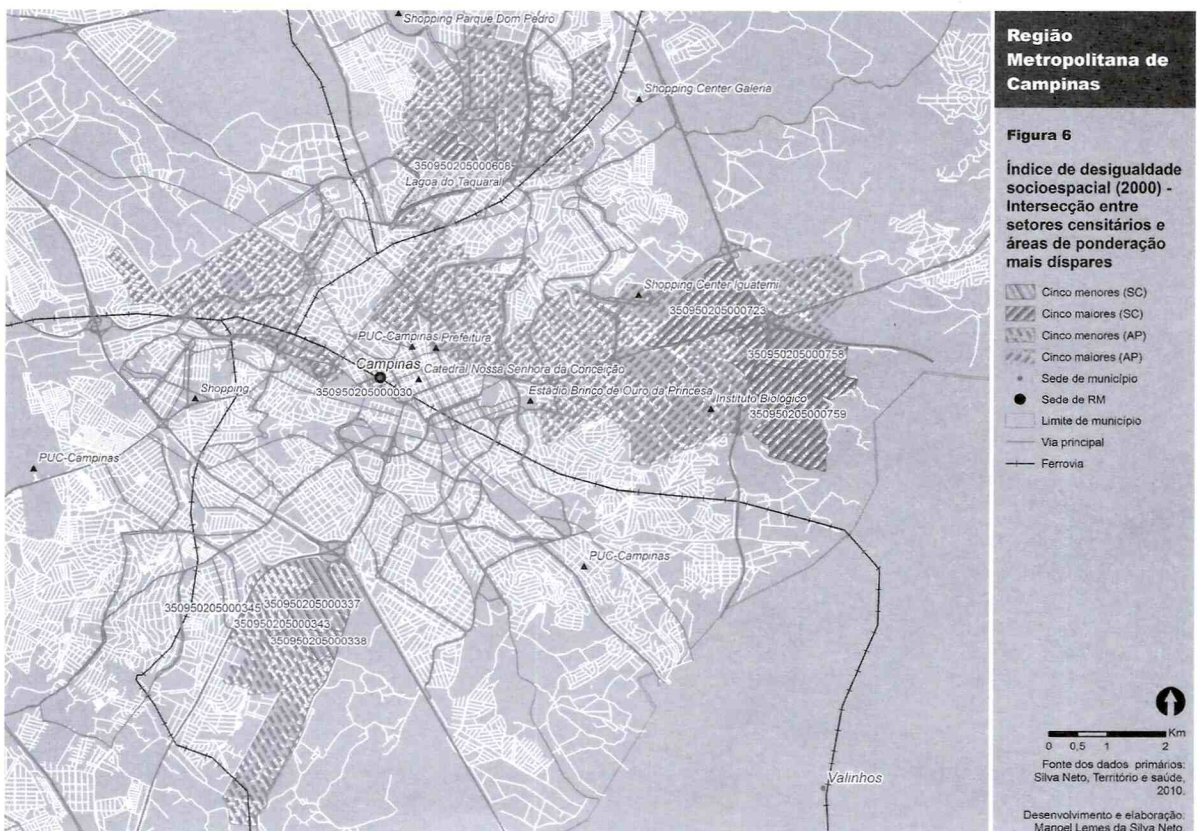


FIGURA 6 – Índice de desigualdade socioespacial (2000) – interseção entre setores censitários áreas de ponderação mais díspares. Fonte: Elaborado a partir de Silva Neto (2010).



FIGURA 7 – Índice de desigualdade socioespacial (2000) – setores censitários selecionados para ilustração de situações dispare. **Fonte:** Elaborado a partir de Silva Neto (2010).



FIGURA 8 – Fachada de residência no Parque Ecológico, correspondente ao setor censitário 350950205000723. **Fonte:** Elaborado pelo autor.



FIGURA 9 – Fachada de residência no Jardim das Palmeiras, correspondente ao setor censitário 350950205000758.

Fonte: Arquivo pessoal.



FIGURA 10 – Vista do Jardim dos Lagos II, correspondente ao setor censitário 3509502000338.

Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 11 – Fachadas de residências na Vila Industrial, correspondente ao setor censitário 350950205000030.

Fonte: Arquivo pessoal.

CONCLUSÃO

Mesmo aceitando a hipótese de que as desigualdades, e que o seu rebatimento territorial, a segregação socioespacial, encerrem processos indissociavelmente atrelados à base econômica e às superestruturas do Estado, dos agentes hegemônicos e das instituições, e que tais processos, histórica e socialmente construídos, formalizam e sustentam o *statu quo*, ainda assim há que se imaginar a possibilidade de mudanças libertárias. É certo que a cartografia não tem o condão de alterar organizações espaciais seculares que sustentam, desde a colonização, assimetrias sociais gigantescas. Mas é possível, sim, que a geoinformação contribua: saber ler um mapa pode apresentar caminhos novos, abrir perspectivas, ajudar a escancarar situações inadmissíveis, e para as quais vale a pena “fazer a guerra”.

Os trajetos estão no plano da ação política, na concepção de táticas e no desenho de estratégias territoriais. Ler as desigualdades e ensinar a ler desigualdades podem mediar ações populares visando, por exemplo, à melhor destinação orçamentária, mais justa e compreensiva à distribuição dos recursos públicos aos espaços da urgência social. Essa providência não pode ser mais e mais adiada.

A banalização do reconhecimento do território é outro passo vital. A ideia provém da cartografia da ação, desenvolvida pelo Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território (LASTRO) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Essa cartografia visa à ampliação da participação popular e à criação de solidariedades e trocas vivenciais.

Nessa orientação, como instrumento de conhecimento do lugar, o objetivo primordial é ajudar a comunidade local a aumentar seu poder de negociação; é desenvolver uma espécie de “manual do proprietário”, ou “bula” de como usar o território.

Diretamente, não há como intervir na condução das políticas públicas de caráter territorial com mapas. O que há é a possibilidade empírica de observação dos lugares, em que a cartografia cumpre papel de linguagem de mediação.

Se se depositam tão grandes expectativas nas possibilidades de uso da geoinformação na instrução dos segmentos sociais desprovidos de poder de barganha, é porque não há a menor necessidade de apresentar as virtudes inerentes à linguagem cartográfica aos formuladores de políticas públicas. O Estado é grande conhecedor da problemática territorial.

No caso das desigualdades socioespaciais, o mapeamento pode ajudar na priorização das áreas que mais demandam a presença reguladora e provedora do Estado. Entretanto, isso não será nunca suficiente se não houver predisposição em promover justiça social nas cidades e nas regiões. As soluções, todos sabem, estão no campo da ação política. Tanto do Estado, quanto dos atores sociais. A distribuição desigual dos recursos públicos acentua os problemas, e tudo indica que, se não forem mais bem equacionados, produzirão espaços urbanos ingovernáveis do ponto de vista social, do político, do ambiental etc. A relação de desdobramentos é enorme, podendo atingir, também, com o aumento da violência urbana, a segurança pública, que, paradoxalmente, não se combate com a criminalização, mas, sim, com melhor distribuição dos investimentos, políticas equânimes, fiscalização e cumprimento das leis, entre outras medidas largamente conhecidas.

O fato de que todos podem conhecer o território e, com isso, garantir a gestão urbana digna a todos está comprovado. A configuração territorial, representada pela sociedade e por sua produção material e imaterial, está, dia a dia, mais revelada, graças aos avanços técnicos, à profusão de informações disponíveis e à potencialidade de se garantir uma melhor compreensão dos fenômenos socioespaciais.

Não há justificativa para o Estado não empreender políticas territorialmente justas. O espaço é conhecido, os fenômenos estudados, faltando, apenas, a decisão política de melhor fazer valer o interesse comum, que não é o interesse de alguns: é o interesse de todos.

No campo do planejamento urbano e regional e na planificação arquitetônico-urbanística, o conhecimento empírico do território pode e deve alavancar a difusão ampla das dinâmicas e das práticas sociais que produzem a cidade. Ainda que as imperfeições relacionadas às técnicas de representação cartográfica da realidade social sejam enormes, e mesmo intransponíveis, não restam dúvidas de que auxiliam a revelar estratégias que podem subsidiar o processo de tomada de decisões nas políticas públicas de caráter territorial. Isto é o que se quer.

REFERÊNCIAS

- BÂRCELLOS, C. *et al.* Georreferenciamento de dados de saúde na escala submunicipal: algumas experiências no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v.17, n.1, p.59-70, 2008. Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br>>. Acesso em: 28 nov. 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). Emendas constitucionais de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política social de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 9 jan. 1991. p.455.
- BRASIL. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37. *Diário Oficial da União*, 18 nov. 2011. Seção 1, p.1.
- CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A.M.V. *Introdução à ciência da geoinformação*. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em: <<http://urlib.net/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43>>. Acesso em: 1 set. 2011.
- CARVALHO, G.A.; LEITE, D.V. Geoprocessamento na gestão urbana municipal: a experiência dos municípios mineiros Sabará e Nova Lima. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14., 2009, Natal. *Anais...* Natal: INPE, 2009. p.3643-3650.
- CENTRAL Intelligence Agency. Country comparison: infant mortality rate. *The World Factbook*. Available from: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2091rank.html>>. Cited: 5 Jul. 2010.
- FRÚGOLI JUNIOR, H. São Paulo, um espaço do cidadão privado. *Vitruvius*, 001.10, ano 1, 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 18 jul. 2010.
- JAGUARIBE, H. No limiar do século 21. *Folha de São Paulo*, 1 ago. 2008. Primeiro caderno — Tendências/Debates.
- JANNUZZI, P.M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3.ed. Campinas: Alínea, 2006.
- LACOSTE, Y. *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*. [s.l.]: [s.n.], [1976?].
- LACOSTE, Y. *A geografia: isso serve*, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.
- MAMEDE, M.M.; SILVA NETO, M.L. Análise do impacto da criação da região metropolitana de Campinas no planejamento urbano e uso do solo dos municípios integrantes da região. In: SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 15., 2010, Campinas. *Resumos...* Campinas: PUC-Campinas, 2010.
- NUNES, B.F. Apresentação. In: NUNES, B.F. (Org.). *Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano*. Brasília: Liber Livro, 2006. p.7-10.
- PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Brasil). Jovens fazem mapa social de região pobre. *Reportagens*, 17 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 28 nov. 2011.
- RIBEIRO, A.C.T. Presenças recusadas: territórios populares em metrópoles brasileiras. In: NUNES, B.F. (Org.). *Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano*. Brasília: Liber Livro, 2006. p.11-33.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2003.
- ROUSSEAU, J.J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Ediouro, 1994.
- SALES, T. Trama das desigualdades, drama da pobreza no Brasil. 1992. Tese (Livre-Docência) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 1979.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SÃO PAULO (Estado). Constituição Estadual de 1989, de 5 de outubro de 1989. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/70452>>.

SILVA NETO, M.L. Recapitulando uma lição difícil: a pobreza tem remédio? In: SILVA, M.A.; TOLEDO, R. (Org.). *Encontro com o pensamento de Milton Santos: interdisciplinaridade de sua obra*. Salvador: UFBA, 2006. p.97-110.

SILVA NETO, M.L. *Campinas em dois tempos: fato metropolitano e desigualdades da metropolização globalitária*

em São Paulo. In: SOUZA, M.A.A. (Org.). *A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas*. Campinas: Instituto Territorial, 2008. p.55-81.

SILVA NETO, M.L. *Território e saúde: organização socioespacial na região metropolitana de Campinas*. Instituto de Pesquisa, Informação e Planejamento (convênio FAPESP/CNPq/SUS). Campinas, fev. 2010. Mimeo. (Relatório de Pesquisa).

SPOSATI, A. *Cidade em pedaços*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

VESENTINI, J.W. Introdução. In: LACOSTE, Y. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988. p.2-5. Disponível em: <<http://www.sabotagem.cjb.net>>. Acesso em: 27 out. 2010.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

RESUMO

A temática do presente artigo situa-se no campo das desigualdades socioespaciais, que objetivou muitas pesquisas na área do planejamento urbano e regional no passado recente e continua tendo importância crucial. Utilizando recursos de georreferenciamento, apresenta os resultados obtidos em pesquisa que, a partir da simulação de indicadores demográficos sob a forma de índices compostos, identificou setores urbanos da Região Metropolitana de Campinas caracterizados por contextos socioespaciais díspares. Por isso, a hipótese de trabalho da pesquisa: o mapeamento é recurso analítico imprescindível para a implementação de políticas públicas de caráter territorial; é fundamental para localização, dimensionamento e definição dos programas de equipamentos, serviços e infraestruturas urbano-regionais-metropolitanas.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade socioespacial. Geoinformação. Gestão territorial. Planejamento urbano e regional. Segregação.

MAPPING CAN MAKE THE DIFFERENCE: GEOINFORMATION AND TERRITORIAL-BASED PUBLIC POLICIES IN THE METROPOLITAN REGION OF CAMPINAS

ABSTRACT

This article addresses socio-spatial inequalities, a topic that has already produced several studies into urban and regional planning in the recent past, and remains of fundamental importance. Using georeferencing resources and with the simulation of demographic indicators forming composite indices, it shows the results obtained from a survey developed to identify urban sectors of the Metropolitan Region of Campinas that display socio-spatial inequalities. Thus the hypothesis was deduced that socio-spatial mapping is an indispensable analytic resource for implementing territorial-based public policies. It is fundamental for determining the location, size and definition of public programs to provide equipment, services and infrastructure facilities in metropolitan, regional and urban contexts.

KEYWORDS: *Socio-spatial inequality. Geoinformation. Land management. Urban and regional planning. Segregation. Segregation.*

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

defendidas no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo do CEATEC PUC-Campinas

Título da Dissertação: *A imposição do consenso: limites e possibilidades na experiência participativa do conselho de meio ambiente em Jundiaí*

Nome do aluno: **Samuel Cusin Pupo**

Orientadora: **Laura Machado de Mello Bueno**

Banca Examinadora: **Luciana Ferreira Tatagiba (Unicamp), Wilson Ribeiro dos Santos Junior (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **23/2/2010**

RESUMO

A presente pesquisa, tendo em vista os conflitos ambientais decorrentes do desenvolvimento capitalista no espaço urbano, tem por finalidade analisar as inovações institucionais de participação da sociedade civil e problematizar analiticamente a representação política exercida pelos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, sob a ótica da representação política tradicional. Para tanto, realiza um estudo de caso sobre a política pública de manejo de águas pluviais, do programa Saneamento Para Todos do Governo Federal, no município de Jundiaí, estado de São Paulo e os conflitos existentes entre o poder público municipal, o mercado imobiliário e a estrutura dos Conselhos Municipais na área da gestão urbana e ambiental. Também analisa criticamente os novos dilemas surgidos após vinte anos de institucionalização do modelo de Conselhos Gestores de Políticas Públicas, e sob um aspecto mais geral, o próprio processo de reforma democrática e aprimoramento da gestão urbana. O método utilizado é o estudo de caso com a realização de observação participante, levantamento bibliográfico, pesquisa documental e entrevistas

semi-estruturadas com representantes do COMDEMA, Conselho de Gestão da Serra do Japi, Comissão do Plano Diretor Municipal e Movimento em Defesa dos Rios e Córregos de Jundiá e Região.

Título da Dissertação: ***Os espaços ferroviários de Campinas: (re) leituras contemporâneas***

Nome do aluno: **Pablo Diego e Souza dos Reis Costa**

Orientador: **Denio Munia Benfatti**

Banca Examinadora: **Maria Conceição Silvério Pires (Unicamp), Jonathas Magalhães Pereira da Silva (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **24/2/2010**

RESUMO

Os espaços ferroviários de Campinas possuem relações complexas com a cidade, colocando o assunto em prioridade ao se discutir o planejamento urbano. Se em um primeiro momento a ferrovia trouxe o progresso, os leitos e estruturas ferroviárias se tornaram espaços incompreendidos dentro da sociedade após o abandono e a decadência do sistema, permitindo ações de agentes que comprometem sua linearidade e sua coesão, assim como comprometendo o sucesso das propostas do poder público para uma futura requalificação urbana. Esta pesquisa tem o objetivo de apresentar os problemas e as possibilidades desses remanescentes e resíduos ferroviários dentro da cidade contemporânea.

Título da Dissertação: ***O higienismo e a construção dos matadouros e mercados públicos***

Nome do aluno: **Douglas Murilha**

Orientadora: **Ivone Salgado**

Banca Examinadora: **Ana Maria Reis de Góes Monteiro (Unicamp), Luiz Augusto Maia Costa (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **15/2/2011**

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo o estudo das teorias e as concepções higienistas presentes junto ao corpo de médicos e engenheiros, a partir do início do século XIX até meados do século XX, verificando a repercussão das mesmas na construção de edifícios públicos — mercados e matadouros. Pretende-se também investigar uma perspectiva de análise que foca as concepções tipológicas-constructivas dos matadouros e mercados públicos destas cidades, sendo estes os objetos de investigação da pesquisa, tanto na Europa como no Brasil. A partir da segunda metade do século XIX, a construção de matadouros e mercados passaram a ser administrados pelas municipalidades da Província Paulista. Estes edifícios estavam ligados à produção alimentícia e a circulação das mercadorias. Geralmente, os mesmos foram construídos em locais afastados do centro urbano na época, para assim, atenderem aos princípios higienistas. Os surtos epidêmicos que acometiam as

idades européias também se manifestaram no Brasil com a chegada da cólera através de navios vindos da Europa na década de 1850 e fez com que o Governo Imperial passasse a obrigar as câmaras municipais a adotarem em suas posturas determinações sanitárias, previstas na legislação imperial de 1828, sendo estas fundamentadas na teoria higienista que em grande parte atribuía ao “veneno” presente no ambiente a causa das diversas epidemias. A partir de então, as políticas higienistas que em grande parte possuíam na teoria miasmática suas bases, passaram a explicar o controle das administrações públicas na comercialização dos gêneros alimentícios nas cidades. As Câmaras Municipais passam a ser as responsáveis pela construção e administração dos matadouros e mercados, da qual, a partir daí, os mesmos passaram a ser públicos, não mais particulares. Muitos destes edifícios construídos em cidades do interior paulista já foram demolidos, como o Matadouro Municipal de Campinas, projetado pelo renomado arquiteto-engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo. O Matadouro da Vila Mariana em São Paulo com projeto de Alberto Kuhlmann, inaugurado em 1887, foi preservado e é hoje um centro cultural. Ainda, em São Paulo foi preservado o Mercado Municipal de Santo Amaro, inaugurado em 1897, construído em alvenaria de tijolos, onde este abastecia a capital de madeiras, cereais e outras mercadorias produzidas na região ou recebidas de cidades próximas, como Itapeverica e Embu. Na verdade, parte deste patrimônio hoje tombado pelo CONDEPHAAT de São Paulo está vinculada à produção do escritório do arquiteto-engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo. É o caso do Mercado Municipal Paulistano, inaugurado em 1933, construído no estilo neoclássico. Outro exemplo é o Mercado Municipal de Campinas, inaugurado em 1908, também projetado por Ramos de Azevedo, sendo este em estilo neomourisco. O presente trabalho apresenta um conjunto de estudos de caso de matadouros e mercados públicos ainda presentes em algumas cidades do interior paulista, sendo estes de significativo valor histórico e ainda desprotegidos pelos órgãos municipais.

Título da Dissertação: ***Urbanização descontinua: fronteiras e novas centralidades. Estudo de caso do município de Paulínia /SP***

Nome do aluno: **Letícia Jorge Wassal**

Orientadora: **Maria Cristina da Silva Schicchi**

Banca Examinadora: **Leandro Silva Medrano (Unicamp), Jonathas Magalhães Pereira da Silva (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **16/2/2011**

RESUMO

A pesquisa buscou compreender o surgimento do novo pólo centralizador de serviços do município de Paulínia e as mudanças ocorridas no tecido urbano da cidade, relacionando o processo ao fenômeno da urbanização dispersa, freqüentemente observado nas regiões metropolitanas brasileiras, inclusive na Região Metropolitana de Campinas. Para

tal, foram realizados estudos dos aspectos urbanísticos, arquitetônicos, de uso e apropriação desta nova centralidade, a partir de levantamentos de dados históricos, censitários e de gestão, que possibilitaram refletir sobre a influência desta nova área, desdobrada e descontínua ao centro principal, na dinâmica urbana do município, avaliando os efeitos advindos deste processo. Com o auxílio de estudo de caso anterior sobre o distrito de Barão Geraldo, realizado em pesquisa de iniciação científica financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), foi possível delinear a presença de fatores comuns na gênese destes espaços, já que inseridos no mesmo contexto sócio-econômico, e, ao mesmo tempo, a geração de conformações distintas, dado que se desenvolveram a partir de diferentes fatores ou vocações anteriores presentes. Como resultado da análise dos fluxos e demandas entre o município de Paulínia e o distrito de Barão Geraldo e das especificidades de gestão político-administrativas destas áreas limítrofes, pretendeu-se contribuir para a compreensão das conseqüências deste processo na região, entre outros aspectos, na formação e reprodução de uma paisagem fragmentada e sem identidade.

Título da Dissertação: ***A ideia de vida em comunidade: a apropriação contemporânea do conceito de vila: estudo de caso no município de Campinas***

Nome do aluno: **José Luiz Rogé Ferreira Grieco**

Orientadora: **Ivone Salgado**

Banca Examinadora: **Telma de Barros Correia (USP), Jane Victal Ferreira (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **16/2/2011**

RESUMO

Este trabalho propõe o estudo de uma nova tipologia habitacional que nos últimos anos vem sendo recorrente nos grandes centros urbanos tanto no tecido disperso como no já consolidado. A tipologia de vila, que além de apresentar um adensamento maior do que o permitido legalmente na área na qual se inserem estes enclaves é embasado por um conjunto de significados que compreendem esferas comportamentais e mercadológicas. Deste modo o trabalho volta-se para este fenômeno contemporâneo partindo do entendimento historiográfico sobre os primórdios da concepção do ideal de vida em comunidade, com os utópicos socialistas, românticos, as experiências de comunidades na Europa, América do Norte, procurando compreender como este pensamento foi se estabelecendo no tempo e no espaço, incluindo assim alguns casos ocorridos no Brasil como também a implantação das primeiras vilas operárias no começo do século XX na cidade de Campinas, cenário dos estudos de caso selecionados. Dando continuidade a contextualização do objeto de estudo, num segundo momento, propor-se o entendimento do processo de urbanização e configuração do tecido urbano contemporâneo dos centros urbanos brasileiros considerando questões como: as origens das habitações operárias no

Brasil, a relação entre o Brasil urbano e o Brasil rural, o papel do Brasil na dinâmica econômica internacional e seus respectivos reflexos na conformação espacial de nossas cidades, o estabelecimento de uma espacialidade onde já não se sabe o que é urbano e o que é rural. Também se torna importante a compreensão da dinâmica social nos grandes centros urbanos considerando questões de segurança ou a sensação de falta dela, de liberdade, mobilidade e formas de consumo, ou seja, procurar entender as raízes do comportamento da sociedade contemporânea. Se apropriando destas referências como também de questões do mercado de incorporação e construtivo, da legislação pertinente ao tema, da sistemática do marketing que envolve a vendas dos empreendimentos foi estabelecido o estudo de alguns condomínios do tipo VILA implantados em uma determinada área da cidade de Campinas: o eixo da Rodovia Dom Pedro I compreendido entre o trevo do anel viário Prefeito Magalhães Teixeira até acesso à Rodovia Anhanguera.

Título da Dissertação: ***Gestão urbana: entraves, desafios, e avanços na implementação dos planos diretores: estudo de caso barra do Pirai/RJ***

Nome do aluno: **Maria Ilma Silva Dias**

Orientador: **Jonathas Magalhães Pereira da Silva**

Banca Examinadora: **Fábio Mariz Gonçalves (USP), Laura Machado de Mello Bueno (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **17/2/2011**

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar os Planos Diretores elaborados e implementados na cidade de Barra do Pirai/RJ, com ênfase nos períodos pós-constituente e pós-Estatuto da Cidade, com a finalidade de verificar se estes são realmente utilizados pela administração pública como instrumento gestão e planejamento. O método utilizado é o estudo de caso, elaborado através de pesquisa bibliográfica, análise de documentos e pesquisa de campo através de entrevistas. O estudo parte da Constituição de 1988, com o reconhecimento dos municípios como entes federados e a obrigatoriedade da execução do ordenamento territorial local, através de seus Planos Diretores. Faz uma análise histórica e teórica da importância do papel dos Planos Diretores como instrumento de planejamento e gestão urbanos no Brasil e a reforço dado, as administrações na implementação de políticas públicas através dos instrumentos disponibilizados pelo Estatuto da Cidade. Destaca a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano realizado pela Governadoria do Estado do Rio de Janeiro, em 1979, quando incluiu Barra do Pirai no programa de apoio à Cidades Médias, entregando ao município o primeiro estudo urbano da cidade. Segue fazendo análise comparativa dos planos diretores, elaborados e implementados no município, em 1996, por força da Constituição de 1988 e sua revisão em 2006, dentro dos ditames da Lei do Estatuto da Cidade, com a finalidade de verificar quais foram os entraves e desafios enfrentados em cada período e se houve avanços, significativos, na ges-

tão e no desenvolvimento urbano, no recorte histórico apresentado. Conclui a pesquisa demonstrando que apesar das dificuldades na implementação dos Planos Diretores, estes são necessários para o norteamento das ações dos gestores e para aplicação dos instrumentos que possibilitem o município alcançar o objetivo de promover a função social da cidade e da propriedade urbana.

Título da Dissertação: ***Desafios para o planejamento no espaço periurbano de Valinhos e Campinas: bairros Reforma Agrária***

Nome do aluno: **Mary Mercia Garbelini Salles**

Orientadora: **Laura Machado de Mello Bueno**

Banca Examinadora: **José Guilherme de Almeida (Inst. Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo), Maria Amélia D. F. d'Azevedo Leite (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **18/2/2011**

RESUMO

Na pesquisa analisaram-se as interferências ocorridas no entorno das áreas limítrofes entre os municípios da Região Metropolitana de Campinas — RMC, no estado de São Paulo, que se transformaram e que ainda estão em processo de grandes transformações. O referencial teórico apoiou-se em autores de Urbanismo, Turismo e outras disciplinas da área de Ciências Sociais. O presente trabalho aborda a realidade contemporânea em área rural sob a perspectiva do fenômeno periurbano que ocorre na RMC. Para melhor compreensão deste fenômeno, selecionou-se uma localidade específica na cidade de Valinhos e Campinas. A área em questão, considerada *sui generis*, é de um loteamento formado a partir de revisão agrária em 1960, sendo popularmente considerada a primeira implantação de reforma agrária no Estado de São Paulo e denominada de Bairros “Reforma Agrária”. A abordagem privilegiou o fenômeno periurbano e as possibilidades de implantar o turismo rural como beneficiador do desenvolvimento para a preservação das áreas rurais existentes. Avaliou-se também se há perspectiva promissora de implantação do turismo como importante ferramenta de alternativa econômica para o produtor rural para promover a conservação do patrimônio ambiental e cultural. A maioria dos produtores apresentou desinteresse em desenvolver qualquer atividade turística. Constatou-se ainda que políticas públicas para transformação das áreas no e do entorno rural são no momento as maiores preocupações dos produtores rurais, exigindo deles novas formas de organização sócio territorial.

Título da Dissertação: ***Ouro Preto e a estética do labirinto***

Nome do aluno: **Larissa de Souza Pereira**

Orientador: **Jane Victal Ferreira**

Banca Examinadora: **Antonio Busnardo Filho (Univ. Guarulhos), Vera Santana Luz (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **18/2/2011**

RESUMO

A cidade de Ouro Preto tem sua importância cultural, social e arquitetônica bastante explorada, mas aspectos como o espaço rico em informações sensoriais e como arcabouço da memória geralmente são pouco destacados. Esse fator remete à problemática da dificuldade de se compreender o organismo urbano como “objeto estético”. Assim, pretende-se discutir a “poética”, conceito adotado para abordar as qualidades sensíveis que criam o sentido de “lugar” gerado por fatores temporais, históricos, culturais e afetivos. Para isso, foi realizada a análise da configuração da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, destacando os aspectos da formação do tecido urbano e, sobretudo, os aspectos estéticos apreensíveis a partir de seus espaços públicos, monumentos, perspectivas e enquadramentos, resultantes de uma constituição e de uma vivência comunitária e social. Assim, torna-se evidente a diversidade de aspectos no processo de estabelecimento deste organismo urbano que resultou em um conjunto monumental repleto de significado. Os questionamentos e as análises sobre a apreensão sensível nesta cidade podem ser conduzidos por meio da figura mítica do “espaço labiríntico”, que também é capaz de expressar como o processo de urbanização espontâneo, porém não destituídos de intenção, difere-se profundamente do espaço urbano planejado e está relacionado de forma íntima à atividade básica exercida no chão sobre o qual se estabelece, apresentando a relação recíproca de transformação física e social.

Título da Dissertação: ***Requalificação urbana: a fazenda Roseira e a comunidade Jongo Dito Ribeiro-Campinas/SP***

Nome do aluno: **Alessandra Ribeiro Martins**

Orientador: **Wilson Ribeiro dos Santos Junior**

Banca Examinadora: **Elaine Monteiro (UFF), José Roberto Merlin (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **25/2/2011**

RESUMO

Este trabalho aborda aspectos da luta pela preservação da Fazenda Roseira do Campo Grande antiga fazenda de café e marco referencial cultural e histórico, situada na região noroeste de Campinas, SP, num território entrecortado por extensas avenidas e por importantes rodovias de conexão regional e ocupado por uma população de perfil predominante de baixa renda com forte presença de comunidades de afro descendentes. O entorno da sede convive atualmente com a inserção de um novo loteamento fechado nos terrenos remanescentes da Fazenda. O trabalho analisa a atuação da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, articulada a outros movimentos sociais e culturais de origem africana, pela requalificação urbana da Fazenda Roseira bem como o papel do jongo/caxambu que a constituiu enquanto manifestação cultural e política. A Fazenda Roseira, como “lugar de memória”, constitui a matriz sobre a qual se articulam síntese

ses do conteúdo social e as formas espaciais, estimuladas pelas ações da comunidade jogueira integrando identidade cultural com a territorialidade na produção do espaço urbano. Combinam-se neste processo a representação de dois segmentos do patrimônio cultural, a sede a Fazenda Roseira, enquanto patrimônio material caracterizado pelas referências ambientais e arquitetônicas com fragmentos do período colonial e do século XIX, pelas e o patrimônio imaterial do jongo, reconhecido em 2005 pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) representado pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro, testemunho importante na formação da memória histórica do povo negro na cidade de Campinas.

Título da Dissertação: ***O valor patrimonial dos espaços públicos: estudo de caso do centro de Valinhos/SP***

Nome do aluno: **Carolina Sumaquero Gutman**

Orientadora: **Maria Cristina da Silva Schicchi**

Banca Examinadora: **Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim (Mackenzie), Wilson Ribeiro dos Santos Junior (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **25/2/2011**

RESUMO

As cidades que compõem a Região Metropolitana de Campinas vêm sofrendo nas últimas décadas com o processo de regionalização e metropolização das atividades, tendo conseqüências na estruturação de seu tecido urbano e na organização de sua população. A segregação urbana, a periferação, o intenso fluxo migratório e a conurbação física entre as cidades afetam principalmente a apropriação de seus espaços públicos. Tendo em conta tais transformações e a crescente perda nas cidades dos modos de vida públicos, assim como do patrimônio urbano e edificado, vê-se nos espaços públicos a importância para manutenção de uma identidade e de um convívio social, bem como elemento essencial na requalificação de centros urbanos, já que vem se esvaziando de sua função cívica e recreativa devido a processos históricos de especulação imobiliária e segregação espacial. Através de buscas, levantamentos e análises comparativas de dados concretos sobre os espaços públicos de valor patrimonial do município de Valinhos, pretende-se investigar as principais transformações e impactos que estes espaços sofreram com o avanço do processo de urbanização contínua e dispersa e a desvalorização do tecido urbano original.

Título da Dissertação: ***O urbanismo a partir do outro***

Nome do aluno: **Carlos Francisco Signorelli**

Orientador: **Manoel Lemes da Silva Neto**

Banca Examinadora: **Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), Wilson Ribeiro dos Santos Junior (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **25/2/2011**

RESUMO

A cidade, procuraremos demonstrar, é causa e efeito da modernidade. A cidade é o espaço, ao mesmo tempo construído e pensado, da construção de um projeto, de uma visão de mundo, construída ao longo do segundo milênio da Era Cristã. A visão de mundo da burguesia nascente se consubstancia na modernidade, que é, em essência, a liberdade do homem, como sujeito racional, que terá como meta, o paraíso na Terra. Mas também a cidade é moldada pela modernidade, ou seja, ela se constrói, ou é modelada pelo capital, como o seu conteúdo. Entretanto, no momento histórico que vivemos está se dando, pretendemos mostrar, o esgotamento da modernidade. E quando o paradigma da modernidade não mais dá respostas ao avanço das forças sociais e históricas, quando não mais consegue dar respostas às novas perguntas, quando se desfaz a credibilidade e a fé na racionalidade humana, ele entra em crise, levando também à crise a própria cidade, e o mundo como o oikos do homem. Crise não só ideológica, mas palpável, tanto na desestruturação do espaço construído, como na possibilidade da extinção do próprio homem. No espaço construído, o urbanismo tem se constituído como o braço do capital, como a concretização de um projeto hegemônico de classe. A cidade, a partir do processo urbanístico, coloca-se a serviço de tal projeto. O outro, as massas sem rosto, entendidas como o não-urbano, como o não-legal, teimam em se fazer presente agora não mais como objeto, mas como sujeito que quer construir a própria história. Propomos, pois, que se deva colocar o urbanismo no centro de um necessário debate. De nossa parte assumimos que o urbanismo se reveste de uma falsa neutralidade que deve ser eliminada, e direcionar-se à vida, ao oikos, ultrapassando o indivíduo e reentrando na coletividade e seus valores concretos e simbólicos. Há que se fazer uma opção, e esta só poderá se dar na direção do outro, do não. Esta não será apenas uma opção ideológica, mas necessária para a própria continuidade da vida na cidade.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

1. Todos os manuscritos só iniciarão o processo de tramitação se estiverem de acordo com as Instruções aos Autores. Caso contrário, serão devolvidos para adequação às normas, inclusão de carta ou de outros documentos eventualmente necessários.

Recomenda-se fortemente que o(s) autor(es) busque(m) assessoria linguística profissional (revisores e/ou tradutores certificados em língua portuguesa e inglesa) antes de submeter(em) originais que possam conter incorreções e/ou inadequações morfológicas, sintáticas, idiomáticas ou de estilo. Devem ainda evitar o uso da primeira pessoa “meu estudo...”, ou da primeira pessoa do plural “percebemos...”, pois em texto científico o discurso deve ser impessoal, sem juízo de valor e na terceira pessoa do singular.

Originais identificados com incorreções e/ou inadequações morfológicas ou sintáticas **serão devolvidos antes mesmo de serem submetidos à avaliação** quanto ao mérito do trabalho e à conveniência de sua publicação. **Pré-análise:** a avaliação é feita pelos Editores e Conselho Editorial com base na originalidade, pertinência, qualidade acadêmica e relevância do manuscrito para a área.

Aprovados nesta fase, os manuscritos serão encaminhados aos revisores *ad hoc* selecionados pelos editores. Cada manuscrito será enviado para dois revisores de reconhecida competência na temática abordada. Em caso de desacordo, o original será enviado para uma terceira avaliação.

2. Processo de julgamento dos manuscritos

O processo de avaliação por pares é o sistema de *blind review*, procedimento sigiloso quanto à identidade tanto dos autores quanto dos revisores. Por isso os autores deverão empregar todos os meios possíveis para evitar a identificação de autoria do manuscrito.

Os pareceres dos revisores comportam três possibilidades:

a) aprovação; b) recomendação de nova análise; c) recusa. Em quaisquer desses casos, o autor será comunicado.

Manuscritos recusados, mas com a possibilidade de reformulação, poderão retornar como novo trabalho, iniciando outro processo de julgamento.

Conflito de interesse

No caso da identificação de conflito de interesse da parte dos revisores, o Comitê Editorial encaminhará o manuscrito a outro revisor *ad hoc*.

Manuscritos aceitos: manuscritos aceitos poderão retornar aos autores para aprovação de eventuais alterações, no processo de editoração e normalização, de acordo com o estilo da Revista.

Provas: serão enviadas provas tipográficas aos autores para a correção de erros de impressão. As provas devem retornar ao Núcleo de Editoração na data estipulada. Outras mudanças no manuscrito original não serão aceitas nesta fase.

3. Serão publicados apenas artigos científicos originais e inéditos, exceção feita à republicação de textos clássicos, conforme projeto editorial. Em casos excepcionais, serão aceitos artigos já publicados em língua estrangeira. Ao submeter um trabalho para análise do Conselho Editorial, o(s) autor(es) deverá(ão) assinar declaração de que são inéditos em português.

4. Apresentação do manuscrito

Originais (trabalhos científicos originais e inéditos) – Deverão conter entre 9 e 12 páginas de 30 linhas e 70 toques (até 25 mil caracteres), incluindo-se bibliografia, resumo e *abstract* (até 1.500 caracteres) e de quatro a seis palavras-chave e *keywords*. Para fotos e ilustrações o limite é de até 7 por artigo, com alguma tolerância dependendo das características do artigo (decisão a cargo do editor).

Resenhas – poderão ter de 1 a 3 páginas (máximo 6 mil caracteres). O autor da resenha deve enviar a capa da obra resenhada digitalizada em alta resolução (400dpi).

Artigos curtos (sobre temas e discussões da atualidade, posição acadêmica ou ponto de vista) – Poderão ter de 3 a 5 páginas (máximo 10 mil caracteres).

5. Forma de apresentação

Arquivo digital, utilizando processador de texto WORD 6.0 ou superior, **não serão** aceitos artigos em PDF.

Folha de rosto com identificação dos autores, contendo:

- Título completo em português: deverá ser conciso e evitar palavras desnecessárias e/ou redundantes;
- Sugestão de título abreviado para cabeçalho, não excedendo cinco palavras;
- Título completo em inglês, compatível com o título em português;
- Nome de cada autor, por extenso, seguido por afiliação institucional. Não abreviar os prenomes;

- Todos os dados da titulação e afiliação deverão ser apresentados por extenso, sem nenhuma sigla;
- Indicação dos endereços completos de todas as universidades às quais estão vinculados todos os autores;
- Indicação de endereço para correspondência com o editor para a tramitação do original, incluindo fax, telefone e endereço eletrônico.

As **ilustrações** deverão ser entregues em arquivos separados, vetorizadas, com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.

As **imagens** deverão ser entregues em arquivos eletrônicos e estar em boas condições de reprodução, com mínimo de 400 DPI, formato TIFF ou JPEG e um tamanho mínimo 10cm de largura e máximo de 16cm.

As **tabelas** e os **gráficos** deverão ser apresentados em Excel ou Adobe Illustrator.

A revista será publicada em branco e preto. A necessidade real de inclusão de alguma ilustração colorida estará sujeita à decisão do editor, com eventuais custos para o autor.

Mapas serão publicados somente coloridos (custo por conta do autor) e que tenham as legendas nítidas.

6. Versão reformulada por indicação de parecerista

O texto do artigo deverá empregar fonte colorida (cor azul) ou sublinhar, para todas as alterações, juntamente com uma carta ao editor, reiterando o interesse em publicar nesta Revista e informando quais alterações foram processadas no manuscrito. Se houver discordância quanto às recomendações dos revisores, o(s) autor(es) deverão apresentar os argumentos que justificam sua posição. O título e o código do manuscrito deverão ser especificados.

7. Citações no texto: baseadas na ABNT (NBR 10520/2002)

O método adotado é autor e data.

- Citações diretas ou literais no texto: devem subordinar-se à forma (Autor, data e página). Quando estiver dentro ou fora dos parênteses, o autor fica com apenas a letra inicial maiúscula (Autor, data, página). Com até três linhas, as citações devem ficar entre aspas e sem itálico. Com mais de três linhas, as citações devem seguir o seguinte padrão: recuo de 4cm na margem, fonte 10, espaço simples, sem aspas e sem itálico.

Exemplo

Citações diretas com até 3 linhas

As mudanças permanentes no espaço ocorrem em função da constante busca por novos significados, “na medida em que o movimento social lhe atribui, a cada momento, frações deferentes de transformação de todo social” (Veras, 2010, p.2).

■ Citações indiretas: quando o autor estiver citado na frase, colocar somente autor e ano. Se o sobrenome do autor estiver fora da frase e entre parênteses ficará também em letra inicial maiúscula.

Exemplos

Para Medrano (2005), a postura do arquiteto em defesa de uma arquitetura portuguesa suscita a questão de como teria sido a sua relação com a questão da densificação das grandes cidades *versus* o ideal utópico das residências isoladas.

A postura do arquiteto em defesa de uma arquitetura portuguesa suscita a questão de como teria sido a sua relação com a questão da densificação das grandes cidades *versus* o ideal utópico das residências isoladas (Medrano, 2005).

■ Citações de diversos documentos de um mesmo autor publicados no mesmo ano são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas, em ordem alfabética, após a data e sem espaçamento.

Medrano (2005a)

Medrano (2005b)

Os autores citados devem constar das referências listadas no final do texto, em ordem alfabética, segundo as normas.

Referências: baseadas na ABNT (NBR 6023/2002)

As Referências serão ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do primeiro autor. Nas referências de até três autores, todos serão citados, separados por ponto e vírgula. Nas referências com mais de três autores, citar somente o primeiro autor, seguido da expressão et al. Caso haja obras referenciadas do mesmo autor, a entrada será repetida, isto é, não será utilizado o recurso do traço sublinear. A exatidão das referências constantes na listagem e a correta citação de seus dados no texto são de responsabilidade do(s) autor(es) dos trabalhos.

A formatação da lista de referências, ao final, deverá facilitar a tarefa de revisão e de editoração; para tal, devem ser apresentadas em ordem alfabética, em espaço simples e com espaço entre as referências, tamanho de fonte 11, parágrafo justificado, sem recuo e sem deslocamento das margens.

A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor, do mesmo modo que o conteúdo dos trabalhos é de sua exclusiva responsabilidade.

Exemplos de casos mais comuns de referências, para orientação:

Livro

ABREU, M.A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

Capítulo de Livro

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S.R. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. p.169-244.

Artigo

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

Material Eletrônico

BRAGA, P.M.; SCHICCHI, M.C.S. Catedral Metropolitana de Campinas: quando um edifício contempla a história da cidade. *Revista CPC*, v.3, p.1-16, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=7&tipo=5&id_conteudo=20>. Acesso em: 23 abr. 2012.

Tese

BERNARDINI, S.P. *Construindo infra-estruturas, planejando territórios: a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926)*. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Trabalho apresentado em Evento

FELDMAN, S. O zoneamento ocupa o lugar do plano: São Paulo, 1947-1961. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 1997. p. 667-684.

Documentos jurídicos

BRASIL. Lei nº 1.674, de 23 de setembro de 1997. Dispõe sobre o prazo para conclusão do estudo de rezoneamento da área de proteção ambiental da bacia do Descoberto. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 24 set. 1997. p.7619.

■ Notas de rodapé, de caráter explicativo, deverão ser evitadas e utilizadas apenas quando estritamente necessárias para a compreensão do texto. Deve-se usar numeração consecutiva dentro do texto. Além disso, devem estar em fonte 10, alinhadas à esquerda e sempre na página em que foram mencionadas no texto.

A revista não devolve os originais a ela submetidos e informa que o conteúdo dos trabalhos publicados é de inteira responsabilidade de seus autores.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS AUTORAIS

Cada autor deve ler e assinar os documentos:

1) Declaração de Responsabilidade e 2) Transferência de Direitos Autorais.

- Título do manuscrito:
- Nome por extenso dos autores (na mesma ordem em que aparecem no manuscrito).
- Autor responsável pelas negociações:

1. Declaração de responsabilidade

Certifico que:

- Participei da concepção do trabalho e torno pública minha responsabilidade pelo seu conteúdo;
- Não omiti quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre os autores e companhias que possam ter interesse na publicação deste artigo;
- Trata-se de artigo original e o trabalho, em parte ou na íntegra, ou qualquer outro trabalho com conteúdo substancialmente similar, de minha autoria, não foi enviado a outra revista, e não o será enquanto sua publicação estiver sendo considerada pela Revista Oculum Ensaios, quer seja no formato impresso ou no eletrônico.

Assinatura do(s) autores(s) Data / /

2. Transferência de Direitos Autorais

Declaro que, em caso de aceitação do artigo, a Revista Oculum Ensaios passa a ter os direitos autorais a ele referentes, que se tornarão propriedade exclusiva da revista, sendo vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e, se obtida, farei constar o competente agradecimento à revista.

Assinatura do(s) autores(s) Data / /

